

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS CÂMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE**

ANA CAROLINA DE SOUZA ANDRÉ

**QUANDO OS “HORRORES SÃO LEGITIMADOS”: DISTOPIA DE GÊNERO EM
AS HORAS VERMELHAS, DE LENI ZUMAS**

GOIÁS 2023

ANA CAROLINA DE SOUZA ANDRÉ

**QUANDO OS “HORRORES SÃO LEGITIMADOS”: DISTOPIA DE GÊNERO EM
AS HORAS VERMELHAS, DE LENI ZUMAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Língua, Literatura e Interculturalidade.

Linha de Pesquisa: Estudos Literários e Interculturalidade.

Orientador: Prof. Dr. Éwerton de Freitas Ignácio.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo Ana Carolina de Souza André

E-mail anacsandre@gmail.com

Dados do trabalho

Título QUANDO OS “HORRORES SÃO LEGITIMADOS”: DISTOPIA DE GÊNERO EM
AS HORAS VERMELHAS, DE LENI ZUMAS

Tipo:

Tese

Dissertação

Curso/Programa Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Língua, Literatura e Interculturalidade

Concorda com a liberação documento

SIM

NÃO

¹ Período de embargo é de até **um ano** a partir da data de defesa.

Goiás, 15 de Agosto de 2023

Ana Carolina de Souza André
Assinatura autor(a)

[Assinatura]
Assinatura do orientador(a)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

A555q André, Ana Carolina de Souza.
Quando os “horrores são legitimados” : distopia de gênero em “As horas vermelhas”, de Leni Zumas [manuscrito] / Ana Carolina de Souza André. – Goiás, GO, 2023.
126 f.

Orientador: Prof. Dr. Éwerton de Freitas Ignácio.
Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

1. Literatura - romance americano. 1.1. Literatura - análise. 1.1.1. Utopia. 1.1.2. Distopia. 1.1.3. Gênero. 1.1.4. Patriarcado. 1.1.5. Misoginia. 1.2. Leni Zumas. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 820(73)-9

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu

UEG CÂMPUS CORA CORALINA

Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000

Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 03/2023

Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte e três às dez horas e trinta minutos, realizou-se o Exame de Defesa da dissertação do(a) mestrando(a) Ana Carolina de Souza André, intitulado **“Quando os horrores são legitimados: Distopia de gênero em as Horas Vermelhas, de Leni Zumas”**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Dr. Éwerton de Freitas Ignácio – Presidente – (POSLLI/UEG), Dr. José Antônio de Souza (UEMS), Dr. Alexandre Bonafim Felizardo (POSLLI/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo(a) mestrando(a) e seu/sua orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o(a) presidente da banca examinadora, proclamou o resultado, segundo o qual a dissertação foi (X) aprovada, () aprovada com ressalvas, () reprovada com as seguintes exigências (se houver): *Circunstanciamos os elogios que foram feitos ao trabalho, com recomendações de publicação imediata*. Cumpridas as formalidades de pauta, às 15:10 a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Goiás-GO, 10 de março de 2023.

Prof. Dr. Ewerton de Freitas Ignácio (POSLLI/UEG)

Prof. Dr. José Antônio de Souza (UEMS)

Prof. Dr. Alexandre Bonafim Felizardo (POSLLI/UEG)

Página de assinaturas



Ewerton Ignácio
839.415.331-34
Signatário



José Souza
391.282.961-68
Signatário



Alexandre Felizardo
196.365.138-30
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|-------------------------|---|---|
| 14 mar 2023
14:43:45 |  | Ewerton de Freitas Ignácio criou este documento. (E-mail: ewerton.ignacio@ueg.br, CPF: 839.415.331-34) |
| 14 mar 2023
14:43:54 |  | Ewerton de Freitas Ignácio (E-mail: ewerton.ignacio@ueg.br, CPF: 839.415.331-34) visualizou este documento por meio do IP 189.27.41.66 localizado em Brasília - Federal District - Brazil. |
| 14 mar 2023
14:44:10 |  | Ewerton de Freitas Ignácio (E-mail: ewerton.ignacio@ueg.br, CPF: 839.415.331-34) assinou este documento por meio do IP 189.27.41.66 localizado em Brasília - Federal District - Brazil. |
| 16 mar 2023
11:57:04 |  | José Antonio de Souza (E-mail: joseantonioms@msn.com, CPF: 391.282.961-68) visualizou este documento por meio do IP 200.115.104.232 localizado em Paranaíba - Mato Grosso do Sul - Brazil. |
| 16 mar 2023
11:58:58 |  | José Antonio de Souza (E-mail: joseantonioms@msn.com, CPF: 391.282.961-68) assinou este documento por meio do IP 200.115.104.232 localizado em Paranaíba - Mato Grosso do Sul - Brazil. |
| 16 mar 2023
12:04:48 |  | Alexandre Bonafim Felizardo (E-mail: alexandre.felizardo@ueg.br, CPF: 196.365.138-30) visualizou este documento por meio do IP 177.149.136.41 localizado em Goiânia - Goiás - Brazil. |
| 16 mar 2023
12:05:07 |  | Alexandre Bonafim Felizardo (E-mail: alexandre.felizardo@ueg.br, CPF: 196.365.138-30) assinou este documento por meio do IP 177.149.136.41 localizado em Goiânia - Goiás - Brazil. |



Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original #d3be65972924b98963890c0e7a5dabcb0d59581acc37aaa722120e1547923e93
<https://valida.ae/dc23bcc1cbfd9b77422946b26c477ef854b8ceb6f6498e039>



Eu dedico esta dissertação à minha primogênita e amada filha Ana Catarina de Souza André,
mamãe te ama.
Ao meu amado esposo e amor da minha vida, Adolfo José de Souza André, que me ensinou a
me amar, me respeitar, me aceitar e que sonhou os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que cuidou de mim, me amparou e me deu forças para caminhar dia a dia.

Agradeço a minha amiga Maria Vitória Bragança, uma mulher incrível, determinada e forte.

Agradeço ao meu amado orientador Éwerton de Freitas Ignácio. Obrigada pelo carinho e companheirismo durante o meu percurso no mestrado.

Agradeço aos professores Alexandre Bonafim Felizardo e José Antônio de Souza, pela disponibilidade de leitura e contribuição para esta dissertação.

Agradeço a todos os professores que lecionam de forma compromissada, carinhosa e dedicada, no programa de mestrado do POSLLI/UEG.

Agradeço ao casal Mara Guasco e Eduardo Guasco (*in memoriam*), por terem sido amigos, companheiros e terem me ajudado durante o meu percurso na Graduação.

RESUMO: Esta dissertação tem como premissa a discussão do romance da escritora dos Estados Unidos Leni Zumas, *As horas vermelhas*, para analisar dois aspectos principais e que estão interconectados: a distopia, como um modelo de representação literária ao realçar universos ficcionais de repressão, marginalização de direitos de posse do corpo e cerceamento na concepção de tipos alternativos de família; e misoginia que afeta, profundamente, as relações sócio-afetivas de mulheres ao se confrontarem com as forças do patriarcalismo. Assim, a perspectiva teórica considera este romance como uma distopia de gênero. A partir de leituras teóricas da utopia e da distopia (MORE, 2003), (FERNS, 1999), (LEVITAS, 1990), (JACOBY, 2007) e (MOYLAN, 2000), discuto como a narrativa de Zumas pode ser interpretada como uma versão contemporânea das distopias clássicas, mas que ressaltavam pesadelos de gênero, fenômeno que se repetia com outras autoras a partir da publicação de *O conto da aia*, de Margaret Atwood, no final dos anos 80 do século XX. A distopia se concentrou no enredo de duas personagens: Roberta Stephens, a biógrafa, que queria ser mãe e fora impedida por causa das novas leis de adoção e Matilda Quarles, a filha, que engravidou e decidiu interromper a gestação quando o aborto fora criminalizado naquele país. O segundo aspecto do romance que é discutido nesta dissertação é a misoginia. Para a segunda parte da dissertação, elenco algumas teorias de gênero (BEAUVOIR, 2019a e b), (BORDIEU, 2012), (GARCIA, 2015), (PATEMAN, 1993) e (SAFFIOTI, 2004) com o intuito de interpretar *As horas vermelhas* como uma narrativa que aborda os problemas enfrentados por personagens femininas somente por serem mulheres. Para esta segunda parte, procuro estabelecer uma conexão que discute as narrativas das cinco protagonistas sob o viés feminista. Além de Roberta e Matilda, analiso as frustrações de Susan Korsmos, a esposa, a marginalização de Gin Percival, a reparadora, e a falta de reconhecimento de Eivør Mínervudóttír, a exploradora polar.

Palavras-Chave: Utopia. Distopia. Gênero. Patriarcado. Misoginia.

ABSTRACT: This thesis has as its premise the discussion of the novel by the American writer Leni Zumas, *Red Clocks*, to analyze two main aspects that are interconnected: dystopia, as a model of literary representation by highlighting fictional universes of repression, marginalization of rights possession of the body and restriction in the conception of alternative types of family; and misogyny that profoundly affects the socio-affective relationships of women when confronted with the forces of patriarchy. Thus, a theoretical perspective considers this novel as a gender dystopia. Based on theoretical readings of utopia and dystopia (MORE, 2003), (FERNS, 1999), (LEVITAS, 1990), (JACOBY, 2007) and (MOYLAN, 2000), Zumas' discourse and narrative can be interpreted as a contemporary version of classic dystopias, but which escaped gender nightmares, a phenomenon that has been repeated with other authors since the publication of *The Handmaid's Tale*, by Margaret Atwood, in the late 1980s. The dystopia focused on the plot of two characters: Roberta Stephens, the biographer, who wanted to be a mother and was prevented because of the new adoption laws, and Matilda Quarles, the daughter, who became pregnant and decided to terminate the pregnancy when abortion was criminalized in that country. The second aspect of the novel that is discussed in this thesis is misogyny. For the second part of the thesis, I list some gender theories (BEAUVOIR, 2019a and b), (BORDIEU, 2012), (GARCIA, 2015), (PATEMAN, 1993) and (SAFFIOTI, 2004) in order to interpret *Red Clocks* as a narrative that addresses the problems faced by female characters just because they are women. For this second part, I try to establish a connection that discusses the narratives of the five protagonists from a feminist perspective. In addition to Roberta and Matilda, it analyzes the frustrations of Susan Korsmos, the wife, the marginalization of Gin Percival, the mender, and the lack of recognition of Eivør Mínerudottír, the Polar explorer.

Keywords: Utopia. Dystopia. Gender. Patriarchy. Misogyny.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 12
1. SONHOS DE ORDEM E PESADELLOS DE DESORDEM. UTOPIA E DISTOPIA NO PENSAMENTO OCIDENTAL.....	p. 20
1.1 Das utopias: novos mapas do céu e projeções de sonhos mundiais.....	p. 21
1.2 Das distopias: novos mapas do inferno e projeções de pesadelo mundial.....	p. 31
1.3 Afinal, para que servem as mulheres?.....	p. 39
1.4 Distopia de gênero. Quando testemunhamos horrores sendo legitimados.....	p. 45
1.5 O cerceamento do direito de posse do corpo: o caso de Matilda, que não quer ser mãe.....	p. 57
1.6 <i>Alis volat propriis</i> : Quando o exercício da imaginação projeta utopias.....	p. 62
2. PROLEGÔMENOS DE UMA TEORIA FEMINISTA. ENTENDENDO E COMBATENDO A DOMINAÇÃO MASCULINA.....	p. 71
2.1 Por uma breve história do movimento feminista.....	p. 76
2.2 Afinal, o que a crítica feminista procura realizar?.....	p. 84
2.3 Formas de luta contra a dominação masculina em <i>As horas vermelhas</i>	p. 89
2.3.1 Eivør Mínervudottír.....	p. 91
2.3.2 Matilda Quarles.....	p. 95
2.3.3 Gin Percival.....	p. 99
2.3.4 Susan Korsmos.....	p. 108
2.3.5 Roberta Stephens.....	p. 113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 120
REFERÊNCIAS	p. 123

INTRODUÇÃO

A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal.
Carole Pateman

A literatura (assim como a alimentação, o vestuário, a saúde, a liberdade, a moradia e a educação) é um bem incompressível, essencial, um direito humano. Compreendida aqui como “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura” (CANDIDO, 2011, p. 176), esta arte é uma manifestação universal, já que faz parte de todas as sociedades, em todos os tempos. Ela é o “sonho acordado das civilizações”, um ponto de equilíbrio social, pois “[c]ada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas” (CANDIDO, 2011, p. 177).

Desta forma, continua Candido (2011, p. 177), nas sociedades, a literatura tem sido um valioso instrumento de instrução e de educação. Acima de tudo, de reflexão sobre problemas e mazelas sociais. Ela consegue abarcar desde os valores que a sociedade preconiza até aquilo que ela considera prejudicial. Por seu papel político, a literatura nega ou confirma valores, apoia ou combate pensamentos, ou seja, ela pode se confirmar como uma arte engajada.

Literatura para que?, é a provocativa pergunta que Antoine Compagnon (2009) se faz tendo em mente a importância que a literatura tem para o ser humano. Ítalo Calvino (apud COMPAGNON, 2009, p. 20) afirma que existem coisas que só a literatura pode nos dar. Sendo ela um exercício de reflexão e experiência de escrita, a arte literária “responde a um projeto de conhecimento do homem e do mundo” (COMPAGNON, 2009, p. 26) cuja força de libertação torna o ser humano mais consciente de sua existência. E a consciência de sua existência torna-o mais crítico. O homem utiliza da arte literária como um instrumento de oposição, de contestação à submissão do poder, pois dota o ser humano com “uma visão que o leva para além das restrições da vida cotidiana” (COMPAGNON, 2009, p. 36).

Sendo assim, é possível compreender a literatura como um instrumento político, de combate, de denúncia, de alerta e de resistência. E a literatura feminista, que é objeto de pesquisa desta dissertação, possui uma força que brota a partir do confronto com a realidade. Aliada à imaginação distópica, várias autoras, mais recentemente, têm escrito narrativas em que pesam dois temas que se destacam: o tema da distopia, resumidamente apresentado como

uma projeção pessimista de um universo ficcional que evidencia, de forma assustadora, o receio de que pautas humanas conquistadas sejam novamente perdidas; e o tema do feminismo, que apresenta narrativas que estimulam a reflexão crítica a respeito dos principais desafios historicamente enfrentados pelas mulheres.

Esta literatura, que une distopia e feminismo, evidentemente, possui um forte discurso político e um forte engajamento social. Considerando a primeira metade do século XX, uma narrativa se destaca por especular sobre um futuro assombroso em que o mal triunfou. Refiro-me ao livro publicado por Katherine Burdekin, que escreveu, em 1937, portanto, antes mesmo do início da 2ª. Guerra Mundial, sob o pseudônimo de Murray Constantine, o romance *Noite da suástica*, que apresenta um universo ficcional futurista, dominado pelos nazistas, os vencedores do conflito do meio do século. *Noite da suástica* mostra, portanto, um futuro mundial dominado pelo governo alemão nazista, quando as mulheres não seriam mais consideradas pessoas, mas apenas “máquinas” de reprodução humana.

Nas últimas décadas deste mesmo século, é possível perceber haver um aumento significativo de romances focados nos problemas que as mulheres enfrentam em virtude de viverem em sociedades misóginas, cujo discurso patriarcal acaba sufocando-as. Ou seja, no final do século XX (e isso se estende para o XXI) ocorreu uma onda de literatura feminina (e distópica), que vislumbra universos ficcionais pouco favoráveis para as mulheres e que enfatiza modelos de governo repressor e solidamente patriarcal. Além disso, observo que esse “fenômeno” literário parece acompanhar o novo feminismo surgido na década de 70 do século passado e a releitura que o movimento fez do patriarcalismo, o que demonstra haver um diálogo entre arte e sociedade.

O patriarcado, segundo Christine Delphy (2009, p. 173), é uma palavra muito antiga e que mudou de sentido no final do século XIX, com as primeiras teorias dos estágios da evolução das sociedades humanas. No século seguinte, com a referida segunda onda do feminismo ocidental, na década de 1970, o termo ganhou um novo sentido:

Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”.

Embora não se refira aos romances que trazem, exclusivamente, distopias femininas, Leyla Perrone-Moisés (2021, p. 221) percebeu haver uma “segunda onda” de pessimismo literário na virada dos séculos XX para o XXI, ao qual ela intitulou de ficção pós-utópica. Dessas narrativas que surgiram, destaco aquelas femininas que começaram a se proliferar neste mesmo período. Romances escritos por mulheres e que enfatizam problemas milenares enfrentados por mulheres (tais como o cerceamento de liberdade e o direito de posse do corpo, objetos de discussão deste trabalho), mas que ganharam roupagens distópicas e maior visibilidade em virtude da consolidação do posicionamento feminino, que, felizmente, tem a sua pauta, que avança. Quer dizer, mulheres que escrevem sobre problemas típicos das mulheres, em sociedades que reprimem os seus direitos. Narrativas como *O conto da aia*, de Margaret Atwood (escrita em 1985 e que, em 2019, recebeu uma continuação: *Os testamentos*), *Os filhos dos homens* (1992), de P. D. James, *Vox* (2018), de Christina Dalcher e *As horas vermelhas* (2018), de Leni Zumas, são apenas alguns dos vários exemplos. Ainda é preciso dimensionar o motivo desta proliferação, embora todos nós saibamos que as mulheres, historicamente, têm enfrentado problemas advindos da opressão masculina. Entretanto, algo que ainda procuro entender é o que motivou várias autoras a escrever sobre diferentes formas de misoginia, em um universo distópico, em um intervalo de tempo não tão distante.

Essas narrativas femininas e feministas, que são verdadeiras diagnoses das mazelas vividas por mulheres, têm acentuado uma discussão bastante pertinente para a nossa atualidade: o direito da mulher sobre a sua própria vida. Assim, esses romances discutem temas que estão voltados para a mulher, seja para analisar o direito ao matrimônio (*O conto da aia*), para discutir o tema da infertilidade (*Os filhos dos homens*), para compreender os perigos de um país onde o direito de expressar-se verbalmente foi restringido (*Vox*), ou até mesmo para entender os perigos advindos de leis que cerceiam o direito de posse sobre o próprio corpo e de constituir família de forma independente (*As horas vermelhas*). Os exemplos citados reforçam o medo provocado por sociedades cujo modelo patriarcal se destaca pela força na retirada de direitos. Embora a contemporaneidade tenha avançado na pauta da mulher, ainda não tem se mostrado um período histórico seguro. Os romances que destaquei indicam a força do patriarcalismo e o problema da luta que personagens enfrentam contra a força repressora, que tenta posicioná-las na condição de subalterna.

Dos romances destacados, a dissertação propõe uma análise do enredo de *As horas vermelhas* tendo como foco principal a discussão a respeito dos direitos femininos recentemente retirados naquele universo ficcional. Publicado originalmente em 2018, o livro de Leni Zumas apresenta os Estados Unidos flertando com o autoritarismo e a configuração

de um regime totalitário para as mulheres, pois no país foram aprovadas leis que aboliam conquistas femininas sobre a sua reprodução, casamento e posse do corpo. Entretanto, outra parte da narrativa, também acentua problemas “comuns” enfrentados por mulheres somente por serem mulheres.

A narrativa conta sobre a vida e sobre os desafios de cinco protagonistas com cinco histórias que, de alguma forma, dialogam entre si. As personagens possuem nomes próprios, mas Zumas opta por mencioná-los raramente. A estratégia, me parece, serve para que haja ênfase em seus papéis sociais. As personagens são: a **filha** (Matilda Quarles), uma jovem de 16 anos que engravida e posteriormente interrompe a gravidez de forma voluntária; a **reparadora** (Gin Percival), uma especialista em plantas que vive extraindo e explorando recursos da terra; a **esposa** (Susan Korsmos), que possui uma vida infeliz em um casamento tradicional; a **biógrafa** (Roberta Stephens), professora de história da **filha** e que está escrevendo uma biografia sobre uma **exploradora** Polar (Eivør Mínerudottír), que vê as suas descobertas científicas ofuscadas por ser mulher.

A primeira personagem do romance é a exploradora, que nasce nas Ilhas Faroé, no século XIX e resolve seguir um caminho diferente do de uma feroesa, o de se casar, ser mãe e cuidar da família. Como o próprio papel social indica, a primeira protagonista de *As horas vermelhas* decide seguir a sua grande ambição, o de se tornar uma exploradora do Ártico, em um período pouco favorável para as mulheres que pretendiam extrapolar os limites impostos por um modelo de educação que lhe tolhia qualquer outra função além daquela de ser doméstica.

Quem escreve sobre a exploradora é a biógrafa, uma professora de história que vive na pequena cidade de Newville, no Óregon. No romance, a professora é mencionada como biógrafa por causa do seu árduo projeto de encontrar informações a respeito da exploradora, apagada dos registros históricos sobre o Polo Norte. A biógrafa também sofre a frustração de não conseguir engravidar, não obstante o tratamento para fertilidade. Ela também é impedida de adotar, por ser uma mulher solteira, o que constantemente acaba lhe estimulando o sentimento de culpa.

A reparadora vive em uma floresta, cercada de plantas silvestres e animais. Tendo uma vida isolada e sendo conhecedora de ervas, a misteriosa mulher acaba ganhando fama de bruxa, o que lhe causa certos dissabores ao ser presa acusada de ter facilitado um processo abortivo, o que não era verdade. Muitas mulheres a procuravam em busca de tratamento de saúde e até para procedimentos abortivos. A reparadora tinha uma fama duvidosa, mas era

uma das pessoas lembradas quando havia necessidade de tratamentos alternativos ou soluções de problemas.

No romance de Leni Zumas há também uma personagem cuja família encarna o modelo padrão de família: esposa, esposo, filho e filha. A esposa vive um casamento frustrado com um professor que trabalha na mesma escola da biógrafa. Mesmo tendo dois filhos e participando do aludido modelo padrão de família, a esposa é assombrada, constantemente, pelo fantasma do suicídio, principalmente quando percebe que a sua vida perdera o sentido e que as atividades domésticas e maternais não foram suficientes para curar o arrependimento de não ter concluído o curso de direito.

Existe um forte tema relacionado à maternidade em *As horas vermelhas*: a biógrafa quer ser mãe. A esposa é mãe. A filha está grávida e é filha da reparadora. A filha fora doada pela reparadora e logo adotada por outra família, que vive em Newville. Ao engravidar do namorado, ela cogita procurar uma forma de abortar o feto, mas enfrenta problemas advindos de leis mais restritivas contra o aborto. Após uma tentativa frustrada de aborto no Canadá, a filha acaba contando para a sua professora de história, a biógrafa, que desejava adotar a criança. Porém, mesmo nutrindo este interesse, a biógrafa acaba ajudando a filha a concluir o seu objetivo.

As personagens deste romance entram em conflito por seus desejos que não podem ser atendidos em virtude da conjuntura política. Para a pergunta que estampa a capa do romance, “Para que servem as mulheres?”, é possível vislumbrar possíveis respostas tendo como base uma discussão sobre a sociedade, cuja herança das estruturas mentais patriarcais continua forte, sendo, por isso, misógina e, sob o viés feminino, distópica, tendo em vista que esta narrativa discute a lei do aborto e a liberdade de se ter o direito de posse sobre o próprio corpo.¹ Porém, este trabalho não tentará responder a provocativa pergunta que estampa a capa da tradução brasileira, e ilustra a contracapa das edições em inglês, e sim tentará contestá-la

¹ Conforme explica Alisa Del Re (2009, p. 21), no verbete “aborto”, presente no *Dicionário crítico do feminismo*: “O reconhecimento do direito de dispor do seu corpo foi um grande acontecimento para as mulheres do século XX. Desde a ‘greve dos ventre’, no século XIX, essa reivindicação foi objeto de diversas lutas, perdidas ou parcialmente ganhas. Internacionalmente, essa luta é sustentada de maneira unânime pelos movimentos feministas dos anos 70. Quem possui o poder de controle sobre o corpo feminino: o Estado, as autoridades religiosas, as corporações médicas, o chefe da família (marido ou pai) ou as próprias interessadas? É um ponto decisivo, pois se trata da autonomia das mulheres. Exigindo que estas últimas possam ter o domínio da sua sexualidade e recusando-se a que o debate seja remetido para a esfera privada – que tende a culpabilizar os relacionamentos individuais –, o movimento feminista conferiu uma dimensão política a esta questão que sempre ocupou um espaço primordial nas lutas parlamentares e conduziu a fraturas no interior dos partidos. Os limites e as abstrações dos discursos políticos, que ignoram a sexualização dos corpos, vieram, dessa forma, à tona”.

no sentido de procurar entender o motivo de esta pergunta ainda ser feita no início do século XXI.

Considerando o romance *As horas vermelhas*, existe um engajamento político e social referente aos direitos de posse do corpo e da escolha do método concepcional. Como uma distopia, existe um chamamento à transformação das relações dominantes pela representação de personagens que não se adequam ao modelo social e político preestabelecido e pela representação de um mundo que se divide entre a conjuntura política dominante e aquelas personagens que, de alguma forma, quer seja por padrão de comportamento, quer seja por não aceitarem aquilo que é imposto, acabam optando pelo rompimento do *status quo* (o estado atual das coisas).

Os Estados Unidos criados pela perspectiva literária de Leni Zumas apresentam pontos de conexão com a realidade mais atual daquele país, principalmente porque, na época de sua publicação, o país era comandado pelo presidente republicano Donald Trump, que tinha uma política mais conservadora e que, inclusive, foi o primeiro presidente estadunidense a participar do comício antiaborto, em janeiro de 2020, conforme comento no capítulo 1.

Assim, esta dissertação procura discutir como práticas misóginas põem em perigo alguns direitos básicos das mulheres, em especial da filha e da biógrafa, e entender como o cerceamento de certos direitos, para aquelas que foram atingidas diretamente pelas mudanças das leis, acabam afetando a vida e o comportamento delas, o que potencializa a sensação de falta de liberdade e a constante percepção de direitos interrompidos, que é característico de narrativas com esta temática.

Para isso, foi feita a divisão da dissertação em dois capítulos; No capítulo 1, traço um percurso teórico e histórico sobre os termos utopia e distopia, comparando semelhanças e destacando diferenças entre as duas projeções de mundo. Após o embasamento teórico, é discutido como, mais recentemente, várias autoras literárias encontraram na literatura distópica uma forma de expressão de suas subjetividades e de ativismo político em busca de direitos igualitários. Ao utilizarem da imaginação ficcional como instrumento de alerta para o sempre crescente e perigoso discurso misógeno, essas autoras criaram universos ficcionais em que o peso de estruturas de poder patriarcal continuou a sufocar mulheres que não se adequaram às regras do *status quo*. A partir da leitura do romance de Leni Zumas, procuro refletir como a distopia articula repressão e empoderamento em um país (os Estados Unidos) muito similar àquele conhecido atualmente, no ano de 2023. O fato de Donald Trump, de agenda conservadora, ter sido eleito presidente deste país, em 2017, parece que estimulou a

autora a pensar como seria o universo ficcional em que agenda, semelhante à do então presidente, estaria em seu funcionamento pleno.

Assim, traçando a história de três personagens, a biógrafa, a filha e a esposa, busco analisar como se configura um universo distópico para a biógrafa, candidata à mãe e a filha, que está grávida, mas decide não levar adiante a gravidez. Pela aprovação de novas leis que demonstraram ser um retrocesso jurídico, naquele país, diferentes personagens são afetadas por um governo que flerta com o totalitarismo, cuja agenda conservadora acaba transformando os Estados Unidos em uma distopia menos fantasiosa, porém bastante perigosa, principalmente por sua similaridade com o movimento conservador que ganhou força na virada das décadas de 10 para 20 do século XXI. As duas histórias, da biógrafa e da filha, estão entrecruzadas e procuro observar a postura combativa dessas protagonistas em confronto com uma configuração de mundo que, para as duas, não era nem um pouco idílico. Na parte final deste capítulo, analiso como seriam duas projeções utópicas, a da biógrafa, realizando a fantasia de ser mãe e da esposa, estando separada do marido e retomando a carreira de advogada. Considero as fantasias destas duas personagens como utopias, pois elas só se projetaram em suas imaginações frustradas pelas circunstâncias. Também considero as utopias individualizações de fantasia positiva em meio ao caos coletivo.

No capítulo 2 é discutido como o movimento político feminista se articula no intuito de desmistificar a visão masculina opressora, ainda imperativa em nossa sociedade. Além disso, procuro analisar como a autora de *As horas vermelhas* incorpora, nas cinco histórias que se articulam entre si, a pauta feminista e como ela constrói cinco personagens que, cada uma a seu modo, procurou enfrentar as barreiras que cerceavam as suas independências. Assim, destaco cada uma das cinco protagonistas e analiso suas estratégias de enfrentamento de suas realidades e como uma história está conectada a outra.

A opção por somente dois capítulos ao invés dos tradicionais três capítulos visa a atender uma intencionalidade de minha pesquisa, a de não distanciar teoria da análise, a aproximar o arcabouço teórico utilizado para a minha leitura, a distopia, no primeiro momento, os estudos de gênero, no segundo. Acredito que discutir teoria e, na sequência, analisar o romance sob a hermenêutica elencada ajudaria o leitor para uma melhor compreensão daquilo que a pesquisa destacou, já que as duas hermenêuticas utilizadas possuem caminhos que se cruzam, mas também se distanciam. Isso porque a teoria da distopia, por exemplo, não serviria para a análise de todas as cinco histórias, embora ela seja de fundamental importância para a compreensão de algumas diegeses, como a da biógrafa e a

da filha. Já a teoria feminista se enraíza nas cinco trajetórias e, de alguma forma, une todas elas.

As muitas narrativas distópicas de gênero publicadas nas últimas décadas acentuam uma preocupação cada vez mais evidente a respeito do perigo de que os direitos das mulheres sejam progressivamente cerceados. A condição ainda imperativa de subalternidade em muitas pautas deixa bem claro que é preciso discutir a representatividade social das mulheres. Quanto à conhecida pergunta de Gayatri Chakravorty Spivak, em seu livro *Pode o subalterno falar?* (2010), a resposta é bastante direta: pode e deve sim falar. E vou mais adiante: nada pode reprimir a procura dos direitos igualitários. E uma das formas mais eficientes que se tem observado do poder de fala, da reflexão a respeito do papel da mulher em nossa sociedade, é pela literatura, daí eu concordar com a ideia de que ela é um bem incompressível e indispensável para a formação de cidadãos críticos e conscientes de que podem e devem ser protagonistas de suas próprias vidas e lutarem por seus direitos.

1. SONHOS DE ORDEM E PESADELOS DE DESORDEM. UTOPIA E DISTOPIA NO PENSAMENTO OCIDENTAL

As distopias costumam representar tendências fantasiosas como meio de alertar, sempre de forma crítica, os perigosos caminhos trilhados pela sociedade. Elas funcionam como formas de expressão de medo, angústia e perigo que assombram a humanidade. As distopias reforçam uma impressão de pessimismo que, principalmente no século XX, ganhou força e passou a fazer parte da atmosfera que envolve o universo ficcional de autores os mais diversos possíveis. É factível que o horror provocado pelas guerras, pela *Shoah* e por várias outras violências e calamidades que assola(ra)m a humanidade a partir deste século, exerceram significativa influência na composição literária de escritores tais como Ievguêni Zamiatin, Aldous Huxley, George Orwell, Ray Bradbury, Margaret Atwood, Kurt Vonnegut, Ignácio de Loyola Brandão, dentre vários outros em uma longa lista que poderia incluir autores como Philip K. Dick (ficção científica) e William Gibson (ficção *cyberpunk*), que representam desdobramentos literários a partir da ideia inicial de um mundo distópico.

A influência do pensamento distópico não está restrita somente à literatura. Ela ocorre também no cinema, nos vídeo games, nos desenhos animados, nas revistas em quadrinhos, nas músicas, nos programas de TV, nas séries e nas mais diversas manifestações artísticas. Não é de se espantar que ao abrir o jornal, assistir à TV ou ler quaisquer noticiários *online*, nos deparamos com notícias que sempre enfatizam violências de várias naturezas, fome, pobreza e miséria ao ponto de compreendermos a fonte que alimenta essas expressões artísticas no que tange à criação de universos ficcionais pessimistas e que enfatizam o pior dos cenários possíveis.

Na literatura, é perceptível que a composição do mundo distópico seja impulsionada pela impressão de sufocamento a partir de sua caracterização espacial cuja atmosfera ressalta a sensação de asfixia, de falta de ar, ou pior, de um tipo de cheiro acre, pesado, enjoativo, hediondo e até insuportável, pois causa desconforto, angústia, medo e sensação de perigo, tanto nas personagens, que entram em confronto com esses universos, quanto nos leitores, que compartilham de suas angústias.

Alguns exemplos da literatura distópica vão ilustrar esta impressão. Em *1984*, por exemplo, a atmosfera sufocante das Mansões Vitória visitada por Wiston Smith “cheirava a repolho cozido e tapetes velhos” (ORWELL, 2021, p. 9). Já a da fazenda do Sr. Jones, em *A revolução dos bichos*, tinha “no ar um pesado cheiro de sangue” (ORWELL, 2009, p. 70). Em *Fahrenheit 451*, o cheiro mais característico dos bombeiros, e nisso Guy Montag, o

protagonista, se incluía, era o de querosene, pois, “[p]or mais que se lave, não sai totalmente” (BRADBURY, 2017, p. 17). Em *Admirável mundo novo*, o Centro de Incubação e Condicionamento de Londres Central, que fabricava crianças, tinha “um cheiro de leite azedo” (HUXLEY, 2003, p. 22). E Leni Zumas, em *As horas vermelhas*, menciona o “corpo de uma bruxa queimando”, que “cheira a leite empedrado” (2018, p. 165).

A distopia é uma força de oposição à utopia, que surgiu como seu correspondente pessimista. Embora alguns autores trabalhem com a ideia de que existam pelo menos quatro tipos de projeções de mundo (pois assim vou me referir à utopia e seus demais correlatos expostos a seguir), opto por, neste trabalho, analisar a distopia conforme a ideia inicial deste parágrafo. A justificativa é que o objetivo desta dissertação é verificar como a distopia, mais recentemente, tem incorporado temas feministas com o intuito de promover a reflexão crítica a respeito das mazelas provocadas por sociedades cuja ênfase política está assentada nos preceitos patriarcais. Logo, embora exista a discussão e a diferenciação entre utopia, distopia, eutopia e antiutopia (também referida como contrautopia e utopia negativa), feita por teóricos como Jerzy Szacki (1972), Tom Moylan (2000), Russel Jacoby (2007), a dissertação foca apenas na oposição clássica entre utopia e distopia. Assim, nos subcapítulos a seguir, apresento a teoria da utopia e da distopia, mencionando as referidas variáveis, mas focando no levantamento histórico e teórico das discussões a respeito dessas projeções de mundo, que são milenares.

1.1 Das utopias: novos mapas do céu e projeções de sonhos mundiais

A busca pela felicidade sempre marcou a trajetória da humanidade. Constantemente em conflito com o mundo, o ser humano, me parece, desde a antiguidade, sempre criou ou procurou criar mitologias de tempos e de espaços felizes. A perfeição, claro, sob um ponto de vista subjetivo, também sempre caracterizou os conceitos dessas sociedades.

As primeiras histórias universais, que contavam a origem mítica da humanidade, como a *Bíblia* (2015), *Os trabalhos e os dias*, de Hesíodo (2012) e *As metamorfoses*, de Ovídio (1983), apresentavam os primeiros homens vivendo felizes e próximos aos deuses: na *Bíblia*², Adão e Eva viviam em um paraíso, não conheciam a dor, o sofrimento, a morte e recebiam constantes visitas de Deus; Hesíodo menciona Cinco Idades cosmogônicas: a Idade

² A *Bíblia* também apresenta uma visão utópica do futuro da humanidade com a restauração de uma Nova Jerusalém celestial, que faz parte dos planos de Deus para os fins dos tempos.

de Ouro (quando deuses e humanos viviam pacificamente), a Idade de Prata (menos perfeita do que a anterior, mas ainda com a presença dos deuses), a Idade de Bronze (ainda menos perfeita), a Idade dos Heróis (que conhecemos pelas lendas, tragédias e epopeias), e a sofrível Idade de Ferro (período em que o homem vivia já distante do contato divino). Ovídio, inspirado por Hesíodo, também escreveu sobre Quatro Idades cosmogônicas (excetuando a Idade dos Heróis) e sobre a perda da perfeição com o passar das gerações. Na filosofia da antiguidade, Platão (2000), em *A república*, vislumbrava uma sociedade gerida por filósofos. Em nossa era, Thomas More (2003), fortemente influenciado por Platão e pelas navegações do século XV, concebeu uma ilha comandada por um rei chamado Utopos em um distante reino do novo mundo. Posteriormente, Tommaso Campanella, em *Cidade do sol* (2005) imaginou uma cidade teocrática governada por um sacerdote chamado Hoh. E Francis Bacon (1998) projetou, em *Nova Atlântida*, uma sociedade em que se valorizava a ciência e o conhecimento.

Sobre este último texto, é preciso enfatizar a sua relação com o pensamento científico. Publicado de forma incompleta em 1626, a ficção especulativa do filósofo inglês, morto no mesmo ano, narra como a ciência assumiria um importante papel na história do pensamento utópico nos séculos vindouros. Para Keith Booker (1994, p. 5), em *The Dystopian Impulse in Modern Literature. Fiction as Social Criticism*, foi Francis Bacon um dos primeiros pensadores a ver o potencial revolucionário da ciência aplicada à vida humana. *Nova Atlântida* é, sem dúvida, uma das projeções de mundo mais otimistas a respeito dos benefícios que a aplicação de tecnologia avançada traria para a sociedade, seja no melhoramento da vida, seja na organização social. Bensalém é beneficiada pela busca científica, por ter sido configurada como uma cidade cuja razão de ser/ existir estaria atrelada à descoberta e à invenção do novo. Evidentemente, este pensamento científico, que ganhou força no Iluminismo, também influenciou, embora de forma negativa, as distopias do século XX.

Parece que, desde a antiguidade, existe uma ambivalência no que se refere à aplicação da tecnologia, que é fruto do avanço científico, na vida das pessoas. Em *A república*, de Platão, por exemplo, é possível encontrar evidências da valorização do pensamento científico. Booker (1994, p. 5-6) menciona haver, na projeção platônica, uma visão positiva em relação às habilidades especializadas e às divisões de trabalho, ideias precursoras da tecnologia moderna. Mas em *Leis*, continua Booker, outro texto de Platão, o filósofo grego alerta que as inovações trazidas pelos avanços tecnológicos podem ser potencialmente perturbadoras e inquietantes.

Pensando, resumidamente, em uma diacronia dos textos utópicos, a partir de Platão, é perceptível haver um visível descontentamento do criador de utopias com o seu momento histórico, como se ele procurasse o rompimento do *status quo* e propusesse uma melhor alternativa para a salvação da sociedade. Com isso, o criador de utopia costuma apresentar um estado mental que é diferente do estado atual das coisas, o que gera uma incongruência. Em *Ideologia e utopia*, Karl Mannheim escreve:

A incongruência revela-se sempre pelo fato de que tal estado, na experiência, no pensamento e na prática, se volta para objetos inexistentes na situação real. Todavia, não pretendemos considerar utópico qualquer estado de espírito que não se coadune com a situação imediata e a transcenda (e, nesse sentido, “se desvie da realidade”). Chamaremos utópicas somente as orientações que transcendam a realidade e que, ao serem postas em prática, tendam a destruir, parcial ou completamente, a ordem de coisas existente em determinada época (1950, p. 179).

Se existe uma incongruência entre o *status quo* e o pensamento de quem projeta um mundo, é porque a projeção utópica costuma ser datada, pois parte do próprio sujeito com o intuito de apresentar, sob o seu ponto de vista, uma alternativa social que ele acredita ser perfeita. De acordo com Carlos Eduardo Ornelas Berriel:

A construção de uma utopia, que é um esforço intelectual sempre datado, parte de um ponto de vista subjetivo que se alarga sobre o social. A utopia não parte de um ponto fora do sujeito histórico (de Deus, por exemplo), mas do próprio sujeito. Isto quer dizer que toda utopia, mesmo falando de um futuro fictício, está na verdade referindo-se aos problemas da época em que foi escrita. A utopia possui a sua própria história, que de certa maneira é a história do inconformismo intelectual diante das formas do mundo estabelecido (2014, p. 11).

A ideia da datação significa que o criador da sociedade fantasiada sempre a idealiza tomando como referência o tempo e o espaço em que ele vive. A projeção parte do sujeito, dos seus parâmetros subjetivos, para propor uma alternativa social que rompe radicalmente com contemporaneidade de quem cria o mundo perfeito. Esse rompimento também acontece com os parâmetros dos leitores. Darko Suivin, em “Defining the Literary Genre of Utopia: Some Historical Semantics, Some Genology, a Proposal, and a Plea” (2022, s/p.), destaca que a utopia apresenta uma organização interna de uma alternativa social que dramaticamente entra em conflito tanto com o conhecimento quanto com as expectativas dos seus leitores.

De acordo com Russel Jacoby, em *Imagem imperfeita. Pensamento utópico para uma época antiutópica*, as utopias se caracterizam pelo tom crítico assumido de quem entende que a sociedade precisa mudar, assumir uma nova postura para alcançar o bem-estar social:

Mesmo em sua encarnação grega, as utopias literárias não se limitam a conclamar os cidadãos a levar uma vida correta. Ao preverem um outro mundo, as utopias gregas implicitamente criticam o estado da sociedade. Quanto e com que finalidade? Esse é o enigma básico da tradição utópica. Em que medida os sonhos utópicos são um ataque ao aqui e agora, à realidade medíocre e não-utópica, e em que medida eles são imaginações de um futuro? (JACOBY, 2007, p. 75).

A utopia foi um pensamento que se originou a partir de uma forte influência religiosa e filosófica. Mas, a literatura desempenhou um papel fundamental na configuração imagética que os engenheiros utópicos apresentaram com o passar dos séculos. Se pensarmos desde Thomas More até o século XX, os projetos utópicos assumiram um caráter artístico, surgiram, em sua maioria, do reino literário e propuseram visões ficcionalizadas que empoderavam modos alternativos de pensamento:

Do texto do século dezesseis de More, que deu ao utopianismo o seu nome, através das visões do século dezenove de *Looking Backward* [1888], de Bellamy, às mais recentes obras como *Os despossuídos* (1974), de Ursula K. Le Guin e *Ecotopia* (1975), de Ernest Callembach, os textos literários têm servido como importantes fontes de inspiração para o pensamento utópico. E, longe de ser escapista e desconectado da realidade, estes textos tendem a participar da realidade de forma produtiva e ativa. O livro de More foi escrito numa época de grande mudança social e política e tumulto; ele tentou intervir em seu momento histórico contemporâneo ao indicar direções desejáveis que estas mudanças poderiam tomar (BOOKER, 1994, p. 14).³

Tom Moylan em *Scraps of the Untainted Sky. Science Fiction, Utopia, Dystopia* (2000, p. 70), a partir da leitura do ensaio de Lyman Tower Sargent “The Three Faces of Utopianism”, publicado em 1967, identifica três faces, três direções que a utopia assume: pensamento utópico ou filosofia, literatura utópica e movimentos utópicos. Ruth Levitas, em *The Concept of Utopia* (1990, p. 1-2), explica que o termo é matéria de estudo de várias

³ No original: From More’s sixteenth-century text that gave utopianism its name, through nineteenth-century visions like Bellamy’s *Looking Backward*, to more recent works like Ursula K. Le Guin’s *The Dispossessed* (1974) and Ernest Callembach’s *Ecotopia* (1975) literary texts have served as an important source of inspiration for utopian thinking. And, far from being escapist and disconnected from reality, these texts tend to participate in reality in an active and productive way. More’s book was written at a time of great social and political change and turmoil; it attempted to intervene in its contemporary historical moment by indicating desirable directions that these changes might take. Tradução minha. Todas as traduções de minha autoria serão indicados pelos textos originais em nota de rodapé.

disciplinas: história, literatura, teologia, antropologia cultural, sociologia, teoria política e psicologia. Já Russel Jacoby (2007, p. 15), distingue duas correntes de pensamento utópico: a tradição projetista e a tradição iconoclasta.

Embora existam várias possibilidades de leitura da utopia, todas elas com suas peculiaridades e importâncias, em virtude da proposta acadêmica desta dissertação e do *corpus* que trago para discutir o tema da distopia, o foco da discussão assim como a posição analítica estarão restritos apenas ao seu viés literário.

Em *Narrating Utopia. Ideology, Gender, Form in Utopian Literature*, Chris Ferns (1999, p. ix-x) assinala que a premissa da ficção utópica indica uma possibilidade de melhoria do mundo, de mudança para melhor, de criação de uma sociedade mais promissora do que aquela que o leitor vive. Assim, é compreensível que a primeira preocupação de muitos leitores é a respeito da natureza da sociedade utópica. Por isso, é comum os questionamentos: como ela funciona? Funcionaria? Se funcionasse, quem a desejaria? A que função serve a imaginação de alternativas utópicas? Qual o seu efeito no leitor?

Para a compreensão destas questões, começo investigando o significado do termo. Utopia vem da junção de *u-* (prefixo de negação) e *-topos* (lugar), e significa, literalmente, não lugar, aquilo que só existe na imaginação e sua realização é impraticável. A palavra foi cunhada por Thomas More, no ano de 1516, ao escrever um romance filosófico intitulado *Utopia*, a narrativa da visita de Rafael Hitlodeu, o navegante português, à ilha comandada pelo rei Utopos. Nela, o viajante relata que a propriedade privada havia sido abolida e não existia intolerância religiosa. O texto fez tanto sucesso que passou a designar “não só qualquer tentativa análoga, tanto anterior quanto posterior (como a *República* de Platão ou a *Cidade do Sol* de Campanella), mas também qualquer ideal político, social ou religioso de realização difícil ou impossível” (ABBAGNANO, 2007, p. 998).

Fátima Vieira (2022, p. 4-5) afirma que antes de utopia, More usou outra palavra para se referir à ilha da Utopia: Nusquama. *Nusquam* é a palavra latina que significa “nenhum lugar”, “lugar algum” e “em nenhuma ocasião”. Para a autora, se More tivesse publicado o livro com este título, ele negaria a possibilidade de sua existência. Mas o autor queria comunicar uma nova ideia, um novo sentimento que daria voz às novas correntes de pensamento europeu. É certo também que, apesar de ele ter inventado a palavra utopia, More não criou o sentimento de utopianismo, o desejo de uma vida melhor, que lhe é anterior.

Etimologicamente, o termo é um neologismo, uma palavra criada pela necessidade de nomear o que é novo. Além disso, ela também se tornou uma raiz para formação de diversas outras palavras, que também são neologismos: eutopia, distopia, anti-

utopia, alotopia, ucronia, heterotopia, hyperutopia e ecotopia. Mas, não é objetivo desta dissertação a discussão sobre termos derivados de utopia. Embora, no capítulo 1.2, página 30, eu traga uma série de derivações de utopia apresentadas por Tom Moylan (2000), com suas diferenciações, conforme já apontado, a minha análise considera somente o termo distopia, mesmo que alguns autores utilizem conceitos diferenciados para a ideia que trabalho. De qualquer forma, a título de curiosidade, trago uma definição bastante resumida das palavras derivadas de utopia, mencionadas por Vieira (2022). Eutopia é o lugar bom. Distopia é o lugar ruim. Anti-utopia é a utopia contrária. Alotopia significa a idealização de um espaço feliz após a morte. A base para este pensamento pode ser encontrada na *Bíblia* (com a Nova Jerusalém) e a *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho. Ucronia é o bom lugar, mas no futuro. Heterotopia é o espaço do outro, um espaço que apresenta ordem diferente do espaço real. Este termo foi originalmente utilizado pela medicina e Michel Foucault, em “Outros espaços”, acabou utilizando ele para discutir o significado que, resumidamente, apresento. Hyperutopia é o espaço dos textos conectados na internet, o que abole a ideia de hierarquia de textos centrais e periféricos. Ecotopia é o espaço favorável à natureza. O termo surgiu, provavelmente, a partir da publicação de *Ecotopia*, de Ernest Callembach, em 1975. Digno de menção é a necessidade de distinguir o sentido original dado por More e os conceitos que variaram conforme as épocas (VIEIRA, 2022, p. 3).

Ainda considerando o neologismo criado por More, alguns autores se atentaram para certas características originais dignas de menção e que, de certa forma, corroboram aquilo defendido por Vieira (2022). Conforme Ruth Levitas (1990, p. 2), tanto o título quanto os nomes presentes no livro, são uma piada. A palavra utopia contém, em si, uma ambiguidade: ela pode ser tanto eutopia (lugar bom) quanto outopia (nenhum lugar), e a autora se pergunta se ambas as palavras são a mesma coisa. Chris Ferns (1999, p. 2), que constata o mesmo problema de ambiguidade, aponta para um trocadilho. O autor defende que a sua definição pode ser “bom lugar, ideal” ou “sociedade mais perfeita”, mas também aquela sociedade “que não existe”, “desejável, talvez”, mas, ao mesmo tempo, “inatingível”. Russel Jacoby (2007, p. 79) afirma que o sobrenome do viajante, Hitlodeu, em uma tradução mais literal, poderia ser “Nonsense”, sem contar que More se inspirou no espírito de zombaria do amigo Erasmo de Roterdã, que lhe dedicou o famoso *Elogio da loucura*. Existe, inclusive, um trocadilho com sobrenome More e o termo grego *moria*, que significa “loucura” (JACOBY, 2007, p. 78). De qualquer forma, a palavra apresenta um paradoxo, pois ela é tanto um bom lugar (eutopia) quando um lugar que não existe (utopia).

Embora o sentido original do termo tenha uma conotação negativa, de que a sua realização seja improvável, a utopia ganhou diversas definições conforme vários autores se propuseram a discutir e compreender o sentido deste termo polêmico. Darko Suvin (2022, s/d), assim a define:

A utopia é a construção verbal de uma comunidade particular quase humana onde as instituições sociopolíticas, normas e relacionamentos individuais são organizados de acordo com o princípio mais perfeito se comparados à comunidade do autor, esta construção sendo baseada no estranhamento decorrente de uma hipótese histórica alternativa.⁴

Ruth Levitas (1990, p. 1) entende que utopia é sobre como viveríamos e em que tipo de mundo viveríamos se pudéssemos criá-lo, pois a ideia não é apenas um sonho para ser desfrutado, mas uma visão a ser perseguida, apesar de que o termo sugere, para a maioria das pessoas, que o sonho de uma boa vida é um sonho impossível, uma fantasia escapista. Na verdade, pode-se entender que exista uma função fundamental para a utopia: a educação do desejo. Ainda conforme Levitas (1990, p. 141), a educação é a função chave da utopia: “A educação do desejo faz parte do processo de permitir que os elementos abstratos da utopia sejam gradualmente substituídos pelo concreto, permitindo que a antecipação domine a compensação”.⁵ Assim, a utopia não expressa desejo, mas permite que as pessoas trabalhem para a compreensão do que seja necessário para a realização humana, ampliando, aprofundando e elevando as aspirações em termos bem diferentes daqueles do dia-a-dia.

Fátima Vieira (2022, p. 4) afirma haver dois diferentes significados para o neologismo de More: o primeiro, que alude aos lugares paradisíacos imaginários, as cidades desconhecidas, como aquela descrita pelo navegador português; o segundo, que se refere a um tipo particular de narrativa, que, posteriormente, ficou conhecida como literatura utópica, de onde a *Utopia* se tornou o seu cânone. O seu protagonista sai de um lugar real, visita um lugar imaginado e volta para casa. Por esse motivo, existe uma fronteira entre realidade e ficção (VIEIRA, 2022, p. 8).

É digno de nota mencionar que a conotação negativa atribuída à palavra vem do próprio Thomas More. Para além do referido título sugestivo, Rafael Hitlodeu, no final do seu

⁴ Utopia is the verbal construction of a particular quasi-human community where sociopolitical institutions, norms, and individual relationships are organized according to a more perfect principle than in the author’s community, this construction being based on estrangement arising out of an alternative historical hypothesis.

⁵ The education of desire is part of the process of allowing the abstract elements of utopia to be gradually replaced by the concrete, allowing anticipation to dominate compensation.

relato, assim se refere ao lugar por ele visitado: “sou obrigado a reconhecer que há, na república da Utopia, muitas coisas que eu desejaria para os nossos países, considerando-se ainda que a minha expectativa vai além da minha esperança de o conseguir” (MORE, 2003, p. 113). Levando-se em consideração a certeza de Hítlodeu, o filósofo húngaro R. N. Berki a descreve como um “ideal que não é possível de ser realizado... não é realidade, mas o mero fruto da imaginação” (apud BOOKER, 1994, p. 14).⁶

Isso porque a utopia se caracteriza por ser uma projeção de mundo idealizado pelo seu autor, embora no caso do livro de More seja, de fato, algo irrealizável. Assim, o termo utópico caracteriza-se por ser todo o ideal da sociedade humana, maximamente desejável, “mas que muitas vezes se considera inalcançável” (MORA, 2001, p. 2961). Na verdade, o texto utópico do autor inglês, assim como os demais escritos tanto anteriormente quanto posteriormente, propõem uma correção da situação política, social ou religiosa na contemporaneidade do seu idealizador. Muitas vezes, a proposta de correção fica somente na aspiração ou no sonho genérico, o que sinaliza para uma evasão da realidade vivida (ABBAGNANO, 2007, p. 998).

Ruth Levitas (1990, p. 221) explica que, mesmo quando a função da utopia seja a de catalisar mudança, essa mudança não precisa ser possível. Na verdade, a mudança precisa ser acreditada ao ponto de mobilizar as pessoas para tomarem ações políticas: “A ideia do mundo possível, além de apresentar problemas enormes de definição do que é possível, é restritiva quanto à forma e conteúdo da utopia; e esses problemas surgem ao tratar a utopia, principalmente, como um modelo intelectual”.⁷

Entretanto, as generalizações são perigosas e alguns avanços sociais projetados por pensadores utópicos podem ser alcançados. Segundo Russel Jacoby (2007, p. 26), ao citar livros como *Looking Backward*, de Edward Bellamy e reformistas sociais como o marquês de Condorcet, a história possui vários exemplos de utopias que resultaram em melhorias sociais concretas.

O importante é que, de uma forma geral, compreendamos que na utopia exista uma proposta de realizar, mesmo que no campo ficcional, da fantasia, aquilo que a história não foi capaz, conforme defende Berriel (2014, p. 10):

⁶ ideal that is incapable of realization... not reality but the mere fruit of imagination.

⁷ The idea of the possible world, besides presenting enormous problems of defining what is possible, is restrictive as to the form and content of utopia; and these problems arise from treating utopia primarily as an intellectual model.

A utopia nasce trazendo uma contrariedade congênita: sendo filha do desenvolvimento das forças produtivas próprias do Renascimento, funda virtualmente uma sociedade tão perfeita em seus fundamentos que termina por impedir toda forma de desenvolvimento. Existe assim como uma construção imaginária refém de sua própria perfeição. A utopia, em virtude do contexto no qual surge, corresponde aos desejos e às esperanças coletivas de seu tempo. Em outras palavras: as utopias, partindo de elementos reais, constroem virtualmente todas as histórias possíveis, todos os cenários que a História não realizou.

A estagnação é característica da utopia porque o modelo é projetado de forma perfeita. A cidade utópica não evolui, não se desenvolve, fica parada no tempo porque atingiu o seu mais alto grau de perfeição.⁸ Zamiatin tinha várias ressalvas em relação à utopia porque ela é sempre estática, escreveu ele, em um ensaio sobre H. G. Wells (apud JACOBY, 2007, p. 39). Ainda conforme Berriel (2014, p. 11-12), “numa sociedade perfeita não cabem revoluções nem, portanto, mudanças e progresso”. Ou seja, tanto a ilha do rei Utopos imaginada por More quanto Bensalém, a mítica cidade da *Nova Atlântida*, de Francis Bacon, estão estagnadas temporalmente, sem evoluções históricas, sem revoluções sociais. Estão, portanto, fora do percurso temporal, não progridem nem regridem. Para Fátima Vieira (2022, p. 8), existe uma razão para isso: “a sociedade imaginada é apresentada como um modelo a ser seguido, e os modelos são imagens congeladas que não permitem mudanças históricas depois de terem sido instituídos”.⁹

Por outro lado, José Ferrater Mora (2001, p. 2961) entende que as utopias são revolucionárias porque existe, por parte do projetista, um desejo de criticar a sociedade de sua época e propor reformas que são realizadas nas sociedades utópicas. Embora pareçam pontos de vista inconciliáveis, é possível entender que a proposta revolucionária só acontece no texto utópico e que quando o visitante da utopia, como é o caso de Rafael Hitlodeu, chega àquela cidade, a organização social já se tornou, para aquele contexto, uma realidade, daí a sua estagnação, pois a revolução já aconteceu, não está por acontecer e não é desejada que aconteça. Isso se dá pela sensação de perfeição, tendo em vista que aquilo que já é perfeito não pode ser melhorado. Mora (2001, p. 2961) realça que os estudiosos da utopia enfatizam esta contradição: “Sublinhou-se [...] que o espírito revolucionário utópico se aniquila a si mesmo; numa sociedade perfeita já não cabem revoluções nem, portanto, mudanças e progresso”. O mundo da utopia é estável. Entretanto, sob o ponto de vista do criador da

⁸ Discuto, mais adiante, na parte sobre distopia, que existe uma proposta de mudança, uma força que tenta movimentar a sociedade e tirá-la de sua apatia.

⁹ The imagined society is put forward as a model to be followed, and models are frozen images that don't allow for historical change after they have been instituted.

utopia, comparando o seu modelo ideal com a sociedade em que ele vive, existe, também, uma proposta revolucionária, mas no contexto do autor, e não no contexto da utopia que ele criou.

Esta constatação de estabilidade social gera uma série de elementos que fazem parte da estrutura deste mundo projetado. Eis alguns fundamentais: o insularismo (o isolamento geográfico), a autarquia (independência econômica), a uniformidade social (não há ricos e nem pobres) e o coletivismo (ausência de propriedade privada). Como exemplo, posso citar a ilha do rei Utopos, que é isolada e distante da Europa¹⁰, ficando, portanto, em um reino alhures, um projeto que deu certo e que funciona, de forma perfeita; é autárquica, porque é autossuficiente; não existe riqueza e nem pobreza porque todos utilizam trajes semelhantes, e o ouro é um metal comum; os moradores da Utopia, por não possuírem propriedade privada, vivem de forma coletiva, cada um se responsabilizando por uma determinada engrenagem social.

A sociedade utópica é distante tanto do seu engenheiro social quanto do leitor. Moisés, a quem é atribuída a escrita do Pentateuco, menciona a existência do jardim do Éden no início da humanidade; Hesíodo e Ovídio escreveram sobre a longínqua Idade de Ouro. Mas essas distâncias são temporais. Em outras utopias, como é a de More, Campanella e Bacon, a distância é espacial, por serem cidades que se desenvolveram no Novo Mundo. De qualquer forma, a sociedade utópica é um exercício de intervenção imaginativa na realidade histórica (MOYLAN, 2000, p. 72).

Da mesma forma, existe um outro tipo de projeção de mundo que se caracteriza por também ser um exercício de imaginação, mas que aponta pesadelos ao invés de idílios, procura causar assombro no leitor e não esperança, apresenta uma condição social pior do que a do *status quo*, tanto do criador da distopia quanto do seu leitor.

Apesar de existir uma variedade significativa de projeções de mundo pior do que o nosso *status quo*, é preciso deixar bem claro que, desde o início, por mais fantasiosa que ela possa ser, jamais estará desconectada da nossa realidade. Ou seja, mesmo narrativas futuristas, onde o mundo, por exemplo, é dominado por máquinas, há um perigo real que espreita e assombra o ser humano. A possibilidade de criação de uma *skynet*, a inteligência artificial de defesa militar, não pode ser desconsiderada: já existe inteligência virtual em nossos computadores e celulares, que são capazes de solucionar e responder perguntas pré-

¹⁰ A localização do reino de Utopos fica na América do Sul. Curiosamente, a Cidade do Sol e Bensalém também ficam na América do Sul, Equador e Peru, respectivamente.

programadas. Com o desenvolvimento tecnológico, cada vez mais acelerado, a possibilidade de inteligência artificial tomando decisões independentes está cada vez mais provável.

Mas a dissertação não discute literatura *sci fi*. Muito pelo contrário, o universo ficcional distópico que se descortina na leitura de *As horas vermelhas* é levemente diferente daquilo que existe na atualidade. Assim, a projeção pessimista de mundo de Leni Zumas é construída em minúcias, o que a torna menos fantasiosa, porém, mais possível de acontecer num piscar de olhos.

Neste segundo momento, discuto o conceito de distopia e, na sequência, procuro estabelecer comparações analíticas daquilo que se configura como distopia com o universo ficcional imaginado pela escritora estadunidense, além de realçar duas projeções fantasiosas e felizes.

1.2 Das distopias: novos mapas do inferno e projeções de pesadelo mundial

Da mesma forma que existem muitas discussões a respeito da utopia, existem também de suas derivações. Mesmo que a proposta da dissertação não seja fazer comparações a respeito das variações da utopia, faço, em determinado momento do trabalho, distinções teóricas apenas com o intuito didático e expositivo. Porém, não é meu objetivo listar textos literários e classificá-los como distópicos ou antiutópicos, como alguns teóricos fizeram, pois a proposta desta pesquisa é apenas acentuar o retorno do crescente pessimismo na construção de universos ficcionais nas últimas décadas, principalmente no que tange à relação da mulher com a sociedade imaginada por diversas autoras, como acontece com o *corpus* desta pesquisa. Isto é feito para mostrar a tendência contemporânea de produção literária distópica feminina, em especial com a publicação, em 2018, do romance *As horas vermelhas*, de Leni Zumas, na esteira da proliferação de narrativas que apresentam as mais diversas formas de misoginia que oprimem (ou podem oprimir) as mulheres.

É de se considerar que o século XX foi propício para o crescente pessimismo que influenciou a literatura intitulada distópica. Se o século XVI deu ao mundo o termo utopia, e várias projeções otimistas a respeito da sociedade foram pensadas e escritas, o século XX, lhe deu o seu oposto, a distopia. De acordo com Jacoby (2007, p. 32), o termo foi cunhado em meados do século XX por J. Max Patrick para intitular as utopias de tom satírico (JACOBY, 2007, p. 32). Já Fátima Vieira (2022, p. 16) afirma que o termo é de 1868, quando o filósofo e político britânico John Stuart Mill, em um discurso parlamentar, buscou uma palavra que designasse um tipo de utopia que fosse contrária à palavra clássica. Neste discurso, Mill usou

a palavra distopia como sinônimo de cacotopia, neologismo inventado por Jeremy Bentham. Ambas as palavras têm etimologia similar: dis- vem do grego *dus* e significa “ruim”, “anormal”, assim como caco- vem do grego *kako*, que é usado para se referir a algo “desagradável”, “incorreto”.

Por outro lado, Jacoby (2007, p. 33) entende que a melhor palavra para significar a oposição conceitual seria antiutopia. Ele também não concorda que a palavra distopia seja o oposto de utopia:

Poucos seriam capazes de sustentar que a liberdade leva à escravidão ou que a água gelada ferverá, mas muitos de fato argumentam que a utopia leva à distopia – ou, pelo menos, que há muito pouco que distinga as duas. [...] A distopia não está para a utopia assim como a dislexia está para a leitura, ou a dispepsia está para a digestão. As outras palavras compostas a partir do prefixo “dis-”, derivadas de uma raiz grega que significa doença ou imperfeição, são formas distorcidas de algo saudável ou desejável, mas a distopia é considerada menos como uma utopia deteriorada, do que como uma utopia desenvolvida. As distopias são habitualmente vistas não como o oposto das utopias, mas como o seu complemento lógico.

Embora já houvesse uma sinalização para as novas projeções de mundo, é preciso mencionar que ainda no início do século passado, havia certo otimismo na esfera intelectual. Em 1922, Lewis Mumford, em *Story of Utopias*, escreveu que “[n]ossa mais importante tarefa neste momento é construir castelos no céu”. Quarenta anos depois, o mesmo Mumford se questionava como pôde ser tão otimista mesmo tendo escrito após o final da 1ª. Guerra Mundial: “Eu ainda vivia no espírito auspicioso de uma época anterior”, se explicou. Também confessou que escrevia sob o “impulso do grande século XIX, com o seu lastro de idealismo esfuziante e de sólidas iniciativas sociais” (apud JACOBY, 2007, p. 9).

A literatura utópica no século XX, pelo menos no exemplo que a que me refiro, ainda existia, mas estava atrelada a um conceito político e com forte crítica à sociedade. Falo de uma utopia feminista publicada em 1915, pela escritora estadunidense Charlotte Perkins Gilman intitulada *Herland* (no Brasil, *Terra de mulheres*, publicada em 2018). A narrativa é sobre a chegada de três aventureiros em uma sociedade isolada composta somente por mulheres cujos filhos nascem de forma assexuada (partenogênese). A sociedade é independente da figura masculina, livre de guerras e conflitos e possui uma organização social perfeita.

A utopia de Gilman é marcada por uma forte crítica a respeito da representatividade masculina na sociedade. O otimismo da projeção de mundo funciona com a exclusão do componente masculino, o que inviabilizaria, me parece, a sua realização.

Passadas duas décadas, em 1937, portanto, dois anos antes da 2ª. Guerra Mundial, a inglesa Katharine Burdekin publicava um romance mais imaginativo do que *Herland: Noite da suástica* (1989), uma distopia que respondia a uma inquietação que, posteriormente, assombrou a humanidade. Para a pergunta crucial, como ficaria o mundo caso o nazismo tivesse vencido a guerra e Hitler tivesse sido bem sucedido em implantar o Terceiro *Reich*?, a resposta poderia ser a assustadora projeção imaginada por Burdekin. Neste romance futurista, pois a narrativa se passa 700 anos depois da vitória alemã, o *Führer* é adorado como um deus¹¹ e as mulheres são consideradas animais falantes.

A crescente distopia do século passado e a sua significativa continuidade no século XXI servem para responder a inquietação de como o mundo seria caso alguma força maléfica, que atentasse contra direitos humanos básicos, se tornasse o sistema político dominante. Desta pequena constatação, posso entender que os romances distópicos funciona(r)am para alertar os caminhos perigosos que a humanidade está(va) percorrendo, principalmente em virtude do grande desenvolvimento tecnológico que alcançou a partir do século XVIII, mas que cresceu no século XX. Na verdade, as distopias lidam com o medo humano de destruição de seus parâmetros positivos e de suas conquistas sociais. Se por um lado o desenvolvimento tecnológico trouxe benefícios para o prolongamento da vida, com a descoberta de medicamentos e tratamentos para curar doenças até então incuráveis, por outro lado, o homem foi capaz de criar armas de destruição em massa cada vez mais efetivas.

Conforme já comentado, o termo original utopia derivou outras palavras que passaram a ser usadas para indicar que tipo de projeção o texto se referia. Interessado especialmente no tipo de utopia contrária, Tom Moylan (2000, p. 74), a partir da leitura de “Three Faces Revisited”, de Lyma Tower Sargent, apresenta as seguintes definições:

Utopia – uma sociedade não existente descrita em detalhes consideráveis e normalmente localizada no tempo e no espaço.

Eutopia ou utopia positiva – uma sociedade inexistente descrita em detalhes consideráveis e normalmente localizada no tempo e no espaço que o autor pretendeu que um leitor contemporâneo a visse como consideravelmente melhor do que a sociedade em que esse leitor pretendeu.

Distopia ou utopia negativa – uma sociedade inexistente descrita em detalhes consideráveis e normalmente localizada no tempo e no espaço que o autor pretendeu que um leitor contemporâneo a visse como consideravelmente pior do que a sociedade em que esse leitor viveu.

Sátira utópica – uma sociedade inexistente descrita em detalhes consideráveis e normalmente localizada no tempo e no espaço que o autor

¹¹ Em *Admirável mundo novo*, o impacto do fordismo (do sistema produtivo em massa) foi tão significativo que Henry Ford se tornou um deus, e a história e a marcação temporal seguem o modelo a.F. e d.F.

pretendeu que um leitor contemporâneo a visse como uma crítica da sociedade contemporânea.

Antiutopia – uma sociedade inexistente descrita em detalhes consideráveis e normalmente localizada no tempo e no espaço que o autor pretendeu que um leitor contemporâneo a visse como uma crítica ao utopianismo ou alguma eutopia particular.

Utopia crítica – uma sociedade inexistente descrita em detalhes consideráveis e normalmente localizada no tempo e no espaço que o autor pretendeu que um leitor contemporâneo a visse como uma sociedade melhor do que a contemporânea, mas com problemas difíceis que a sociedade descrita poderia ou não ser capaz de solucioná-los e que toma uma visão crítica do gênero utópico.¹²

Mesmo que a presente classificação funcione para a leitura teórica dos vários tipos de projeção de mundo surgidas principalmente no século XX, para esta dissertação, conforme já comentado, opto por destacar o termo clássico distopia como o oposto de utopia. Sendo assim, apesar de eutopia corresponder ao lugar bom, e antiutopia, ao lugar mal, trato a oposição utopia X distopia de uma forma geral, sem me apegar às minúcias que vários autores se desdobraram para realizar. Isso porque um dos focos desta dissertação é entender o funcionamento da projeção de Leni Zumas para *As horas vermelhas*, ambientado em um Estados Unidos não muito distante temporalmente da escrita do romance (2018), que acabara de eleger um político com uma postura bastante conservadora e agenda parecida com o até então presidente Donald Trump.¹³

Os teóricos da distopia identificam *As viagens de Gulliver* como o primeiro romance com elementos distópicos. Publicada em 1726, por Jonathan Swift, a famosa narrativa que, séculos depois, ficou conhecida por suas várias adaptações infantis (o que soa como ironia, pois o autor jamais imaginou isso), as viagens de Gulliver satirizam tanto os romances de viagens famosos na época (a exemplo de *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, de

¹² Utopia – a non-existent society described in considerable detail and normally located in time and space.

Eutopia – a non-existent society described in considerable detail and normally located in time and space that the author intended a contemporaneous reader to view as considerably better than the society in which that reader lived.

Dystopia or negative utopia – a non-existent society described in considerable detail and normally located in time and space that the author intended a contemporaneous reader to view as considerably worse than the society in which that reader lived.

Utopian satire – a non-existent society described in considerable detail and normally located in time and space that the author intended a contemporaneous reader to view as a criticism of that contemporary society.

Anti-utopia – a non-existent society described in considerable detail and normally located in time and space that the author intended a contemporaneous reader to view as a criticism of utopianism or of some particular eutopia.

Critical utopia – a non-existent society described in considerable detail and normally located in time and space that the author intended a contemporaneous reader to view as better than contemporary society but with difficult problems that the described society may or may not be able to solve and which takes a critical view of the utopian genre.

¹³ Trump foi o 45º presidente daquele país, com o período presidencial que se estendeu de 20 de janeiro de 2017 até 20 de janeiro de 2021.

1719), quanto à fé na ciência e no progresso que ela poderia proporcionar para a humanidade. Na *Royal Society*, da fictícia cidade de Lagado, visitada por Lemuel Gulliver, o protagonista descobre que os cientistas estavam fazendo experiências para extrair raios solares a partir de pepinos; em outro aposento, ele descobre que um projetista estava tentando criar um método mais eficiente de arar terra com porcos utilizando, para isso, a especialidade do animal, de remover a terra com o focinho e a facilidade de adubar a terra com esterco, tudo ao mesmo tempo (SWIFT, 2012).

Em 1826, Mary Shelley escreveu um romance, que foi muito criticado na época, intitulado *O último homem*. Nele, o protagonista Lionel Verney é o último sobrevivente de uma praga que assolou o mundo, no final do século XXI. Com elementos que no século seguinte iriam se popularizar, a narrativa de Shelley (2010) antecipa as populares projeções pós-apocalípticas que iriam influenciar as distopias mais contemporâneas.

Estes dois romances são, praticamente, exemplos isolados de narrativas que apresentavam projeções de mundo pessimistas em períodos da história ocidental em que ainda imperava visões mais positivas. Na verdade, o *boom* literário distópico é um fenômeno do século XX e pode ser associado ao medo sentido pela humanidade, que veio se acumulando com o passar dos anos e eclodiu nos massacres mundiais deste século.

De acordo com Tom Moylan (2000, p. xi), as narrativas distópicas são produtos dos terrores que assombraram a humanidade no século XX. E ele enumera uma série de acontecimentos ruins que acabaram por influenciar a imaginação artística da época: um século de exploração, repressão, violência de estado, guerra, genocídio, doenças, fome, ecocídios, depressão, dívidas e esgotamento mental da humanidade.

Curiosamente, aponta Russel Jacoby (2007, p. 14), o criador da utopia Thomas More teve uma biografia bastante distópica, pois foi ele quem pregou a liberdade religiosa na sua projeção de mundo, mas ficou conhecido por ser perseguidor dos novos cristãos, o terror dos heréticos, na época da Reforma Protestante.

Vários especialistas buscaram respostas para a pergunta sobre qual o motivo de o século XX ser o século da distopia. Alguns elementos já foram aqui mencionados (as duas guerras mundiais, a *Shoah*), mas é preciso investigar com um pouco mais de profundidade os ingredientes desta receita que acentua as tendências pessimistas que ainda continuam no início do século XXI.

Além dos já mencionados, alguns outros acontecimentos merecem ser destacados. Conforme explica Russel Jacoby (2007, p. 30-31), três razões podem ser apresentadas para a transformação do projeto utópico em distopias: o colapso dos estados comunistas, em 1989

(basta lembrar que a Revolução Russa, de 1917, prometia, pelo menos era esta a ideia que alimentou a revolução, acabar com as desigualdades sociais daquele país, que se transformou, posteriormente, na União Soviética), a convicção de que não existem diferenças entre utópicos e totalitaristas (o teórico explica, de forma convincente, este equívoco) e o empobrecimento crescente da imaginação ocidental (a partir do cada vez mais recorrente uso de brincadeiras padronizadas e brinquedos criados por adultos, pois ambos diminuíram o uso da imaginação).

Para Fátima Vieira (2022, p. 17), mesmo que os autores distópicos apresentem imagens futuristas negativas, eles esperam reações positivas dos seus leitores. Além disso, o futuro retratado não é uma realidade, mas uma possibilidade que os leitores têm que aprender a evitar. Ademais, se as distopias provocam desespero é porque os escritores querem que os leitores as considerem ameaças sérias e possíveis de acontecer.

Enquanto que as utopias “buscam a emancipação ao visualizar um mundo baseado em ideias novas, negligenciadas ou rejeitadas”, escreve Jacoby (2007, p. 40), “as distopias buscam o assombro, ao acentuar tendências contemporâneas que ameaçam a liberdade”. Existe, em sua proposta intelectual, um chamamento para a transformação, pois as projeções de mundo distópicas estimulam a reflexão crítica a respeito do rumo negativo que a sociedade tomou.

Vieira (2022, p. 18) percebe haver duas ideias que alimentam o discurso distópico: as ideias do totalitarismo e do progresso científico e tecnológico que, ao invés de impelir a humanidade a prosperar, às vezes tem sido instrumento do estabelecimento de ditaduras. Esta visão ajuda a explicar algumas tendências literárias do século passado, como aquelas de Ievguêni Zamiatin (*Nós*), Aldous Huxley (*Admirável mundo novo*) e George Orwell (1984).

Chris Ferns (1999, p. 106) também entende que a experiência moderna do sistema de governo totalitário põe em dúvida a premissa utópica de que uma autoridade forte e centralizada agiria para o melhor dos interesses dos cidadãos, o que ligaria, de forma perigosa, sistemas de governo totalitários aos ideais utópicos.

Esta corrente de pensamento, que liga as utopias ao totalitarismo, está embasada pelas ditaduras do século XX, em especial, a soviética. Não é intuito me prolongar por este assunto, embora reconheça a sua importância para a discussão no âmbito das utopias/distopias. Parte do livro de Russel Jacoby *Imagem imperfeita* (2007, p. 74) foi escrito para demonstrar como é errada a ideia de que as utopias geram sistemas totalitários. E ele é peremptório: “Não é a utopia, mas o seu colapso que é associado à violência”.

Entretanto, um elemento precisa ser enfatizado. Considerando o ponto de vista do autor/leitor das projeções de mundo, o que pode diferenciar uma utopia da distopia é o posicionamento de quem escreve ou lê, comparando o seu *status quo* com o mundo projetado na narrativa, quer dizer, o que em muitos casos poderia ser uma utopia para alguns, para outros, seria uma distopia. O que existe é uma fronteira tênue entre as duas, é o que escreve Jerzy Szacki em *As utopias ou A felicidade imaginada*, ao pensar nas fronteiras filosóficas entre as duas: “Pode-se então dizer que a fronteira entre a utopia positiva e a negativa é até certo ponto flexível: ‘o que deveria ser’ pode exemplificar aos olhos de outro indivíduo exatamente aquilo ‘que não deveria ser’” (1972, p. 115, grifo do autor).

E ele utiliza um exemplo do já referido *A cidade do sol*, de Tommaso Campanella: a descrição dos exercícios físicos dos espartanos e a separação dos candidatos para terem relações sexuais, pois os espartanos devem obedecer a um extensivo e nada estimulante ritual para o acasalamento. Para o coito, é necessário observar o dia determinado pelo legislador, a escolha do parceiro, que não é feita pelo participante, além de uma série de procedimentos pré-coito, o que tira qualquer possibilidade de liberdade dos participantes, seja para a escolha do parceiro, seja para a escolha do que e quando fazer.

Russel Jacoby (2007, p. 64) também reconhece que os textos utópicos apresentam certo autoritarismo:

Os projetistas utópicos apresentam o tamanho dos cômodos, o número de lugares às mesas, a hora exata em que despertar ou dormir. Entretanto, a força dos projetistas também é a sua fraqueza. Os planejamentos revelam, e por vezes celebram, um certo autoritarismo. Eles dizem: esse é o modo segundo o qual as pessoas *devem* se vestir, essa é a hora em que elas *devem* comer. [...] Lewis Mumford reflete sobre o fato de que, onde quer que ele buscasse novas idéias na história das utopias, deparava-se com excessivos esquemas ditatoriais (grifos do autor).

E Keith Booker (1994, p. 15) afirma que as visões utópicas e distópicas não são, necessariamente, diametralmente opostas, pois, não somente a utopia de um é a distopia de outro, “mas as visões utópicas de uma sociedade ideal frequentemente sugerem, inerentemente, uma crítica da ordem atual das coisas como não-ideais”. Enquanto isso, os “avisos distópicos dos perigos das utopias ‘ruins’ ainda permitem haver possibilidade de utopias ‘boas’”.¹⁴

¹⁴ but utopian visions of an ideal society often inherently suggest a criticism of the current order of things as nonideal. dystopian warnings of the dangers of “bad” utopias still allow for the possibility of “good” utopias.

O que se percebe, considerando o discurso utópico, é que o ponto de vista adotado na narrativa é convergente com o do projetista social, daí não haver conflitos entre os membros da sociedade, porque o mundo criado é um arquétipo daquilo que deveria ser na sociedade do seu autor. Já a distopia, chamada por Jerzy Szacki (1972) de utopia negativa, por outro lado, adota uma posição conflitante, de empenho político e de subversão:

A utopia negativa pode ser um chamamento à transformação das relações dominantes, do mesmo modo que qualquer outra utopia – ela é uma diagnose. Como toda utopia, destrói a satisfação com o que é, derruba a ponte que liga a realidade ao dever ser. Neste sentido ela faz o mesmo trabalho que os antigos projetos otimistas de sociedades ideais. Mostra um mundo dividido sempre por um “ou – ou”, por conflitos e escolhas fundamentais. É uma prova a mais da imortalidade do utopismo (SZACKI, 1972, p. 123-124).

Compreende-se o papel fundamental que os projetos de mundo, tanto aqueles positivos quanto os negativos, têm para a reflexão crítica em relação à sociedade. A diagnose apontada por Szacki se refere a algum mal presente na sociedade e que precisa ser enfrentado. Convoca o leitor para a reflexão, seja daquilo que há de positivo, seja daquilo que há de negativo. A distopia proporciona o vislumbrar de um mundo que alguma coisa não deu certo, além de apontar os problemas que as personagens enfrentam diante de um universo ficcional pouco favorável.

Diferentemente da utopia, a ficção distópica mostra uma sociedade que, por mais estranha que seja, extrapola aquela que existe, a sociedade do leitor. Enquanto que a ficção utópica realça a diferença da sociedade descrita, o escritor de distopias apresenta um futuro de pesadelo como um destino possível da sociedade presente, ou seja, a distopia serve de alerta para os leitores e implica que alguma coisa deva ser feita para que o pior não aconteça (FERNES, 1999, p. 107).

Considerando estes aspectos essenciais para a compreensão da ficção distópica, é possível considerar a preocupação que Leni Zumas, autora de *As horas vermelhas*, demonstra nesta narrativa: o cerceamento da liberdade feminina em virtude de uma agenda do presidente dos Estados Unidos, que é bastante conservadora no que tange ao direito feminino de posse do corpo, de casamento e de reprodução.

Alinhada com aquilo que tem de mais contemporâneo nas discussões a respeito dos direitos das mulheres, a distopia criada por Zumas reflete uma preocupação que estava em voga logo no início do governo de Donald Trump e de sua postura misógina. Assim, é possível associar o tema da narrativa com a preocupação da autora, de que um governo

extremamente chauvinista e com postura autoritária, especialmente quando se trata dos direitos femininos, estava ganhando força na virada da década de 10 do século XXI.

1.3 Afinal, para que servem as mulheres?

Embora esta pergunta possa soar pretensiosa e misógina, não deixa de ser uma pergunta importante e que deva ser debatida e combatida, tanto neste capítulo sobre distopia quanto no outro, sobre a teoria feminista. Isso porque a pergunta aparentemente pretensiosa está inclusa na capa da edição brasileira, como um subtítulo provocador. Entretanto, na edição em inglês, o romance foi intitulado *Red Clocks*,¹⁵ e a referida pergunta “Para que servem as mulheres?” (*What is a woman for?* – numa tradução literal, “Para que serve uma mulher?”), aparece na contracapa, o que indica ser um questionamento feito a partir da editora, como uma forma de apresentação do livro. Vale lembrar que na edição inglesa, semelhantemente à brasileira, a pergunta está estampada na capa.

O romance *As horas vermelhas*, publicado originalmente em 2018, apresenta os Estados Unidos praticamente semelhante àqueles que nós temos conhecimento, mas que, perigosamente, estão se tornando autoritários por causa da aprovação de novas leis de reprodução e de composição familiar. Esta postura, perigosa e doutrinadora, flerta com os regimes totalitários, que são bastante comuns em distopias literárias. Isso porque, recentemente, no universo ficcional criado por Zumas, foram aprovadas leis que aboliam conquistas femininas sobre reprodução, casamento e posse do corpo, o que mudou o país para pior, segundo o ponto de vista de algumas das protagonistas.

Na verdade, sob os cinco pontos de vistas presentes no romance, o mundo ficcional é bastante adverso, pouco convidativo e proibitivo para quem deseja assumir uma postura que entra em desacordo com os padrões e normas sociais vigentes, o que gera conflito e desgastes nas relações pessoais. Entretanto, observo existir um universo distópico para duas das protagonistas.

Conforme explica Chris Ferns (1999, p. 111), a distopia realiza uma inversão paródica da utopia tradicional. Antes de prosseguir com a discussão, trago uma breve conceituação de paródia. De acordo com Linda Hutcheon (1985, p. 47-48), em *Uma teoria da*

¹⁵ O título em português ignora a tradução literal, que é uma metáfora para o útero feminino (*Relógios vermelhos*).

paródia, a maioria dos teóricos do tema afirma que, etimologicamente, o termo significa “contra-canto”. Entretanto, a autora entende que o prefixo “para” tem dois significados: o primeiro deles (“contra”) aponta para uma oposição, um contraste entre os textos, com o intuito de zombar e caricaturar, ou seja, a definição mais conhecida; o segundo significado (“ao longo de”) “alarga o escopo pragmático da paródia”, e isso se torna muito útil para as discussões das formas da arte moderna. Por fim, após uma análise inicial, a autora entende que nada na paródia indica haver a necessidade da inclusão de um conceito de ridículo, e Hutcheon aponta para uma definição que sustentará a sua linha de raciocínio: “A paródia é, pois, na sua irônica ‘transcontextualização’ e inversão, *repetição com diferença*” (grifo meu). Já Tiphaine Samayault (2008, p. 53), em *A intertextualidade*, defende que a “paródia transforma uma obra precedente, seja para reutilizá-la, transpondo-a. Mas qualquer que seja a transformação ou a deformação, ela exhibe sempre um liame direto com a literatura existente”. Além disso, a paródia se torna uma derivação no qual o texto anterior, de alguma forma, é reconhecido. Se a distopia é uma paródia da utopia, é porque os elementos de composição de uma projeção de mundo, comportamento típico da utopia, são exacerbados sob o pior viés possível, na distopia.

Isso porque a projeção distópica retrata uma sociedade cuja indesejabilidade é mais evidente do que a desejabilidade de sua contraparte utópica, enquanto que, ao mesmo tempo, apresenta o protagonista cuja postura crítica é mais fácil de ser endossada pelo leitor. Quer dizer, para o leitor, é mais forte o seu não desejo de que a distopia se torne realidade do que o desejo de que a utopia aconteça. Esse movimento culmina, a meu ver, na maior identificação que o leitor tem com os protagonistas e as narrativas distópicas do que com os protagonistas e as histórias utópicas.

O autoritarismo evidenciado nas projeções ficcionais pessimistas visa a acentuar o perigoso caminho que as sociedades contemporâneas poderiam trilhar caso os pesadelos imaginados pelos projetistas distópicos se confirmassem, o que ratifica o cada vez mais crescente pessimismo que impregnou boa parte da literatura produzida no século XX. E uma rápida leitura das distopias clássicas deste século mostra haver um diálogo direto entre o “mundo real”, aquele em que o escritor vive, e o “mundo ficcional”, aquele que ele projeta quando decide acentuar algum aspecto negativo que vislumbra na sociedade.

Nós, de Ievguêni Zamiátin (2017), escrito nos anos 20, mas proibido na União Soviética, teve sua primeira edição publicada em 1927, em inglês, pois o autor sofreu censura no seu país de origem. A distopia russa mostra as impressões de um cientista que observa uma sociedade aparentemente perfeita, porém, organizada sob a tutela de um “Benfeitor”, que atua

de forma ditatorial, opressora e limita a liberdade individual, já que as casas são de vidro e os moradores, ao mesmo tempo em que vigiam os outros, são vigiados pelos vizinhos.

Admirável mundo novo (2003) mostra uma Inglaterra futurista em que os seres humanos são reproduzidos de forma assexuada e padronizada, conforme as castas (alfa, beta, gama, delta, épsilon). Para cada casta, há intervenções genéticas e uma série de estímulos hipnopédicos para garantir a total subserviência de todos. Não existem relações afetivas por intervenção do Estado, que dopa todos os cidadãos com doses diárias de uma droga do esquecimento, o soma. O livro é de 1932.

A revolução dos bichos, de George Orwell (2009) é uma fábula escrita em 1945 que transporta a Revolução Russa de 1917 para os limites de uma fazenda inglesa, a *Manor Farm*. Nela, George Orwell mostra que o sentido original da revolução, que alegava buscar a libertação do povo que era oprimido por um sistema político czarista, foi distorcido pelos seus próprios líderes. Assim, as personagens históricas russas, como Lênin e Stalin, terão seus correspondentes animais (os porcos). A fábula de Orwell critica e ironiza as distorções revolucionárias que culminaram na implantação de um sistema ditatorial que se mostrou sanguinário e opressor.

1984, o outro famoso romance de Orwell (2021) de 1949, projeta um mundo futurista onde as liberdades política e afetiva foram extintas. A falta de liberdade é tamanha que até nas casas foram implantadas sistemas de vigilância cuja principal meta é verificar e anular qualquer princípio de conspiração. Na figura autocrática e panóptica do Big Brother, os cidadãos da Oceania têm seus direitos mais elementares cerceados. Sob a tutela de um estado que massacra qualquer possibilidade de motim, o mundo ficcional deste romance estimula a violência física e moral ao ponto de anular qualquer manifestação contrária ao regime plutocrata.

Fahrenheit 451, de Ray Bradbury (2017), é uma narrativa que vislumbra como seria o mundo caso os livros fossem proibidos. Em uma versão radical do *Index Librorum Prohibitorum* (Índice dos Livros Proibidos), Bradbury cria uma sociedade em que todos os livros foram proibidos e a força do Estado totalitário é exercida pelos bombeiros, agora responsáveis por provocarem incêndios em casas que possuíam bibliotecas, e prenderem os poucos subversivos que resistiam à imposição das novas leis. Sua primeira edição é de 1953.

Além dessas narrativas distópicas clássicas, é possível também acentuar uma nova tendência pessimista que ganhou força significativa na virada dos séculos XX para o XXI, e

que Leyla Perrone-Moisés (2021, p. 221), conforme já comentado, se referiu como ficção pós-utópica.¹⁶ Dessas ficções mais recentes, gostaria de destacar aquelas que enfatizam problemas advindos do cerceamento de direitos femininos. Se por um lado, nesta breve exposição de distopias literárias clássicas, o mundo, de alguma forma, sofre por causa da imposição de sistemas totalitários de controle comportamental, por outro lado, existem algumas narrativas de temática distópica cujos universos ficcionais abordam os desafios enfrentados por mulheres em virtude da perda de seus direitos elementares. Quer dizer, nestas distopias de gênero, para as personagens masculinas, as condições de vida não pioraram. Porém, para as personagens mulheres, a aprovação de leis, as mudanças de governo ou a criação de “novas” políticas trouxeram uma piora em suas vidas, como se houvesse a concretização de pesadelos que destruiriam diversas de suas conquistas.

A primeira narrativa que chama atenção, *Noite da suástica*, de Katherine Burdekin (1989), conforme já mencionado, projeta um mundo futuro em que os nazistas haviam vencido a 2ª. Guerra Mundial, e Hitler era adorado como um deus. A história deste romance merece dois destaques: primeiramente, Katherine utiliza o pseudônimo masculino Murray Constantine; segundo, porque foi publicado em 1937, portanto, dois anos antes do início da Guerra. A narrativa é especulativa e mostra a configuração do mundo sob o regime do 3º Reich, 700 anos após a vitória dos alemães. Em um mundo sem judeus, os cristãos são perseguidos e as mulheres são consideradas animais falantes. Suas funções se resumem somente a reprodução e nada mais.

Embora *Noite da suástica* seja uma distopia com forte presença de elementos misóginos, o mundo projetado é pessimista por causa da vitória alemã, e sua configuração é um pesadelo para, praticamente, a humanidade toda. Já a partir dos anos 80, começou a se proliferar projeções de mundo em que a situação da mulher parece mais um pesadelo interminável. Em 1985, Margaret Atwood escreve *O conto da aia*, que, mais recentemente, recebeu adaptação televisiva e proporcionou que a autora escrevesse *Os testamentos*, em 2019, continuação do primeiro romance. *O conto da aia* está ambientado na Nova Inglaterra (nordeste dos Estados Unidos) e mostra como funciona um governo teocrático. Um movimento fundamentalista chamado filhos de Jacó assume o poder e funda a república de Gileade, uma espécie de teocracia em que o governo se baseia em preceitos cristãos conservadores, inclusive cerceando a liberdade feminina de posse sobre o próprio corpo, já que elas são vistas apenas como meios de proliferação da espécie.

¹⁶ A autora não cita os romances que menciono para ilustrar a ideia de uma “ficção pós-utópica”.

Vox, de Christina Dalcher (2018), analisa como seriam os Estados Unidos se uma lei, em que as mulheres só teriam direito de falar 100 palavras ao dia, fosse aprovada. Para isso, uma pulseira eletrônica foi colocada no pulso de todas as mulheres, inclusive no das crianças, para que fossem condicionadas ao limite desde a infância. As escolas passariam a ensinar somente conceitos básicos disciplinares, e para aquelas que ultrapassassem as 100 palavras, levariam choques progressivos na proporção de seus crimes. Já para os homens, nada havia mudado.

E *As horas vermelhas*, de Leni Zumas (2018), projeta os Estados Unidos cujas leis contra o aborto e a favor de embriões dificultam a vida de algumas mulheres, que pretendem ter o domínio sobre o próprio corpo e escolher que tipo de família almejam possuir. Zumas discute o impacto negativo na vida de personagens quando um governo retrocede em leis e conquistas que antes salvaguardavam os direitos mais básicos relacionados às mulheres: o de serem, de fato, proprietárias de seus próprios corpos e terem autonomia no tipo de família que pretendem constituir.

A narrativa apresenta cinco personagens principais, com cinco histórias que, de alguma forma, estão entrecruzadas. As novas leis aprovadas nos Estados Unidos não afetam todas elas. Entretanto, de alguma forma, algum desafio imposto às mulheres acaba reverberando em suas histórias, o que dificulta e muito suas vidas e o poder de decisão de seus próprios destinos.

As personagens principais das cinco histórias têm nomes próprios, porém, são poucos mencionados durante as mais de 300 páginas do livro. Na verdade, elas são tratadas não como indivíduos, que têm suas identidades e individualidades representadas pela adição de nomes próprios. Acredito que Leni Zumas opta por tratá-las por seus papéis sociais dentro deste universo ficcional, o que pode ser uma resposta para a pergunta feita neste subcapítulo.

Assim, em ordem de aparição, o romance começa contando, em micro narrativas, a história de Eivør Mínevudottír, que se torna a primeira **exploradora** do Ártico, no século XIX. A exploradora Polar, que nasceu em 1841, nas Ilhas Faroé, Dinamarca, acaba se tornando a primeira especialista mulher do Ártico e a pioneira na luta pelo reconhecimento da capacidade feminina de exploração e produção de conhecimento. Todavia, pouca informação biográfica dela está disponível, o que se caracteriza como um proposital apagamento de sua memória da história daquela região. Em tese, a exploradora se recusa a ser mãe e seguir o caminho natural de uma feroesa da época, quando opta por ter uma vida de aventura no extremo norte do planeta. Morre, precocemente, aos 43 anos de idade. Quem escreve a sua

biografia, ou seja, tenta resgatá-la do esquecimento é a personagem Roberta Stephens, que é professora de história em uma escola da pequena cidade de Newville, Óregon.

Roberta Stephens, além de professora e escritora, tem como sonho ser mãe. Durante a escrita/coleta de dados sobre Eivør, a **biógrafa** é obrigada a enfrentar dois enormes desafios: o de tentar engravidar, via reprodução artificial, algo que acaba não dando certo, e tentar adotar uma criança, plano que também é frustrado por causa da aprovação de uma lei em que somente casais heterossexuais possuem o direito de adoção. Por ser solteira e não abrir mão de sua liberdade, a biógrafa é impedida e desiste de sua intenção.

Gin Percival é uma mulher singular. Vive praticamente de recursos advindos da natureza, sendo uma especialista em ervas. Por esse motivo, é considerada pela comunidade local como uma bruxa. Aos 32 anos, vive sozinha em uma região afastada de Newville. No romance, é referida como **reparadora** por causa de sua habilidade com ervas e unguentos que ajudam mulheres na realização de tratamentos de saúde. Gin é presa, vítima de falsa acusação de prática ilegal de aborto, mas consegue a liberdade quando o seu advogado consegue provar a sua inocência.

Matilda Quarles (Mattie), uma adolescente que estuda na escola onde a biógrafa trabalha, está grávida do também adolescente Ephraim, que a abandona. Sua gravidez de 7 semanas, aproximadamente, ainda consegue ser ocultada dos pais adotivos e dos colegas da escola. É **filha** da reparadora, mas não sabe disso. Ao tentar fugir para o Canadá para tentar interromper a gravidez, quase é presa na fronteira. Ao voltar para o Óregon, consegue praticar o aborto com a ajuda da biógrafa.

Susan Kormos é mãe de dois filhos, John e Bex, além de ser a **esposa** do professor Didier, que leciona na mesma escola da biógrafa e da filha. Vive um casamento monótono e infeliz. Aos 37 anos, arrependida de ter desistido da faculdade de direito, presa à frustração de uma vida doméstica, cheia de rotinas e tarefas que para ela não fazem mais sentido, a esposa encontra subterfúgios para a sobrevivência ao criar fantasias sexuais com Bryan Zakile, professor e colega de Didier, e projetar uma fantasia de mundo onde ela seria bem sucedida.

Das cinco protagonistas de *As horas vermelhas*, destaco, para a discussão deste capítulo sobre utopia/distopia, as personagens filha, biógrafa e esposa, que vão ter suas histórias entrecruzadas no romance, pois a filha, conforme já mencionado, estuda na escola onde a biógrafa é professora de história. A filha engravida do namorado e, por ser ainda adolescente, decide interromper a gravidez. Porém, como a prática era proibida nos Estados Unidos, ela viaja para o Canadá, de forma ilegal, onde não consegue alcançar o objetivo. Com a ajuda da biógrafa, a filha consegue realizar o ato nos Estados Unidos. Já a biógrafa, solteira

e infértil, tem o sonho de ser mãe frustrado, pois só conseguiria adotar uma criança se ela se casasse, opção que rejeitou de forma veemente. Mesmo desejando adotar a criança que estava se formando no ventre da filha, a biógrafa a ajuda a interromper a gravidez. A esposa conhece a biógrafa e está frustrada porque o seu casamento entra numa rotina. Por esse motivo, acaba projetando um novo mundo, uma forma de utopia que só existe em sua imaginação mais secreta, e onde ela consegue realizar todos os seus desejos femininos, tanto sexuais quanto profissionais.

Desta forma, percebo que existe um tipo de distopia de gênero que afeta algumas das protagonistas do romance de Leni Zumas. Por entender que utopia e distopia projetam mundos a partir da imaginação, pretendo analisar, nos subcapítulos seguinte, como as novas leis aprovadas e revogadas acabam por tornar pesadelos as vidas de algumas mulheres (biógrafa e filha). Também, como a imaginação pode se tornar uma verdadeira aliada no caso daquelas personagens que só encontram alternativas felizes no reino da fantasia (esposa), ou se apegam a uma última alternativa quando o mundo parece desmoronar (biógrafa).

Por esse motivo, o próximo subcapítulo analisa o impacto provocado pelo cerceamento de certos direitos que retiram a liberdade de escolha e da posse sobre o corpo. A falta de direitos básicos e a cada vez mais crescente sensação de cerceamento do livre arbítrio são características das distopias, embora, no caso de *As horas vermelhas* não haver uma configuração de mundo tão diferente daquele que conhecemos, o que, a meu ver, deixa mais viável o perigo de que aquilo que se teme possa acontecer, já que não há uma radicalização na confecção do universo ficcional desta distopia de Leni Zumas.

1.4 Distopia de gênero. Quando testemunhamos horrores sendo legitimados

Considerando o romance *As horas vermelhas*, existe um engajamento político e social referente aos direitos de posse do corpo e da escolha do método conceutivo. Como uma distopia, há um “chamamento à transformação das relações dominantes” (SZACKI, 1972, p. 123) pela representação de personagens que não se adequam ao modelo social e político preestabelecido e pela representação de um mundo que se divide entre a conjuntura política dominante e aquelas personagens que, de alguma forma, quer seja por padrão de comportamento, quer seja por não aceitarem aquilo que é imposto, acabam optando pelo rompimento do *status quo*.

Os Estados Unidos criados pela perspectiva distópica de Leni Zumas¹⁷ apresentam pontos de conexão com a realidade mais atual daquele país, principalmente porque, na época da publicação do livro, conforme já exposto, o país era comandado pelo presidente republicano Donald Trump, que tinha uma política mais conservadora e que, inclusive, foi o primeiro presidente estadunidense a participar do comício antiaborto, em janeiro de 2020, como noticia a matéria do jornal BBC.¹⁸

As narrativas distópicas, de uma maneira geral, embora algumas possam apresentar um universo ficcional mais fantasioso, como é o caso dos romances *Blade Runner: Androides sonham com ovelhas elétricas?*, de Philip K. Dick e *O macaco e a essência*, de Aldous Huxley, estão sempre alinhadas com os perigos e os medos das sociedades, e estão sempre criando universos cujas representações assombram os seus leitores. Um aspecto que preciso considerar é que, normalmente, as distopias costumam radicalizar nos universos ficcionais projetados, quer dizer, apresentar mundos futuristas e que se diferenciam, em vários elementos tecnológicos se comparados aos dos seus leitores. Entretanto, Leni Zumas cria uns Estados Unidos praticamente poucos diferentes daqueles que costumamos ver ou ter notícias. A diferença é mínima, perceptível apenas pela menção da aprovação de novas leis favoráveis aos fetos e desfavoráveis às mulheres e à formação de famílias diversificadas.

Embora *As horas vermelhas*, se comparada ao livro *O conto da aia*, de Margaret Atwood, apresente um universo ficcional mais parecido com a atual conjuntura da sociedade estadunidense (que é conservadora, mas não radical como a descrita no livro da autora canadense), não deixa de possuir elementos distópicos, principalmente se considerarmos o ponto de vista geral da narrativa, que está alinhada a uma visão de valorização e de respeito dos direitos mais elementares da mulher: o da propriedade de seu próprio corpo.

Esse primeiro tema se refere às personagens biógrafa e filha, que se aproximam quando a filha confessa estar grávida e decide não dar continuidade a maternidade, o que afeta, profundamente, a outra personagem, que sonha em ser mãe, mas não entende a sua motivação:

¹⁷ Em entrevista no lançamento do romance, na feira literária da AWP, em 2018, a autora afirmou que, às vezes, chamava *Red Clocks* de “paratopia”. O prefixo grego “para” quer dizer “ao lado”, “próximo de nós”, segundo Zumas, o que significa ser a sua narrativa algo possível e perto da nossa realidade, principalmente se for considerado o tema do aborto, que é tabu e polêmico nos EUA. Na hermenêutica adotada para esta dissertação, trabalho com a ideia de que o romance é distópico, ao invés de paratópico, conforme análise desenvolvida. A entrevista completa realizada para a promoção do livro está disponível no *Youtube*, em https://www.youtube.com/watch?v=L_HieF56I_U&ab_channel=PBSBooks. Acesso em 20 de março de 2022.

¹⁸ A informação está disponível no site <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-51239795>. Acesso em 20 de março de 2022.

A biógrafa não quer uma casa, mas quer um filho. Não pode explicar por quê. Só pode dizer *Porque quero*.

O que não parece um motivo bom o suficiente para todo esse esforço.

Talvez ela tenha sido simplesmente manipulada pelo marketing. Bombardeada por imagens de mãe e filho, da mamãe urso e do bebê urso, ela aprendeu, sem saber que estava aprendendo, a desejá-los (ZUMAS, 2018, p. 233, grifo da autora).

Não existe uma motivação aparente para o desejo irrefreado da biógrafa de ser mãe. Mesmo utilizando todos os meios possíveis (tratamento para fertilização) e que não lhe tiram a liberdade, seu plano acaba sendo frustrado. É verdade que se ela se casasse poderia adotar, entretanto, o casamento não lhe é uma opção em virtude do cerceamento de sua liberdade e do direito de continuar solteira. Diante das opções: ser mãe casada ou não ser mãe, mas ficar solteira, a biógrafa opta pela segunda, porque Roberta “não é uma pessoa de longo prazo. Gosta de ficar sozinha” (ZUMAS, 2018, p. 41). Além disso, a biógrafa não quer ter uma família parecida com a dela ou com a dos Korsmos (família da esposa): pai, mãe, irmã, irmão, uma típica “família americana quadradinha” (ZUMAS, 2018, p. 233). Mesmo assim, é possível perceber um misto de ressentimento, de ódio e de inveja, que uma sente pela outra:

Razões por que ~~tenho inveja de~~ odeio Susan:

1. Fonte conveniente/grátis de esperma
2. Tem dois [filhos]
3. Não paga aluguel
4. Disse para eu me distrair no cinema
5. Tem dois (ZUMAS, 2018, p. 233)

O fato de Susan ter dois filhos e uma fonte grátis de esperma desperta na biógrafa inveja e ódio ao mesmo tempo. Inveja porque Susan, mesmo que anos depois venha a se arrepender de sua escolha, optou por ser mãe e constituir família. Foi uma decisão dela, de sua vontade e não uma imposição do governo. O sentimento de ódio ocorre porque Roberta tem uma certa rivalidade com Susan, já que ela é solteira enquanto que a outra, casada. Susan tem filhos, Roberta, não. Susan é capaz de gerar vida, Roberta, não. Se for preciso, Susan pode adotar. Já Roberta, somente se ela se casar: “Como a esposa pode torcer para que Ro[berta] não engravide? Para que não publique seu livro sobre a cientista do gelo?” (ZUMAS, 2018, p. 137).

Além de Susan, chega um momento em que a biógrafa começa a odiar Mattie, a filha, por ela ter experimentado algumas semanas de gravidez, ter tido sensações que a outra jamais sentiria, ter visto o corpo se transformar para se adequar ao estado de gravidez que,

também, jamais aconteceria com o corpo de Roberta. Embora a biógrafa tenha apoiado o aborto da filha, ela não conseguiu superar a frustração de não conseguir ter o seu direito de ser mãe preservado:

Ela quer que Mattie seja feliz. Que fique segura. Que fique livre do sofrimento.

Mas também: não a suporta.

Odeia a garota por experimentar as vinte e uma semanas de gravidez que ela nunca vai experimentar pessoalmente (ZUMAS, 2018, p. 300).

O tema central de *As horas vermelhas* envolve a discussão a respeito do cerceamento de direitos da mulher, como o de optar manter uma gravidez ou mesmo de decidir a respeito da constituição de uma família sem a presença da figura masculina. Considerando este aspecto, que envolve a retirada do livre arbítrio feminino, é possível entender que a falta de direitos da mulher não é uma condição *sui generis*, acredito, em nenhuma sociedade. Sendo assim, é preciso considerar o que faz deste romance ser uma distopia, uma projeção pessimista do mundo. O fator *sine qua non* da narrativa de Leni Zumas, que a caracteriza como uma projeção distópica está na mudança de algumas leis que, antes, concediam liberdade para as mulheres. Refiro-me a implantação de uma “Emenda da Pessoaalidade”, que deu direito à vida, dentre outros direitos, ao óvulo fertilizado:

Dois anos atrás, o Congresso dos Estados Unidos ratificou a Emenda da Pessoaalidade, que dá o direito constitucional à vida, à liberdade e à propriedade a um óvulo fertilizado no momento da concepção. O aborto agora é ilegal em todos os cinquenta estados. Facilitadores de aborto podem responder por homicídio doloso, e as mulheres que o procuram, por conspiração para praticar homicídio. A fertilização *in vitro* também está banida em nível federal, porque a emenda proíbe a transferência dos embriões do laboratório para o útero. (Os embriões não podem dar seu consentimento à mudança.) (ZUMAS, 2018. p. 36-37).

Na representação daquela sociedade, havia uma maior preocupação em garantir os direitos dos óvulos, ou seja, dos seres humanos ainda não nascidos do que daqueles que já faziam parte da sociedade. A meu ver, as leis são contraditórias, pois, se por um lado há a proibição do aborto, para garantir o alegado direito à vida dos fetos, por outro, os embriões, que estão numa fase anterior ao de feto, não conseguem alcançar esta nota etapa, porque, pela fertilização *in vitro*, seria necessário haver a transferência dos embriões do laboratório para o útero. Entretanto, por mais absurdo que possa parecer, os embriões precisariam consentir essa transferência, o que, é claro, não acontece. Por esse motivo, existe também um direito a não

continuidade da vida, tendo em vista que o embrião precisa do útero para o seu desenvolvimento. Há, na própria lei, um princípio de “não aplicabilidade”, porque a lei, que supostamente visa a garantir a vida dos embriões, não consegue ser eficiente na sua aplicação porque eles jamais sairão dessa condição.¹⁹

A biógrafa começa uma corrida contra o tempo para tentar alguma adoção antes que a lei entre em vigor. Nesse ínterim, passa por uma série situações que a pressionam a se fechar em um mundo particular, idílico. Em sua relação com o mundo exterior, começa a passar por pressões sociais que a inibem, afetam e sufocam. Daí a necessidade de escrever sobre uma pioneira da exploração do Ártico, praticamente desconhecida. Roberta procura corrigir essa injustiça com Eivør Mínervudóttir, sua biografada cujo artigo sobre as geleiras foi publicado com o nome do seu tutor, Harry Rattray. Isso aconteceu porque a Sociedade Real de Londres para o Melhoramento do Conhecimento Natural não acreditou que o artigo havia sido escrito por uma mulher. Ao mesmo tempo em que procura corrigir esta injustiça histórica, ela passa por uma injustiça jurídica por causa da nova lei.

O problema que ela enfrenta é causado pelo Estado, que define e decide os padrões de comportamento social. Se as novas leis afetam, de forma negativa, a protagonista da narrativa, fica evidenciado que a nova configuração de mundo não privilegia pelo menos uma parte significativa da população, ou pelo menos aqueles cujo ponto de vista ficcional se torna preponderante. A configuração deste mundo ficcional não privilegia a liberdade, o livre arbítrio daquelas mulheres que querem ser mães, como é o caso de Roberta, mas que não atendem aos pré-requisitos estabelecidos pelas leis. Daí acontecer um tipo de reação que particulariza um sofrimento reprimido: a biógrafa problematiza seus pesadelos em listas intermináveis onde suas frustrações são categoricamente enumeradas:

Ela começa uma nova lista: *Acusações feitas pelo mundo*.

1. Você é velha demais.
2. Se não consegue ter um filho do jeito natural, não devia ter um filho.
3. Toda criança precisa de dois pais.
4. Filhos criados por mães solteiras são mais propensos a estuprar/assassinar/usar drogas/tirar notas baixas em testes padronizados.²⁰

¹⁹ Não é difícil perceber que elementos ficcionais podem, em determinados contextos, acontecer na “vida real”. No final de 2022, uma matéria do canal de notícias G1 informou que deputados da ala governista queriam acelerar projeto de lei que proibiria o aborto em caso de estupro e, pasmem, garantiria os mesmos direitos à vida a indivíduos concebidos *in vitro*, mesmo antes da transferência para o útero da mulher. A matéria por ser lida em sua íntegra no seguinte endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/07/deputados-bolsonaristas-tentam-acelerar-projeto-que-impede-aborto-ate-em-casos-de-estupro.ghtml>.

²⁰ Por mais estranha que esta afirmação possa parecer, ela está longe de ser somente ficcional. No dia 17 de setembro de 2018, o então candidato a vice-presidente, Hamilton Mourão, disse em uma entrevista que famílias

5. Você é velha demais.
6. Você devia ter pensado nisso antes.
7. Você é egoísta.
8. O que você está fazendo não é natural.
9. Como a criança vai se sentir quando descobrir que o pai é um masturbador anônimo?
10. Seu corpo é uma casca grisalha.
11. Você é velha demais, sua solteirona patética!
12. Você está fazendo isso só porque se sente solitária? (ZUMAS, 2018, p. 17-18, grifo da autora).

Esta primeira lista indica dois problemas: que a biógrafa, provavelmente, tem se deparado com uma série de comentários maldosos por causa de suas escolhas (não se casar, querer ser mãe solteira, ter uma reprodução independente, estar em uma certa idade que foge dos padrões para quem quer ser mãe pela primeira vez, 42 anos, ter o seu plano questionado); que ela está se sentindo pressionada a desistir e aceitar duas possibilidades: se casar e ter família ou não se casar e permanecer sem filhos. Enquanto ela não abre mão de sua liberdade, optando por ficar solteira e tentando uma reprodução independente, a lista de acusações do mundo aumenta:

13. Preferir ficar sozinha é patológico.
14. Seres humanos foram feitos para buscar companhia.
15. Por que você não se esforçou mais para encontrar um parceiro?
16. Pessoas casadas têm vidas mais longas e saudáveis.
17. Você acha que alguém realmente acredita que você está feliz sozinha?
18. É macabro que você se identifique tanto com guardiões de farol (ZUMAS, 2018, p. 146).

O que fica visível nesta lista é que a biógrafa está em conflito com o mundo, contra tudo aquilo que ele representa, contra seus preconceitos e suas afirmações misóginas. Por fugir do padrão, daquilo que é imposto e tido como normal pela sociedade, a biógrafa é obrigada a enfrentar adversidades, lutar contra o *status quo*, contra aquela configuração do universo que está terminantemente contra ela.

As famílias estão sob o controle do Estado, que retira os direitos sobre o próprio corpo das mulheres, fazendo com que aquelas que quisessem interromper a gravidez tivessem apenas duas alternativas: ou viajar ilegalmente para o Canadá, país onde as leis eram menos severas, ou forçar um aborto “acidental”:

pobres compostas somente de mãe e avó são “fábricas de desajustados” que tendem a ingressar em narcoquadrilhas. A notícia completa pode ser acessada em <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/09/casa-de-mae-solteira-e-fabrica-de-desajustados-diz-mourao.html>. Acesso em 13 de Set de 2022.

Ano passado uma das garotas do último ano se jogou das escadas da quadra, mas mesmo depois que quebrou uma costela ainda estava grávida, e Ro/Senhora disse em aula que esperava que eles entendessem quem era o culpado por aquela costela: os monstros do Congresso que aprovaram a Emenda da Pessoalidade e os lobotomizados do Supremo Tribunal que reverteram *Roe v. Wade* (ZUMAS, 2018, p. 54).²¹

A distopia de Zumas tem como caráter um engajamento feminista cuja principal motivação é transformar as relações dominantes, subvertendo-as ao criar personagens que se posicionam contra um modelo social vigente. Neste primeiro caso, da personagem biógrafa, há um visível confronto com o *status quo*. Assim, existe até uma forte politização evidenciada pelo tipo de construção narrativa que se caracteriza como distopia, quando posiciona personagens que lutam para reverter o estado atual das coisas. E que estado atual das coisas seria este? A narrativa é bem clara:

Ela [Roberta] estava tranquilamente ensinando História quando aconteceu. Acordou um dia com um presidente eleito em que não tinha votado. Esse homem pensava que mulheres que sofriam abortos espontâneos deviam pagar por funerais para o tecido fetal, e pensava que um técnico de laboratório que acidentalmente derrubasse um embrião durante a transferência *in vitro* devia responder por homicídio culposo. Ela ouviu dizer que houve comemorações na comunidade para aposentados em que o pai dela vivia, em Orlando. Marchas pelas ruas de Portland. Em Newville: uma calma amarga (ZUMAS, 2018, p. 37).

O fato de um presidente, que ela não votou, ter sido eleito, faz parte de qualquer sistema democrático. O problema está na sua plataforma política, naquilo que ele pensava. As mulheres que sofressem aborto espontâneo deveriam pagar pelo funeral do tecido fetal; já os técnicos de laboratório responderiam por homicídio culposo caso derrubassem, por acidente, um embrião durante o processo de transferência *in vitro*. Isso significa que, na visão do presidente, tanto os nascituros quanto os embriões teriam o mesmo direito. O complicador está na obrigatoriedade de pagamento de funeral para o tecido fetal, no caso de aborto espontâneo, e a criminalização de acidentes de laboratório.

A projeção ficcional distópica da sociedade, que é, conforme já mencionado, um fenômeno que ganhou força no século XX, é compreendido por Chris Ferns (1999, p. 105-106), como uma combinação de dois movimentos: um movimento de inversão paródica da

²¹ Conforme a nota de rodapé do tradutor do romance: “Caso judicial dos anos 1970 nos Estados Unidos em que a Suprema Corte decidiu pelo direito ao aborto ou interrupção voluntária da gravidez”.

utopia tradicional, conforme já comentado, com outro movimento de sátira da sociedade contemporânea. Se, por um lado, a ficção utópica dava expressão ao crescente senso de domínio da humanidade sobre o mundo natural e a condições sociais, as narrativas de Ievguêni Zamiátin (*Nós*), Aldous Huxley (*Admirável mundo novo*) e George Orwell (*1984*), por exemplo, falava com um público cada vez mais desiludido com as consequências das aspirações ao referido controle.

Ainda conforme Ferns (1999, p. 106), “[h]á várias razões para isso. A primeira e mais óbvia – como já foi sugerido – é a experiência moderna dos governos totalitários cuja conduta colocou em questão a premissa da utopia tradicional que a autoridade forte e centralizada agiria no melhor interesse dos cidadãos”.²²

Agora, seria preciso procurar entender o visível crescimento que a ficção distópica de gênero apresentou do final dos anos 80, do século XX, para os dias atuais. É inegável que romancistas do calibre de Margaret Atwood, Naomi Alderman, Leni Zumas e Christina Dalcher estão atentas para o fato de que, embora a sociedade esteja em constante processo evolutivo, a pauta feminista não avança na mesma velocidade e, em alguns casos, acontece um processo de involução, como é visível, por exemplo, em alguns países árabes. Não é difícil de imaginar que muitas mulheres enfrentam mundos cujas configurações são, essencialmente, pessimistas. E, nas últimas décadas, parece haver um interesse maior das autoras literárias em representar mulheres que enfrentam diferentes representações distópicas no reino ficcional.

Por isso, a ficção distópica, mesmo aquelas em futuros remotos, reafirma a conexão entre o real e o imaginado. Enquanto que a utopia enfatiza a diferença entre o mundo real e a sua alternativa utópica, a distopia acentua as semelhanças entre o nosso mundo e aquele que é projetado pela imaginação. Ou seja: “A distopia, com efeito, satiriza ambas a sociedade que existe, e a aspiração utópica de transformá-la”. Sendo assim, “[d]a perspectiva distópica, é justamente por causa de suas raízes na sociedade existente que a utopia é incapaz de transcendê-la: condicionada pelo que existe, a utopia só pode oferecer mais do mesmo, em maior escala” (FERNES, 1999, p. 106).²³

²² There are several reasons for this. The first and most obvious — as has already been suggested — is the modern experience of totalitarian governments whose conduct has called into question the traditional utopian premise that strong, centralized authority would act in the best interests of the citizen.

²³ Dystopia, in effect, satirizes both society as it exists, and the utopian aspiration to transform it. From the dystopian perspective, it is by very reason of its roots in existing society that utopia is unable to transcend it: conditioned by what exists, utopia can only offer more of the same, on a larger scale.

Leni Zumas, assim como outras autoras, entenderam seus papéis de porta-vozes das mulheres e de suas diferentes angústias ao verem o recrudescimento da retirada de liberdade das mulheres. Zumas, posso afirmar com base em sua ficção, possui uma abordagem bastante politizada nesta narrativa. Isso porque fica evidente que a ascensão de Donald Trump e de sua pauta conservadora, em 2017, foi fundamental para a gestação de *As horas vermelhas*.

A ficção utópica realça a diferença da sociedade que ela descreve, em comparação com a sociedade em que o autor vive, porém, obscurece a conexão entre o mundo real e a sua alternativa e raramente indica como a sociedade alternativa representada pelo texto utópico poderia ser criada. Por outro lado, a distopia apresenta a sociedade como um verdadeiro pesadelo futuro que se descortina como uma possibilidade para a sociedade presente. Por esse motivo,

a ficção distópica acentua as semelhanças entre o nosso próprio mundo e a sociedade futura projetada. A distopia, em efeito, satiriza ambas a sociedade como ela existe e a aspiração utópica de transformá-la. Da perspectiva distópica, é por causa de suas raízes na sociedade existente que a utopia é incapaz de transcendê-la: condicionada por aquilo que existe, a utopia pode somente oferecer mais do mesmo em uma larga escala. O aparente sonho nobre da utopia de criar um mundo melhor é visto como arrogante e presunçoso – o reflexo de uma crença inquestionável no direito da humanidade de controlar e manipular ambas humanidade e natureza (FERNS, 1999, p. 109).²⁴

A representação distópica tem sido largamente utilizada pela literatura. Autores literários passaram a alimentar significativamente a discussão a respeito da representação de uma sociedade idealizada, principalmente ressaltando os seus aspectos negativos. Isso fica evidenciado pela abordagem que diversos autores, a partir do século XX, deram ao tema, enfatizando o que de pior a sociedade poderia conceber se continuasse adotando parâmetros que se desenhavam nesse século, assolado por diversos conflitos bélicos e por duas guerras mundiais.

O início do século XXI ainda não apresentou conflitos bélicos na proporção daqueles de 1914-1918 e 1939-1945. Entretanto, isso não significa que estejamos livres de

²⁴ dystopian fiction highlights the resemblances between our own world and the projected society of the future. Dystopia, in effect, satirizes both society as it exists, and the utopian aspiration to transform it. From the dystopian perspective, it is by very reason of its roots in existing society that utopia is unable to transcend it: conditioned by what exists, utopia can only offer more of the same, on a larger scale. Utopia's apparently noble dream of creating a better world is seen as arrogant and presumptuous — the reflection of an unquestioning belief in mankind's right to control and manipulate both humanity and nature.

uma nova guerra que envolva diferentes países. E, também, isso não quer dizer que o desenho deste mundo esteja perto do que poderia soar utópico. De fato, é preciso ratificar que a luta das mulheres ainda está longe de ter chegado ao fim. A ficção distópica de gênero deixa isso bem claro.

Tanto as utopias quanto as distopias fazem projeções sociais. Enquanto que a utopia ressalta aspectos cridos como positivos, a distopia acentua apenas os aspectos negativos. Ela apresenta um tipo de projeção que provoca horror, ao invés de admiração, mostra pesadelos ao invés de idílios (SZACKI, 1972, p. 111). A distopia enfatiza o assombro, pois acentua tendências contemporâneas que põem em risco a liberdade.

Dentre essas ameaças à liberdade está, em *As horas vermelhas*, o princípio da constituição familiar que foge daquele padrão socialmente aceito: pai, mãe e filhos. Existem, evidentemente, uma variedade significativa de famílias na sociedade atual, dentre as quais famílias com mães solteiras. O caso da biógrafa, que tenta tratamento para melhorar a sua fertilidade, se enquadra no tipo de família que os Estados Unidos de *As horas vermelhas* não aceitam. A partir de uma lei que “garantiria” que as crianças formariam família com a presença obrigatória de pais e mães e que negaria a existência de famílias que fugissem deste modelo, a biógrafa viu o seu sonho, de ser mãe, extinto. Solteira e infértil, ela é obrigada a desistir do seu plano de adoção:

No dia quinze de janeiro – em menos de três meses – essa lei, também conhecida como Toda Criança Precisa de Dois, entrará em vigor. Sua missão: *restituir a dignidade, força e prosperidade às famílias americanas*. Pessoas não casadas ficarão legalmente proibidas de adotar. Além da necessidade de certidões de casamento válidas, todas as adoções deverão ser aprovadas por uma agência federal, criminalizando transações privadas (ZUMAS, 2018, p. 38, grifo da autora).

A biógrafa trava uma luta contra o tempo porque ainda pode conseguir realizar uma adoção de forma legalizada, já que, “[a]té quinze de janeiro, ela ainda pode ser selecionada do catálogo, escolhida por uma mãe biológica, receber um telefonema da assistente social: *Srta. Stephens, tenho boas notícias!*” (ZUMAS, 2018, p. 147, grifo da autora). Isso porque, a partir do “dia quinze de janeiro, o Toda Criança Precisa de Dois vai restituir a dignidade, força e prosperidade às famílias americanas” (ZUMAS, 2018, p. 147).

Considerando a ideia da utopia, o seu criador faz uma comparação entre a sociedade idealizada que ele projeta com a sociedade em que ele vive, acentuando as diferenças e projetando na imaginação o modelo de perfeição, que não é aquela sociedade em

que ele vive. Já o criador da distopia compara o mundo (ou o país) que ele ficcionalizou, enfatizando os seus aspectos negativos, com a sociedade em que está inserido (surpreendentemente melhor ou “menos ruim”). Se o autor utópico cria uma sociedade livre de todo o mal, o autor distópico produz uma sociedade totalmente má e que limita uma série de direitos das personagens, como acontece em *As horas vermelhas* e o drama vivido pela biógrafa e pela filha, que não desejava manter a gravidez.

Ainda me pautando na configuração distópica do mundo para a biógrafa, é de se destacar haver uma tentativa de combate a transformação social proporcionada pela eleição de um governo conservador. Como participante ativa da história, Roberta parece demonstrar ter um compromisso social não somente com a pauta dos direitos da mulher, mas também com os direitos humanos:

Quando o Congresso propôs a Emenda Vinte e Oito à Constituição dos Estados Unidos e ela foi enviada aos estados para votação, a biógrafa escreveu e-mails aos seus representantes. Marchou em protestos em Salem e Portland. Doou dinheiro ao Planned Parenthood.²⁵ Mas não estava tão preocupada assim. Era só um teatrinho político, ela pensou, uma demonstração de poder dos conservadores que controlavam a Câmara e o Senado em conluio com um novo presidente defensor dos fetos. Trinta e nove estados votaram para ratificar. Uma maioria de três quartos. A biógrafa observou a tela do computador estampada com essas notícias, se lembrou das placas nas marchas (MANTENHA SEUS ROSÁRIOS LONGE DOS MEUS OVÁRIOS! PENSE FORA DA MINHA CAIXA!) e, das petições on-line e dos editoriais de celebridades. Ela não conseguia acreditar que a Emenda da Pessoaalidade tinha se tornado real com todos esses cidadãos tão contrários a ela (ZUMAS, 2018, p. 171).

A luta da biógrafa, e de vários outros inconformados com o rumo político dos Estados Unidos, não foi suficiente para barrar a aprovação da nova lei. Para a candidata à mãe, a proposta de emenda parecia absurda e pouco provável de aprovação. Entretanto, ela foi surpreendida pelo poder político dos conservadores, que controlavam a Câmara e o Senado e, em conluio com o presidente, conseguiram a aprovação de uma lei que não traria benefício, principalmente para as mulheres. A Emenda da Pessoaalidade foi um retrocesso, pois retirou um direito humano de procurar a fertilização *in vitro* como recurso para a realização do desejo de constituir família. Além disso, a proibição do aborto retirou o direito das mulheres de decidirem levar adiante ou não a maternidade:

²⁵ Conforme nota de rodapé do tradutor do romance: “ONG que oferece serviços de saúde reprodutiva, incluindo abortos, além de promover a educação sexual. Tem centenas de clínicas nos Estados Unidos e é frequentemente alvo de ataques”.

Ela sabia – era seu trabalho como professora de História saber – quantos horrores são legitimados em plena luz do dia, contra a vontade da maioria das pessoas.

Com o aborto ilegal, disseram os homens do Congresso, mais bebês estariam disponíveis para adoção. Não ia machucar ninguém, disseram, banir a fertilização *in vitro*, porque as pessoas com úteros defeituosos e esperma fraco podiam simplesmente adotar todos aqueles bebês.

Não foi o que aconteceu (ZUMAS, 2018, p. 172).

O maior “horror” que se legitimou, na vida de Roberta, foi a retirada da possibilidade de ser mãe adotiva, pois a fertilização *in vitro* estava proibida. Embora suas tentativas de fertilização fossem mal sucedidas, não se pode ignorar o cerceamento de direito de outros cidadãos estadunidenses que, em *As horas vermelhas*, não conseguiriam mais pelo menos ter a chance de tentar uma reprodução assistida. Para Roberta, conforme expus anteriormente, ainda existia o processo de adoção de forma legalizada:

A não ser que uma mulher ou garota grávida decida, nas próximas três semanas, que adoraria que seu bebê fosse criado por uma mãe solteira vivendo com o salário de professora do Ensino Médio, a biógrafa será removida da lista da agência. *Para restituir a dignidade, força e prosperidade às famílias americanas.*

Ela pode permanecer na lista de adoção temporária, mas o ECN2 estipula que em casas de pais solteiros, uma adoção temporária não pode levar à adoção permanente (ZUMAS, 2018, p. 200, grifo da autora).

Todas as chances de Roberta constituir a sua família, de decidir, de forma autônoma, o perfil familiar que ela gostaria de possuir, estavam chegando ao fim. Como uma distopia que legitima o horror do cerceamento de direito e do fim da autonomia pessoal, fica manifesto que o romance de Leni Zumas constrói um verdadeiro pesadelo para uma de suas protagonistas. Porém, este pesadelo se descortina em seu estado de vigília, o que lhe retira a esperança do dia seguinte, da percepção tranquilizadora de que ao acordar, o sonho ruim chegará ao fim. Parodiando as Escrituras²⁶, o choro da biógrafa não durará apenas uma noite. Sua alegria não virá pela manhã, porque a distopia configura pesadelos ao invés de idílios durante o período de vigília. Não há aquela esperança de que, ao acordar, a tempestade terá acabado. A angústia da biógrafa acontece em plena luz do dia, em uma sequência aparentemente interminável. Fica visível, inclusive, o endurecimento crescente da atmosfera contrária e a falta de expectativa de que a nuvem negra e pesada chegará ao fim. A nova

²⁶ O livro de Salmos 30:15 assim está: “Porque a sua ira dura só um momento; no seu favor está a vida. O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem pela manhã.

conjuntura acaba por transformar o *status* de algumas personagens, que saem de uma vida aparentemente estável para uma configuração perigosa e, certamente, inevitável: “As novas leis transformam a garota em uma criminosa [...], a própria biógrafa – se tivesse pedido o bebê de Mattie e forjado a certidão de nascimento – [também a transformam] em uma criminosa” (ZUMAS, 2018, p. 254).

A distopia possui esse caráter de transformar, de modificar para pior aquilo que antes estava estável. Os Estados Unidos de antes das novas leis poderiam não ser um paraíso utópico. Porém, se comparados àqueles representados a partir da Emenda da Pessoalidade, fica visível haver uma piora em seus quadros sociais, já que personagens como a professora de história Roberta seria considerada uma criminosa caso tentasse adotar uma criança sem estar devidamente casada.

A situação da biógrafa, que precisa enfrentar a Emenda da Pessoalidade, a nova lei, não é nem um pouco favorável. A impressão é que Roberta, para além das leis desfavoráveis e das críticas que ela lista, precisa também enfrentar a sua própria crítica, pois, ela se questiona, “[c]omo alguém pode criar um filho sozinha quando seu almoço consiste em salgadinhos de milho de uma máquina automática”? (ZUMAS, 2018, p. 39).

Pensando neste início de século, não posso deixar de perceber que as utopias continuam enfraquecidas, pois a ideia de que a modernidade poderia trazer para a humanidade progresso e, conseqüentemente, o advento de um futuro de paz e de justiça social entre as nações, se mostrou ineficaz. Assim, é compreensível que, mesmo no avançar do novo século (XXI), exista uma forte tendência de a literatura contemporânea continuar a discutir os perigos advindos de situações totalitárias e de cerceamento de direitos. No caso de *As horas vermelhas*, percebo haver uma tendência literária de criação de distopia de gênero, principalmente com temas que envolvem os papéis que as mulheres assumem, socialmente.

1.5 O cerceamento do direito de posse do corpo: o caso de Matilda, que não quer ser mãe

Se, por um lado, a narrativa mostra o desespero de uma biógrafa de ser mãe, que vê o seu sonho sendo frustrado pela limitação genética e pela aprovação de leis que retiram direitos fundamentais, por outro, a narrativa também mostra uma personagem, Matilda (Mattie), a filha, também tendo que enfrentar a lei, mas para garantir o seu direito de não ser mãe.

Não é meu intuito fazer um julgamento de valores em relação à filha. Não cabe aqui, nesta dissertação, discorrer sobre argumentos favoráveis ou desfavoráveis em relação à sua decisão, de não continuar a gravidez. Meu objetivo está na discussão a respeito do direito de escolha desta personagem e o seu enfrentamento da lei que criminaliza a sua decisão, o que, a meu ver, também se caracteriza como um embate contra um mundo distópico, e que não respeita escolhas.

A imposição de regras que procuram regular o comportamento feminino é de caráter misógino. Tudo aquilo que é realizado com o objetivo de disciplinar a mulher, para atender uma agenda patriarcal, deve ser revisto. E a distopia criada por Leni Zumas, mesmo não recorrendo a um futuro fantasioso como fazem as distopias clássicas, não deixa de ser assustador porque o leitor vê se descortinar um modelo social que, em termos de aparência, não é muito diferente daquilo que vemos na atualidade. Os Estados Unidos do romance não são diferentes daqueles que nós conhecemos. E, a meu ver, o perigo está nesta similaridade, o que significa que a distopia não precisa ser fantasiosa para causar um impacto negativo na vida daqueles que são obrigados a enfrentá-la. E não é fantasiosa, também, a afirmação de que, na virada das décadas de 10 para 20 deste século, existe um forte avanço do conservadorismo e do patriarcado. Vale lembrar que o seu triunfo “não foi nem um acaso nem o resultado de uma revolução violenta. Desde a origem da humanidade, o privilégio biológico permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos”, escreve Simone de Beauvoir (2019a, p. 112).

Se as distopias fazem projeções críticas da sociedade e diagnosticam verdadeiras mazelas sociais (SZACKI, 1972), é possível pensar no romance de Leni Zumas como um exercício de imaginação cujo principal diagnóstico é de que existe um perigo real de cerceamento de liberdade quando o sistema político flerta com o autoritarismo, pois as distopias buscam assombrar os leitores quando apresentam tendências contemporâneas que ameaçam a liberdade (JACOBY, 2007).

E isso acontece também com a filha, que engravida ainda na adolescência e tem medo de ser presa sob a acusação de conspiração para a prática do aborto, como aconteceu com a sua colega, Yasmine, que foi presa por tentar abortar. O grande desafio da filha é conseguir realizar o ato sem que isso desperte suspeitas, pois os seus pais não sabem. Somente a biógrafa, que é sua professora de história, recebe a notícia da gravidez e da não vontade de continuá-la.

Para Mattie, só restam poucas alternativas perigosas: tentar forçar o aborto de “forma natural”, jogando-se de alguma escada, como aconteceu com uma garota de sua

escola, no ano passado. Mas, sua tentativa não logrou êxito, porque, mesmo quebrando uma costela, continuou grávida; ou tentar ir para o Canadá, onde a prática era legalizada. Entretanto, com a cada vez mais crescente travessia da fronteira de mulheres grávidas, o governo daquele país instituiu o Muro Rosa, uma barreira de fiscalização policial que prenderia qualquer mulher que fosse para o Canadá com este objetivo. Como é comum em distopias, a propaganda massiva informando sobre mudanças significativas ficava visível a todos:

Um outdoor na Rodovia 22 tem um boneco palito de uma pessoa usando saia com um balão no lugar do estômago, onde estava escrito:

NÃO VAMOS INTERROMPER UMA.

NÃO VAMOS COMEÇAR UMA.

O CANADÁ RESPEITA A LEI DOS ESTADOS UNIDOS!

As agências de inteligência estadunidense devem ter algum podre muito bom sobre o primeiro-ministro canadense. Do contrário, por que ele concordaria com o Muro Rosa? O controle da fronteira tem permissão de deter qualquer mulher ou garota “razoavelmente” suspeita de estar indo para o Canadá com o propósito de interromper uma gravidez. As mulheres são devolvidas (com uma escolta policial) ao seu estado de residência, onde o promotor público pode processá-las pela tentativa de aborto. Os serviços de saúde no Canadá também estão proibidos de fornecer fertilização *in vitro* a cidadãs estadunidenses (ZUMAS, 2018, p. 92, grifo da autora).

As autoridades canadenses deixaram bem claro a sua concordância em relação às novas leis do país vizinho. As informações do *outdoor* enfatizam que aquele país não permitiria nenhum aborto de cidadã estadunidense, muito menos iria realizar fertilização *in vitro*, duas práticas médicas que, pela narrativa, são legalizadas do outro lado da fronteira. Além disso, qualquer garota ou mulher que tentasse romper o Muro Rosa, seria tratada como criminosa, sendo escoltada para o estado de origem para ser processada pela justiça local.

Das duas alternativas, a filha escolhe a segunda, mas acaba fracassando ao não conseguir chegar ao Canadá. É “devolvida” aos Estados Unidos, apesar de não tenha sido presa, nem julgada. No entanto, ainda lhe resta uma última possibilidade: buscar alguma clínica clandestina que realize o procedimento, o que, de fato, ela consegue, com a ajuda da sua professora de história, Roberta.

A filha estava decidida de que aquela seria a melhor escolha, já que ela não queria carregar uma gravidez indesejada. Fato digno de menção é que ela é filha adotiva e a narrativa revela ao leitor que a sua mãe é a reparadora, Gin Percival. Porém, Matilda, mesmo sabendo ser adotiva, desconhece as suas origens. A leitura de *As horas vermelhas* não ressalta haver qualquer sentimento de culpa da filha ou de remorso depois de ter conseguido o aborto. No

período que antecede a realização do procedimento clínico, somente uma vez foi possível perceber dois pensamentos dela que poderiam dificultar a sua decisão. A primeira: “*E se a sua mãe biológica tivesse escolhido abortar?*”; a segunda: “*Pense em todas as famílias adotadas felizes que não existiram!*” (ZUMAS, 2018, p. 107, grifos da autora).

Suas duas reflexões são interrompidas por suas primas de Salem. Embora ela tenha pensado no assunto, a filha não cogita abandonar a ideia. Muito pelo contrário. Ela está decidida que não vai manter a gravidez, que precisa pôr um fim naquilo que a está atormentando. Mesmo que as leis lhes sejam desfavoráveis, que tolhem o seu direito de decisão, a filha enfrenta o governo distópico e consegue realizar, embora de forma ilegal, o seu propósito. Sua atitude deixa uma importante reflexão: cabe somente a ela a decisão de ter posse sobre o corpo, e não cabe ao Estado direcionar suas escolhas, dizer aquilo que ela pode ou não fazer.

Neste quesito, é possível afirmar que de todas as protagonistas do romance de Leni Zumas, a filha foi uma das poucas que conseguiu enfrentar uma situação adversa e vencer o poder das leis (além da sua mãe, Gin), da autoridade estatal, que é maior do que todas elas. Sua postura combativa é demonstrada desde a escola:

A matéria de Estudos Sociais do oitavo ano promoveu um debate sobre aborto. A filha preparou vários argumentos para a equipe pró-escolha. O pai corrigiu o trabalho dela, como de costume; mas em vez do “Excelente trabalho!” usual, ele sentou ao lado dela, apoiou uma mão no seu ombro e disse que estava preocupado com as implicações do seu argumento (ZUMAS, 2018, p. 123).

E também é demonstrada em sua própria casa, quando o pai corrige o seu trabalho e desaprova os argumentos favoráveis ao aborto, lembrando-a que ela era adotiva e que só estava viva e naquela família por causa da decisão de sua mãe biológica, que resolveu entregá-la para adoção:

- E se sua mãe tivesse escolhido abortar?
- Bem, *ela* não escolheu, mas outras pessoas deveriam poder.
- Pense em todas as famílias adotadas felizes que não existiram.
- Mas, pai, muitas mulheres ainda dariam os filhos para adoção.
- E aquelas que não dariam?
- Por que cada um não pode tomar sua decisão?
- Quando alguém decide assassinar um ser humano com uma arma, colocamos a pessoa na cadeia, não é?
- Não se for um policial.
- Pense em todas as famílias esperando por uma criança. Pense em mim e na sua mãe, quanto tempo esperamos.

- Mas...
- Um embrião é um ser vivo.
- Um dente-de-leão também (ZUMAS, 2018, p. 123-124, grifo da autora).

Para a filha, pertencia somente a pessoa que estivesse grávida a decisão de manutenção ou não do seu estado. Mesmo que um dos argumentos paternos (“Pense em todas as famílias adotadas felizes que não existiram”) coincida com um dos seus pensamentos, mencionado anteriormente, Mattie não se deixa ser convencida e revida este e todos os outros alegações apresentadas por seu pai. O fato de ela não vacilar nas suas respostas demonstra firmeza em suas convicções. Quando o pai menciona que “um embrião é um ser vivo”, a filha devolve o argumento lembrando-o que “um dente-de-leão” também não o deixa de ser, e nem por isso existe qualquer debate a respeito do seu direito de continuar vivo, muito menos uma obrigatoriedade de mantê-lo. E Matilda conhece bem os responsáveis por esta situação, por isso, ela se questiona:

Por que algumas morsas em Washington, DC, que nunca conheceram a filha, se importam com o que ela faz com o bolo de células? Eles não parecem incomodados com o fato de que filhotes de lobos são mortos por atiradores em helicópteros. Aqueles bebês já respiravam sozinhos, corriam e dormiam sozinhos, enquanto o bolo nem é um bebê ainda. Não sobreviveria por dois segundos fora da filha.

As morsas são as culpadas por Yasmine (ZUMAS, 2018, p. 189).

O posicionamento da filha deixa visível que ela não considera o feto uma pessoa. Que as “morsas” da capital dos Estados Unidos se importam com as decisões de pessoas que elas nem mesmo conhecem. Além disso, confundem o “bolo de células” com bebês, o que, para ela, não o são. E, se não são bebês, não há crime algum na decisão de interromper uma gravidez. Também afirma que as “morsas” deveriam demonstrar solidariedade para com os filhotes de lobos, exterminados por atiradores. Filhotes já independentes, autônomos, enquanto que o “bolo” não conseguiria sobreviver fora dela. E que elas, as morsas, eram culpadas pela prisão de Yasmine.

Já o posicionamento da narrativa somente confirma que a decisão cabe a Matilda, somente a ela, e não ao Estado. Por seu enfrentamento da lei, a filha seria uma criminosa, pois consegue abortar nos Estados Unidos. Entretanto, não é assim que o foco narrativo se posiciona. O que prevalece não é a posição cerceadora das leis de controle comportamental, e sim a vontade desta protagonista de resolver uma situação da qual a solução mais viável era a tomada da decisão de interrupção da gestação. Mas, para isso, ela teve que recorrer à clandestinidade, o que poderia pôr a sua vida em risco.

Se comparada à biógrafa, que foi derrotada pelo recrudescimento das leis comportamentais, a filha conseguiu lograr êxito em seu intento. Roberta não abriu mão de sua liberdade, de continuar solteira. A recusa ao casamento lhe impediu de ter o direito de adotar. Ela foi derrotada por uma força que era maior do que ela, a força de uma lei que tornou os Estados Unidos um país distópico, por causa dessa força reguladora de comportamentos e a imposição de decisões que afetavam, diretamente, a vida dos cidadãos desta narrativa. Uma lei que priorizava a unicidade da constituição familiar, e não a sua diversidade. Uma lei que tratava, de forma preconceituosa, aqueles que fugiam do padrão familiar: pai, mãe, filho e filha. Mattie venceu porque realizou aquilo que planejou. Conseguiu executar a sua vontade. Conseguiu manter a sua decisão. Talvez tenha sido uma vitória de Pirro, pois quem lhe ajudou foi Roberta, massacrada pelas novas leis e impedida de realizar o seu sonho. A vitória de Mattie custou a única possibilidade da biógrafa de ser mãe naquela configuração de mundo distópico. Porém, é preciso considerar que, mesmo ciente de que o aborto da filha anularia sua chance de ser mãe, Roberta manteve-se coerente na defesa da liberdade de decisão.

1.6 *Alis volat propriis*: Quando o exercício da imaginação projeta utopias

É inegável que temos uma tendência à fantasia, à criação de mundos imaginários onde possamos ser aquilo que desejamos, viver momentos que seriam impossíveis na configuração de mundo que nos rodeia, encontrar pessoas que nos fazem bem ou experimentar situações e momentos que nos fariam felizes. A criação de devaneios, com o objetivo de trazer alívio para o sofrimento, é uma característica do ser humano.

De acordo com Sigmund Freud, em *O mal-estar na civilização* (2010, p. 19-20):

A vida, tal como nos coube, é muito difícil para nós, traz demasiadas dores, decepções, tarefas insolúveis. Para suportá-la, não podemos dispensar paliativos. (“Sem ‘construções auxiliares’ não é possível”, disse Theodor Fontane.) Existem três desses recursos, talvez: poderosas diversões, que nos permitem fazer pouco de nossa miséria, gratificações substitutivas, que a diminuem, e substâncias inebriantes, que nos tornam insensíveis a ela. Algo desse gênero é imprescindível. É para as distrações que aponta Voltaire, ao terminar seu *Cândido* com a sugestão de cada qual cultivar seu jardim; uma tal distração é também a atividade científica. As gratificações substitutivas, tal como a arte as oferece, são ilusões face à realidade, nem por isso menos eficazes psiquicamente, graças ao papel que tem a fantasia na vida mental.

A tese freudiana é que, em virtude do sofrimento de estar vivo, pois o mundo parece sempre conspirar a nosso desfavor, o ser humano busca medidas paliativas para aliviar

o seu sofrimento, dois quais as que me interessam discorrer seriam as “gratificações substitutivas”, que diminuem a dor existencial, tornando a existência mais suportável. E o que os seres humanos buscam alcançar?, se pergunta o autor: “É difícil não acertar a resposta: eles buscam a felicidade, querem se tornar e permanecer felizes” (FREUD, 2010, p. 20).

Mas o sofrimento vem de três lados: do próprio corpo, que envelhece até a sua completa dissolução, do mundo externo, que se abate sobre nós de forma avassaladora e das relações com outros seres humanos (FREUD, 2010, p. 21). Dos três lados que causam sofrimento, apresentados pelo autor austríaco, destaco a influência do mundo externo, com suas forças poderosíssimas, inexoráveis e destruidoras. O homem, para tentar amenizar o sofrimento, costuma criar gratificações substitutivas para afrouxar o seu vínculo com a realidade:

[A] satisfação é obtida de ilusões que a pessoa reconhece como tais, sem que a discrepância entre elas e a realidade lhe perturbe a fruição. O âmbito de que se originam tais ilusões é aquele da vida da fantasia; quando ocorreu o desenvolvimento do sentido da realidade, ele foi expressamente poupado do teste da realidade e ficou destinado à satisfação de desejos dificilmente concretizáveis (FREUD, 2010, p. 25).

Embora Freud (2010) não se refira, expressamente, à criação de mundos alternativos, ele admite que exista uma gratificação substitutiva criada a partir da projeção da vida fantasiosa, ou seja, da composição de um mundo de devaneio, imaginativo. Tal atitude corrobora a ideia de que, diante do sofrimento, criam-se alternativas substitutivas para o “mundo real”, quase sempre hostil e cheio de adversidades.

Não é difícil considerar a projeção utópica como uma atividade regulada pela necessidade de uma medida paliativa contra o sofrimento. Se se vive em um mundo distópico, opressivo, sufocante e pessimista, e quando se percebe que não existem meios de subvertê-lo, é possível a busca por alternativas substitutivas, como é a criação de um mundo onde o desejo de algum acontecimento, improvável ou impossível na configuração do mundo vivido, possa ser imaginativamente alcançado.

Em *As horas vermelhas*, duas personagens, de alguma forma, vivem se alternando entre o mundo que é representado na narrativa, os Estados Unidos, cujo presidente é conservador e tem um plano de governo que não privilegia a liberdade de escolha familiar, e o mundo da fantasia. Refiro-me às personagens biógrafa e esposa. Entretanto, é preciso fazer algumas considerações prévias. Como já discutido, as novas leis aprovadas neste país afetaram, profundamente, o plano da biógrafa de conseguir adotar uma criança, pois ela não

atendia a nova lei da Toda Criança Precisa de Dois. Susan Korsmos, a esposa, já era casada, mãe de dois filhos. As novas leis não lhe afetariam em nada, conforme a narrativa. Seus desafios eram outros: encontrar sentido para a vida, que para ela era medíocre. A semelhança com a biógrafa está na criação de um mundo fantasioso, alternativo, onde ela conseguiria realizar todos os seus desejos. Da mesma forma, por um momento significativo de sua história, a biógrafa também cria um mundo paralelo, onde seus planos de maternidade deram certo. Mesmo que sejam mundos transitórios, não deixam de ser mundo importantes, verdadeiras válvulas de escape, ou como Freud (2010) entende, paliativos. Vale lembrar que paliativo indica somente um abrandamento temporário de um mal, e não uma mudança mais efetiva. Assim, as utopias da biógrafa e da esposa têm pouca durabilidade, mas servem para trazer alívio diante de situações angustiantes. Para a distopia de Roberta, a utopia se torna um elemento paliativo de enfrentamento da dor. Para a esposa, que não vive uma distopia, mas uma “realidade” plausível de várias mulheres, que se frustram com a vida de casada, a criação de um mundo imaginativo serve para lhe trazer um momento de fuga da sua situação indesejada. Vale também lembrar que, enquanto a biógrafa está em uma situação insolúvel, já que ela não será mãe biológica, muito menos mãe adotiva porque não vai se casar, a esposa tem mais recursos, pois pode pedir o divórcio e buscar uma vida que se diferencie daquela que ela tem.

Após as tentativas frustradas de fertilização *in vitro*, a biógrafa procurou a adoção, mas, conforme já exposto, a nova lei só permitia que casais heterossexuais estivessem legalmente aptos para a empreita. Por esse motivo, uma última alternativa seria conseguir, de forma ilegal, adotar a criança que nasceria de Matilda, sua aluna. Apenas Roberta sabia que Mattie estava grávida e somente ela sabia, também, da intenção do aborto. Por alguns dias, a biógrafa fantasiou que seria mãe da criança que estava sendo gerada no ventre de sua aluna. E, por alguns dias, projetou um mundo onde só as duas (ela e a criança) existiam, eram felizes e realizavam atividades comuns à relação mãe e filho. A biógrafa escreveu até uma lista:

Coisas para fazer com o bebê:

1. Pegar um trem para o Alasca
2. Enterrar-se em cobertores
3. Devorar mangas secas
4. Contar histórias sobre o Grande Encalhamento dos Cachalotes
5. Molhar os pés no mar no dia mais curto do ano (ZUMAS, 2018, p. 144, grifo da autora).

A projeção utópica de Roberta envolvia um mundo que, para aquela configuração ficcional dos Estados Unidos de *As horas vermelhas*, seria impossível. Fica evidente que o mundo que ela criava era uma utopia somente para ela, candidata a mãe frustrada por sua genética pouco favorável e por um país cuja constituição estava moralmente doente. A narradora do romance de Leni Zumas menciona que a professora de história costumava ter arroubos fantasiosos, mesmo quando havia já indícios de que as leis iriam mudar:

Enquanto a biógrafa estava se escondendo em uma Arcádia chuvosa, eles fecharam as clínicas de saúde da mulher que não conseguiam cobrir as reformas obrigatórias.

Proibiram abortos no segundo semestre de gravidez.

Exigiram que as mulheres esperassem dez dias antes do procedimento e completassem um tutorial on-line extenso sobre limites de dor fetal e celebridades cujas mães haviam pretendido abortar.

Começaram a falar sobre uma coisa chamada Emenda da Pessoaalidade, que por anos tinha sido uma ideia periférica, uma farsa (ZUMAS, 2018, p. 171).

A Arcádia mencionada se refere, evidentemente, ao paraíso dos pastores e dos poetas, lugar idílico e que serve de refúgio, proteção, uma alusão ao período clássico grego e à ideia de fantasia. Enquanto Roberta buscava proteção em sua “Arcádia chuvosa”, o mundo do qual ela pertencia começava a se transformar no seu pior pesadelo. Aquilo que parecia ser improvável, uma “ideia periférica, uma farsa”, acabou acontecendo, a Emenda da Pessoaalidade foi aprovada, e o aborto, proibido.

Roberta reconhece três grandes fracassos em sua vida: “1. Terminar livro / 2. Ter bebê / 3. Manter irmão vivo” (ZUMAS, 2018, p. 195). O irmão, Archer Stephens, morrera vítima de overdose. Ela não conseguira ajudá-lo a sair do vício e, por isso, sentia-se frustrada. Ela também não conseguiria terminar a biografia da exploradora do Ártico Eivør Mínerudottír, parte, por falta de informações, pois ela foi quase que literalmente apagada dos registros históricos da Sociedade Real de Londres para o Melhoramento do Conhecimento Natural. Ela, por fim, também fracassaria como mãe, devido ao seu problema de Síndrome dos Ovários Policísticos, além da proibição de adotar.

Contra os fracassos e contra um mundo que parece sempre conspirar ao seu desfavor, existe uma alternativa paliativa, a criação de um mundo imaginário onde a biógrafa poderia fantasiar aquilo que para ela seria um sinônimo de perfeição: a maternidade. A utopia é a criação de uma situação favorável, em um mundo idílico, onde é possível satisfazer algum anseio. Projetar a felicidade por meio da fantasia se torna um meio eficiente para quem não vê mais a possibilidade de alcançá-la no mundo que a circunda. São visitas rápidas ao outro

paraíso, registradas em cartas que ela escreve (talvez de forma imaginária) para um bebê que só existe em seus devaneios:

Querido bebê,

Você tem um avô vivo. Ele se mudou para Orlando depois que sua avó morreu. Seu tio se foi, então você deu azar com primos. Como primos substitutos, você terá Bex e Plínio, o Jovem (ZUMAS, 2018, p. 210).

Ela usa informações que fazem parte de sua vida. Para a economia da narrativa, são informações verossímeis. Ela tem um pai viúvo, que mora em Orlando. Ela tem um irmão falecido. Ela é filha única. O seu “querido bebê” não teria primos de sangue, mas primos substitutos. De qualquer forma, teria sim uma família, embora reduzida. E, acima de tudo, a biógrafa já amava aquela criança. Provavelmente, mesmo que me refira a sentimento que não sobreviverá, o amor que ela nutre pelo bebê era a única coisa que ninguém, nem mesmo o Estado distópico, poderia tirar:

Querido bebê,

Eu já amo você. Mal posso esperar pela sua chegada. Sua cidade natal é um dos lugares mais lindos que já conheci. Cheio de oceano e penhascos e montanhas e as melhores árvores nos Estados Unidos. Você vai ver pessoalmente, a não ser que nasça cego, e nesse caso eu o amarei ainda mais (ZUMAS, 2018, p. 211).

A utopia da biógrafa só se manifestava enquanto ela tinha esperança de que poderia ficar com o filho de Mattie. Roberta projetava um mundo onde ela seria mãe e Matilda, a tia de seu filho: “A biógrafa vê o topo vasto e ensolarado de um penhasco, o azul do céu e do oceano além; e Mattie em um vestido florido, cobrindo os olhos; e a biógrafa ao lado do bebê dizendo ‘Olhe a sua tia Mattie!’ e o bebê engatinhando até ela” (ZUMAS, 2018, p. 287). A descrição desta cena é idílica: um dia ensolarado (o Óregon é um estado chuvoso),²⁷ o penhasco e o oceano azuis, ela, Mattie e o bebê aproveitando o dia. A representação deste quadro mostra dois elementos que precisam ser considerados: o Óregon é um estado cuja precipitação pluviométrica está acima da média se comparada a outros estados daquele país, ou seja, considerando a média de chuvas, é fantasiosa; com base no desfecho da narrativa, a biógrafa não será mãe do filho de Matilda, pois ela acaba abortando-o com a ajuda da própria Roberta. Mas, se considerarmos o lema de Óregon (*alis volat propriis – Ela* [o

²⁷ A afirmação é feita com base em pesquisa no site <https://weatherspark.com/y/12756/Average-Weather-in-Oregon-Wisconsin-United-States-Year-Round#:~:text=In%20Oregon%2C%20the%20summers%20are,or%20above%2090%C2%B0F>. Acesso em 17 de Set 2022.

estado, considerado, em inglês, feminino] *voa com suas próprias asas*), que serve de título para este subcapítulo, em uma liberdade poética, posso sugerir que o voo da imaginação faz parte do lema daquele estado, e que a biógrafa só depende de suas próprias asas para imaginar o seu mundo utópico.

O voo da imaginação utópica da biógrafa não produz monstros, como acontece com a distopia em que ela vive. Muito pelo contrário. Vem para satisfazer um anseio que se tornou impossível naquele universo ficcional. Em seu mundo fantasioso, momentos de felicidade podem ser experimentados: “Por um instante deslumbrante, ela tem o seu bebê, que será alto e de cabelo escuro, bom em futebol e Matemática”. Com o seu bebê, ela vai levá-lo “num barco a remo até o farol, num trem até o Alasca, resolver problemas de Matemática [...] num campo de futebol. Ela vai amar tanto o bebê!” (ZUMAS, 2018, p. 287).

A utopia de Roberta se caracteriza por conectar personagens que inexitem em situações que nunca poderiam acontecer. Se torna, de fato, um autêntico ‘não-lugar’ onde ‘não-pessoas’ experimentam vidas que ‘não-viverão’, situações que ‘não-ocorrerão’ e felicidades que ‘não-acontecerão’. O seu “querido bebê”, filho de Mattie, não existirá. Não me refiro àquele bebê que ela projetou seus sonhos. Neste mesmo mundo, o idealizado, ela “[p]ensa no irmão sendo aceito na sua universidade de escolha e comemorando” (ZUMAS, 2018, p. 315). Em sua utopia, existem habitantes inexistentes, mas que lhe são muito caros.

Uma outra configuração utópica é criada pela personagem de 37 anos Susan, a esposa. Ela é casada com o professor de francês Didier e tem dois filhos, Bex e John. A esposa estudou direito, mas não concluiu o curso por causa da gravidez, optando por se dedicar à família, exclusivamente, ao invés de focar na carreira como advogada, o que, com o passar dos anos, acabou frustrando-a. Susan vive o oposto da vida da biógrafa. Enquanto que esta tem profissão, é financeiramente independente e está solteira, a outra abandonou a futura e, talvez, promissora carreira. Sua profissão de mãe e esposa não lhe fora suficiente. Houve uma época que ela projetava, à maneira da biógrafa, uma fantasia de família feliz:

As crianças correm para recebê-lo [Didier]. Este é um momento que ela amava imaginar, homem voltando para casa do trabalho e crianças o recebendo, um momento perfeito porque não tem passado nem futuro – não importa de onde veio o homem ou o que vai acontecer depois que ele for recebido, apenas a colisão alegre, o *Papai, você está aqui* (ZUMAS, 2018, p. 33, grifo da autora).

Mas a indiferença do marido, aliada a uma rotina cada vez mais excruciante de dona de casa, que deve “[j]untar migalhas na palma. / Borrifar a mesa. / Enxugar a mesa. /

Enxaguar xícaras e tigelas. / Colocar xícaras e tigelas na lava-louça” (ZUMAS, 2018, p. 136), impulsiona a esposa a projetar um mundo alternativo onde ela reconquista a sua liberdade e direciona a sua vida, experimentando aquilo que uma rotina infeliz jamais poderia lhe proporcionar.

O mundo utópico da esposa se descortina a partir de três mudanças significativas em sua vida: a possibilidade de relação extraconjugal com o colega de profissão do esposo, Bryan Zakile, que seria, provavelmente, o “pontapé” inicial para a mudança brusca de sua rotina; a possibilidade de separação do esposo Didier, com quem ela não tem mais qualquer motivação afetiva; a possibilidade de conclusão do curso e a sua inserção no mercado de trabalho como advogada.

A infidelidade conjugal não acontece de forma concreta. Fica condicionada a imaginação da esposa, que caracteriza um amante que não existe além da sua fantasia de esposa frustrada e infeliz: “Quase adormecendo, *ela imagina* como Bryan iria fodê-la, aquele mergulho longo e grosso, as estocadas musculosas, *ele é um leopardo* empurrando, senhor, ele não se cansa, todo aquele futebol, aqueles músculos extra-alongados para bombear o sangue [em] direção ao coração” (ZUMAS, 2018, p. 138, grifos meus). Os dois jamais realizam uma relação sexual. Na verdade, Bryan não enxerga a esposa como uma possível amante. Talvez ele nem a considere mulher. E Susan se decepciona ao saber que o seu plano para o futuro era ganhar dinheiro com minigolfe.

O casamento perdera o sentido desde que Susan percebera não ser a esposa de Didier, mas a dona de casa que deveria se dedicar, exclusivamente, às atividades domésticas. Para quem tinha a possibilidade de ser advogada, resta-lhe lamentar os caminhos que levaram-na a conhecer Didier na loja de doces: “Se a amiga não conhecesse a loja de *donuts*, ou se a amiga estivesse cansada, ou se a amiga nunca tivesse existido, a esposa teria terminado seu curso e feito o exame para a ordem de advogados e teria sido contratada por uma firma e talvez, sim, talvez ainda tivesse tempo de ter filhos” (ZUMAS, 2018, p. 165). Mas, não foi assim que aconteceu. A amiga conhecia a referida loja. Ela não estava cansada. Ela, também, existia. Segundo ela, essas três circunstâncias lhe impediram de ter terminado o curso, ter feito o exame da ordem, ter sido contratada e, quem sabe, ter planejado a maternidade.

A frustração da esposa é a grande motivadora da criação de um mundo em que as coisas poderiam ser diferentes: “A Susan MacInnes do futuro do pretérito poderia ter sido uma advogada batalhadora que levaria casos marcantes às instâncias superiores” (ZUMAS, 2018, p. 243). Como o próprio tempo verbal indica, uma ação que poderia ter acontecido no

passado, mas não aconteceu. Ela foi à loja de *donuts*, conheceu Didier e se casou com ele, abandonou o curso, teve filhos. Diante deste mundo, que não pode ser modificado, pois ela não conseguirá voltar ao passado, só lhe sobrou projetar como ele poderia ser caso ela tomasse uma atitude. Um mundo de novas possibilidades, ideal para Susan:

Ela podia parar de ser casada com Didier.
Colocar John na creche e tirar o diploma de Direito.
Com que dinheiro?
Colocar John na creche e trabalhar no Cone Wolf.
[...]
Ela podia parar de ser esposa de Didier (ZUMAS, 2018, p. 166).

Em sua fantasia utópica, ela também imagina como poderia fazer o marido descobrir a sua traição. Além disso, a esposa projeta a sua nova vida, experimentando aquilo que já não parecia mais possível: a sua liberdade:

Ela pode ser pega: uma mensagem enviada para o número errado.
Ou ela pode confessar. Ver o rosto do marido quando disser *Eu transei com Bryan*.
Ela fica com a casa e ele aluga um apartamento na cidade e pega carona com Ro para ir à escola. O apartamento terá um segundo quarto para os elfinhos, que vão ficar com ele nos fins de semana. Durante a semana, as coisas não serão muito diferentes, ela não vai ter nenhuma ajuda com o banho nem para colocar as crianças na cama; o mesmo pela manhã, quando ela cuida sozinha de ferver o mingau de aveia e vestir os corpos e lavar os dentes. Mas os fins de semana... a esposa os terá para si (ZUMAS, 2018, p. 225).

O que Susan deseja é ter uma vida diferente, estar livre de uma rotina que, para ela, é opressora, sufocante. A esposa anseia sair da situação de esposa e sentir-se liberta. Já a biógrafa gostaria de ser mãe. No cerne destas duas histórias que se entrecruzam está o desejo de preservação de liberdade individual. Se por um lado as distopias são coletivas, por outro, em *As horas vermelhas*, as utopias estão individualizadas. Mas, por se tratarem de utopias, as projeções ficam somente no reino da imaginação. Elas não acontecem, por isso são utopias.

O início do século XXI, embora tenha apresentado avanços na pauta dos direitos das mulheres, ainda está longe de ser o ideal. O que *As horas vermelhas* proporciona é uma importante reflexão a respeito da liberdade. Seu tom crítico, na verdade, serve de alerta para que a sociedade compreenda que importantes pautas das mulheres precisam ser debatidas, como acontece com o direito de ser ou de não ser mãe. E a proposta dessa literatura engajada é estimular o pensamento crítico, não apenas das mulheres, mas de todos aqueles que

entendem que direitos básicos, como é o da liberdade do corpo e da vida, devem ser preservados.

Na verdade, a leitura do romance de Leni Zumas estimula a reflexão de que não existe uma única pauta feminista, já que diferentes são as necessidades da mulher: algumas desejam ser mães, outras não. O que importa é a preservação do direito de escolha em detrimento do cerceamento de direitos. Mas, o leitor também não pode se esquecer que, aquilo que se torna uma distopia, como é o caso da lei antiaborto nos Estados Unidos, é uma realidade em outros países, como acontece no Brasil, que legaliza o aborto somente em circunstâncias extremas.

As horas vermelhas, como uma distopia, serve de termômetro para medir a temperatura dos direitos da mulher, em especial naquele país. É evidente haver uma preocupação de que direitos conquistados possam ser revistos, conforme a agenda política dos governantes. A era Trump confirmou que o conservadorismo tem força e pode fazer algumas conquistas femininas serem revistas. Tornou-se, portanto, uma ameaça. E qual seria o papel da literatura distópica de gênero? Mostrar que não só as mulheres, mas todos, devem estar conscientes e atentos para que a ficção não se torne uma realidade.

2. PROLEGÔMENOS DE UMA TEORIA FEMINISTA. ENTENDENDO E COMBATENDO A DOMINAÇÃO MASCULINA

“A discussão política é também uma busca de identidade”.
Dominique Fougeyrollas-Schwebel

A pergunta que estampa a capa da edição brasileira do romance de Leni Zumas, “Para que servem as mulheres?”, talvez possa parecer misógina. Entretanto, ela é importante e deve ser debatida para ser combatida. Sendo, provavelmente, adição de um editor, conforme já comentado no capítulo 1, ela está diretamente associada ao título da narrativa em inglês, *Red Clocks* (Relógios Vermelhos), uma metáfora para o útero. Se os úteros vermelhos são os aparelhos reprodutores femininos, fica a pergunta: as mulheres serviriam apenas para ser mães?

Das cinco protagonistas, somente a história da exploradora não está relacionada com a maternidade. Ela não é mãe e não pretende ser mãe. Sua ambição é explorar o Ártico e se transformar na primeira exploradora daquela região inóspita e desconhecida, no século XIX. A biógrafa quer ser mãe, mas falha geneticamente, porque tem a Síndrome dos Ovários Policísticos, e socialmente, porque a lei Toda Criança Precisa de Dois, recentemente aprovada, a impedirá de adotar uma criança estando ela solteira. A filha está grávida do namorado, mas está decidida a não levar adiante a gravidez. Sua mãe, a reparadora, renunciou a maternidade quando deu a filha para a adoção. A esposa tem dois filhos, um menino e uma menina, mas sente-se frustrada pelo casamento infeliz e pela rotina sufocante de dona de casa.

Conforme discutido na primeira parte desta dissertação, o tema central do livro envolve a discussão a respeito do cerceamento dos direitos da mulher, como o de optar manter uma gravidez ou mesmo de decidir a respeito da constituição de uma família sem a presença da figura masculina. Uma primeira consideração deveria ser feita, a respeito da constituição familiar. Afinal, o que é uma família? Família seria somente aquela discutida no romance, ou seja, na sua representação tradicional (pai, mãe, filho e filha)?

Etimologicamente falando, segundo Engels (1984, p. 61), em *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, a palavra família vem do latim *famulus* e significa escravo doméstico. Originalmente, o verbete, na Roma antiga, seria um termo de propriedade, pois implicaria na posse de escravos que pertenciam e dependiam de um senhor. Este núcleo, na época romana, era formado por esposa, filhos, servos livres e escravos. O desejo da biógrafa, de possuir família, feriria este preceito básico, já que ela não sacrificaria a sua liberdade para ter um “senhor” e, assim, poder realizar o sonho de ser mãe. Conforme já visto,

o fato de a esposa ter uma família nos moldes tradicionais não significou para ela a sensação de ter uma vida feliz.

Na verdade, o romance de Zumas critica os discursos patriarcais, o pesado “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2004, p. 44), o privilégio biológico que “permitiu aos homens afirmarem-se sozinhos como sujeitos soberanos” (BEAUVOIR, 2019a, p. 112). Critica as suas tendências de normatizar a vida e aponta para cinco histórias das cinco protagonistas, que trazem algo em comum: o desafio de vencer desigualdades, de lutar por direitos mais igualitários e de subverter determinadas obrigações femininas impostas pelo preponderante discurso misógino.

O que se nota no universo ficcional criado em *As horas vermelhas* é a consolidação de leis que agridem as mulheres, já que não possuem mais direitos legais de domínio sobre os seus próprios corpos ou mesmo escolhas, que se configura, a meu ver, em uma distopia, pois existe um mundo projetado pela imaginação de Leni Zumas onde houve retrocesso em relação às leis que, antes, garantiam certos direitos em relação ao corpo feminino.²⁸ Existe, na verdade, uma concretização de cerceamento de direitos das mulheres, as mais afetadas, o que as põem numa lamentável condição de submissão, que é objeto de crítica dos movimentos feministas.

Conforme explica Jurandir Freire Costa (1979, p. 50), em *Ordem médica e norma familiar*, “[a] ordem da lei impõe-se por meio de um poder essencialmente punitivo, coercitivo, que age excluindo, impondo barreiras. Seu mecanismo fundamental é o da repressão”. Isso significa que a imposição de leis serve para a repressão populacional, pois que o seu poder é punitivo e de coerção. No caso da referida lei estadunidense, que antes garantia a legalidade do aborto, e que foi revogada, no romance de Leni Zumas, serviu apenas para aumentar a pressão no que tange à liberdade da autoridade feminina sobre o seu próprio corpo.

²⁸ No subcapítulo 1.4 desta dissertação, fiz menção ao caso Roe versus Wade a partir da nota de rodapé explicativa da tradutora do romance *Horas vermelhas*, Isa Próspero. Em nota de fim do capítulo “Nosso corpo, nosso ser: direitos reprodutivos”, do livro de Bell Hooks *O feminismo é para todo mundo* (2018, p. 45), Ana Luiza Libâneo, a tradutora, apresenta a seguinte informação sobre este famoso caso judicial: “Em 1973, em sentença do caso Roe versus Wade, a Suprema Corte norte-americana declarou inconstitucional qualquer lei estadual que proíba o aborto até o nascimento do bebê. Contudo, a Emenda Hyde, publicada em 1976, suspendeu o financiamento público a serviços de aborto, exceto em casos de estupro ou quando a vida da mulher está em risco. Indiretamente, porém, verba pública podia ser destinada para financiar exames e consultas em clínicas que realizam o procedimento. No início de 2018, o governo de Donald Trump anunciou cortes de verba federal a quaisquer organizações que ofereçam ou mencionem a possibilidade de realização do procedimento de aborto a suas pacientes”.

Na verdade, a condição subalterna feminina é um fenômeno histórico, pois a humanidade sempre foi masculina. *As horas vermelhas* serve sim de alerta para o cerceamento dos direitos femininos. Entretanto, seria uma total falta de conhecimento afirmar que o meio social esteve a favor das mulheres. Embora a sociedade, tradicionalmente, seja composta, em sua maioria, por homens e mulheres, estas sempre estiveram na condição de subalternidade.²⁹ De acordo com Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo*, (2019a, p. 12-13), o homem define a mulher em relação a ele, destituindo-a de autonomia e pondo-a na condição de Outro, de inessencial, enquanto ele assume o papel de Sujeito na sociedade. Assim, na posição de Sujeito, de Um autônomo e essencial, o homem define a mulher como Outro, submetendo-a a condição de inferioridade. A mulher só é determinada na sua diferença em relação ao homem. Entretanto, a recíproca não acontece. Por esse motivo, a mulher só é definida enquanto em permanente estado de dependência masculina, por isso ela é o Outro, o objeto passivo por natureza. Já o homem é “pensável sem a mulher”, enquanto que ela inexistente sem a presença masculina: “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2019a, p. 13).

Historicamente, as mulheres são consideradas como tal por causa de sua estrutura fisiológica: “por mais longe que se remonte na história, sempre estiveram subordinadas ao homem”, pois, “sua dependência não é consequência de um evento ou de uma evolução, ela não *aconteceu*” (BEAUVOIR, 2019a, p. 15, grifo da autora).

Ainda conforme Simone de Beauvoir:

A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos de patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro. Esta condição servia os interesses dos homens, mas convinha também a suas pretensões ontológicas e morais. Desde que o sujeito busque afirmar-se, o Outro, que o limita e nega, é-lhe, entretanto, necessário: ele só se atinge através dessa realidade que ele não é (2019a, p. 199).

Ou seja, a partir da leitura que Beauvoir (2019a) apresenta, é possível entender que as sociedades patriarcais se construíram a partir da submissão feminina, pois as mulheres

²⁹ A teoria de Simone de Beauvoir não contempla a diversidade de sexualidades existentes, conforme a abrangência da sigla LGBTQIA+, tendo em vista que o seu livro mais famoso, *O segundo sexo*, discute a condição histórica específica da mulher. Mesmo que existam outras sexualidades para além do binômio mulher X homem, esta dissertação não envereda por este caminho e fica restrito a discussão da filósofa francesa, em virtude da abordagem escolhida, a da distopia de gênero. Atualmente, essa sexualidade polarizada está sendo problematizada à luz de novos estudos, como o do filósofo Paul B. Preciado, no livro *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*.

sempre foram mantidas em posição de subserviência, sempre na dependência de uma figura masculina, e sempre no papel do Outro, quer dizer, assumindo uma posição social de objeto, nunca como de sujeito, pois o sujeito masculino só consegue se afirmar com a presença do outro, da mulher, que o limita e o nega. Apesar de a mulher nunca ser protagonista da sua própria vida, contraditoriamente, ela se torna necessária para que o homem atinja sua pretensão de sujeito.

Considerando o mito adâmico, foi somente quando ele se sentiu sozinho que Deus criou Eva. A utopia cristã mais antiga já acentuava a servidão feminina porque a criação da mulher não foi para assumir um papel dominante, como era o papel masculino. Basta lembrar que a Adão foi dada a possibilidade de dar nome a todos os animais. O nascimento de Eva foi a partir da retirada da costela do esposo, como uma outra parte dele, mais enfraquecida e nem um pouco essencial, indicando sua total dependência. Vale destacar também que quem deu o nome para a esposa foi Adão, pois Deus também a chamava pelo nome do esposo, conforme Gênesis 5:2.³⁰ Assim, Eva jamais seria a primeira criação divina:

Seu nascimento não foi autônomo; Deus não resolveu espontaneamente criá-la com um fim em si e para ser por ela adorado em paga: destinou-a ao homem. Foi para salvar Adão da solidão que ele lhe deu, ela tem no esposo sua origem e seu fim; ela é seu complemento no modo do inessencial. E assim ela surge como uma presa privilegiada. É a natureza elevada à transparência da consciência, uma consciência naturalmente submissa (BEAUVOIR, 2019a, p. 201).

Vale lembrar que a mulher carrega uma culpa pelo menos ao longo da história da sociedade ocidental, quando vários discursos de legitimação da desigualdade entre os dois sexos foram produzidos. De acordo com Carla Cristina Garcia, em *Breve história do feminismo*:

A mitologia e as religiões são bons exemplos. Na Grécia Clássica e na tradição judaico-cristã, Pandora e Eva respectivamente desempenham o mesmo papel: o de demonstrar que a curiosidade feminina é a causa das desgraças humanas e da expulsão dos homens do Paraíso (2015, p. 12).³¹

³⁰ “Homem e mulher os criou; e os abençoou e chamou o seu nome Adão, no dia em que foram criados”.

³¹ O mito adâmico da expulsão do paraíso é largamente conhecido em nossa sociedade. Conforme a *Bíblia*, em Gênesis, a curiosidade de Eva, de conhecer aquilo que só Deus conhecia, o bem e o mal, foi a causa da perdição do primeiro casal humano. Já o mito de Pandora é assim narrado por Pierre Grimal, no *Dicionário da mitologia grega e romana*: “Pandora é, num mito hesiódico, a primeira mulher. Foi criada por Hefesto e por Atena, com o auxílio de todos os outros deuses, por ordem de Zeus. Cada um deles lhe atribuiu um dom: recebeu assim a beleza, a graça, a destreza manual, a capacidade de persuadir e outras qualidades. Mas Hermes colocou no seu coração a mentira e a astúcia. Hefesto fê-la à imagem das deusas imortais, e Zeus destinou-a à punição da raça

Voltando ao tema da submissão ao marido, apontada pelo mito adâmico, também se estende para os filhos, para a função da maternidade, que talvez seja o maior dos papéis assumidos pelas mulheres numa sociedade de herança patriarcal. A já referida pergunta que estampa a capa da edição brasileira é estimulante e provocativa. A chave para a sua compreensão está no aprofundamento da hermenêutica feminista, cujo engajamento está na denúncia e na discussão a respeito de como a mulher tem sido tratada durante séculos, sempre no papel de subserviência, sempre na posição de Outro, sempre em um tipo de sociedade misógina, que acaba lhe impondo papéis pré-determinados. Mesmo que a luta feminista pelos direitos tenha avançado, ela ainda não foi suficiente para garantir que a pergunta do romance não seja mais necessária. De qualquer forma, ela é importante, pois é um gatilho para a reflexão. Assim, se a pergunta se faz necessária é porque muitos direitos ainda precisam ser conquistados, uma vez que, “[n]o momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens” (BEAUVOIR, 2019a, p. 17). E são os homens que pré-determinam os papéis sociais que as mulheres devem ocupar, dos quais mãe é, talvez, o maior de todos. Se o mundo, conforme a autora constata, ainda pertence aos homens, fica evidenciado que as estruturas históricas deste mundo também pertencem aos homens e, mesmo em uma perspectiva de ruptura, as mulheres ainda sofrem uma forte influência do pensamento masculino, conforme será visto mais adiante, sob o termo violência simbólica (BORDIEU, 2012).

A história da evolução humana demonstrou haver uma mudança de matriarcado, quando a mulher tinha um papel preponderante na família e na comunidade para o patriarcado, quando o homem assumiu o poder na sociedade. Nesta transição ocorreria o domínio masculino pela força e, em consequência, houve um maior controle, manipulação e violência. Para Rose Marie Muraro (2004, p. 9), na “Introdução” ao manual de caça às bruxas *O martelo das feiticeiras*, algumas características atribuíveis às mulheres, como o amor, a integração ao meio ambiente, eram elementos que desestabilizariam a ordem vigente. Por esse motivo, foram marginalizadas, tendo em vista que o imperativo era eliminar a influência

humana, à qual Prometeu tinha acabado de dar o fogo divino. Foi esse o presente que todos os deuses ofereceram então aos homens para lhes causar a desgraça. [...] Zeus enviou Pandora a Epimeteu. Seduzido pela sua beleza, este tomou-a por esposa, esquecendo os conselhos de seu irmão Prometeu, que o advertira no sentido de jamais aceitar um presente de Zeus [...]. Ora havia um vaso [...] que continha todos os males. Estava coberto por uma tampa, que impedia o conteúdo de se extravasar. Mal chegou à Terra, Pandora, movida por uma intensa curiosidade, levantou a tampa do recipiente, e todos os males se espalharam sobre a humanidade” (2005, p. 353-354).

feminina na sociedade, fazer com que elas acreditassem que eram, por natureza, inferiores aos homens.

O que fica evidente no estudo da relação entre homens e mulheres é uma quase completa dominação masculina, que anula a condição de protagonismo feminino na sociedade, pois que ela assume o seu papel de *Outro* e, muitas vezes, consente nesta relação desigual:

O homem que constitui a mulher como um *Outro* encontrará, nela, profundas cumplicidades. Assim, a mulher não se reivindica como sujeito porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de *Outro* (BEAUVOIR, 2019a, p. 18, grifo da autora).

As horas vermelhas apresenta uma importante reflexão a respeito de papéis sociais femininos. Das cinco protagonistas (exploradora, biógrafa, filha, esposa, reparadora), algumas acabam enfrentando a sociedade em defesa da não adequação às funções familiares pré-estabelecidas: A exploradora Polar sai das Ilhas Faroé, onde seria apenas mãe e dona de casa, e vai em busca de uma vida de aventuras e descobertas; a reparadora, que é uma versão contemporânea das bruxas, é acusada de ser facilitadora de abortos; a filha, grávida, não planeja, pelo menos em sua adolescência, ser mãe, pois ainda não está preparada para isso; outras personagens desejam assumir papéis sociais, mas somente quando escolhem a vida que querem levar: a biógrafa quer ser mãe, porém não quer se casar; a esposa é mãe, contudo, não pretende continuar em um casamento infeliz.

Para a compreensão do combate que as protagonistas do romance de Zumas empreendem, do seu significado não só para a economia da narrativa, mas, também, para a conjuntura da sociedade representada literariamente, faz-se mister uma rápida apresentação do movimento feminista no Ocidente, de quando houve a tomada da consciência de que as mulheres estavam sendo oprimidas por uma sociedade androcêntrica, em diversas fases históricas. É objetivo, também, compreender como o feminismo se articula em dois vieses: como filosofia política e como movimento social. Para isso, faço um breve histórico onde procuro relatar as principais reivindicações e as principais ativistas que deram suporte para a tomada de consciência de que seria necessário subverter a ordem imposta pela sociedade.

2.1 Por uma breve história do movimento feminista

Para a compreensão de sua história, é importante, primeiramente, tentar conceituar o feminismo. Segundo Carla Cristina Garcia (2015, p. 12), o termo feminismo foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos, por volta de 1911, quando escritores homens e mulheres passaram utilizá-lo em substituição de expressões do século XIX, tais como “*movimento das mulheres e problemas das mulheres* para descrever *um novo movimento na longa história das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres*” (grifos da autora). E qual seria a sua possível definição?

[O] feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca de liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social (GARCIA, 2015, p. 13).

A proposta feminista visa a estimular as mulheres para que tomem consciência em relação aos seus direitos. Por esse motivo, ela se caracteriza como filosofia política e, também, como movimento social cujo principal objetivo é denunciar as formas de opressão, dominação e exploração masculina. Sendo assim,

[o] feminismo é uma lanterna que mostra as sombras de todas as grandes ideias gestadas e desenvolvidas sem a participação das mulheres e muitas vezes à custa das mesmas: democracia, desenvolvimento econômico, Estado de Bem-Estar Social, justiça, família, religião. As feministas empunham esta lanterna com orgulho por ser a herança de milhões de mulheres que partindo da submissão forçada – enquanto eram atacadas, ridicularizadas, vilipendiadas – souberam construir uma cultura, uma ética e uma ideologia nova e revolucionária para enriquecer e democratizar o mundo. Esta é a luz que ilumina os quartos escuros da intolerância dos preconceitos e dos abusos (GARCIA, 2015, p. 14).

Bell Hooks (2018, p. 17), em *O feminismo é para todo mundo*, entende que o feminismo é um movimento que objetiva acabar com o sexismo, a opressão e a exploração sexista. Nesta definição, não há a ideia implícita ou explícita de que os homens sejam os inimigos. Na verdade, o sexismo deixa implícito que todas as ações e pensamentos sexistas são os problemas, independentemente de quem os perpetua, podendo ser tanto homens quanto mulheres, crianças ou adultos.

Em *Teoria feminista: da margem ao centro*, Hooks (2022, p. 27) analisa que a discriminação, a exploração e a opressão sexista são responsáveis por uma verdadeira guerra entre os sexos, e o movimento feminista é importante porque

oferece um ponto de encontro ideológico para os sexos, um espaço para crítica, luta e transformação. O movimento feminista pode acabar com esta luta entre sexos. Transforma as relações de tal modo que o distanciamento, a competição e a desumanização que caracterizam a interação humana podem ser substituídos por sentimentos como intimidade, mutualidade e camaradagem.

Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 144), no verbete “movimentos feministas”, escreve que estes movimentos só se manifestaram na segunda metade do século XX, quando as mulheres reconheceram estar sendo, sistematicamente, oprimidas e perceberam que as relações com os homens eram desiguais. Na verdade, o reconhecimento é bem mais antigo, porém, foi nessa época que o movimento das mulheres se fortaleceu. A tomada da consciência das relações desiguais possibilitou a luta política por transformação. A reivindicação surgiu pela percepção do coletivo de mulheres no que tange ao descompasso entre os princípios universais de igualdade e a divisão desigual dos poderes masculinos e femininos: “Nesse sentido, a reivindicação política do feminismo só pode emergir em relação a uma conceituação de direitos humanos universais; ele se baseia nas teorias dos direitos da pessoa, cujas primeiras formulações resultam das revoluções norte-americana e depois a francesa”.

A historiografia do movimento ainda não está bastante clara a respeito de quantas ondas do feminismo já aconteceram, mas é aceito que houve pelo menos três ondas feministas até o momento. Entretanto, conforme Fougeyrollas-Schebel (2009) aponta, na América do Norte e na Europa, por exemplo, por muito tempo, historiadores e feministas distinguiram haver dois movimentos: o primeiro, ocorrido na segunda metade do século XIX e início do século seguinte; o segundo, qualificado como “neofeminismo”, abrange os anos 60 e começo dos anos 70 do século XX. A primeira onda reivindicava o direito do voto feminino; já a segunda onda não se fundava numa “única exigência de igualdade, mas no reconhecimento da impossibilidade social de fundar essa igualdade dentro de um sistema patriarcal”. Posteriormente, a oposição entre esses dois momentos do ativismo feminino foi descartado. Isso porque o “feminismo contemporâneo prolonga as expectativas do feminismo do século XIX [...] mas acrescenta fortemente a questão da autonomização da sexualidade feminina”, o que significa a consciência de que “a maternidade não é o único horizonte das mulheres, e,

mais ainda, o desejo da ‘não maternidade’, após o advento da contracepção feminina” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 145).

Por sua vez, Carla Cristina Garcia (2015) menciona um movimento feminista pré-moderno e três ondas feministas que aconteceram entre os séculos XIX e XX. E já há sites como o www.politize.com.br e revistacult.uol.com.br que entendem haver uma quarta onda, surgida no século XXI.³² Entretanto, para efeito didático neste levantamento do movimento, opto pela abordagem diacrônica de Carla Cristina.

Antes de fazer o levantamento dos referidos movimentos, é preciso discutir, mesmo que seja de forma resumida, quatro conceitos fundamentais apontados pela teoria feminista cuja proposta é entendê-los e combatê-los. O primeiro deles, o **androcentrismo**, define o mundo como masculino e o homem como representação da humanidade, medida de todas as coisas. A visão androcêntrica é responsável pela ênfase cultural da diferença entre homem e mulher, e isso também é representado pela definição social dos órgãos sexuais. Para Pierre Bordieu (2018, p. 23), em *A dominação masculina*, essa definição:

[L]onge de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças. A representação da vagina como um falo invertido, que Marie-Christine Pouchelle descobriu nos escritos de um cirurgião da Idade Média, obedece às mesmas oposições fundamentais entre o positivo e o negativo, o direito e o avesso, que se impõem a partir do momento em que o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas.

O segundo, o **patriarcado**, é uma forma de organização política, econômica, religiosa e social baseada na lógica de que toda a autoridade e liderança pertencem ao homem, e que as mulheres, em diferentes representações sociais, como esposa, mãe, velhas, devem estar submetidas às vontades masculinas. Daí que o objetivo do feminismo, em sua raiz, está no combate ao patriarcado como forma de organização política. Para Gilda Lerner (2019, p. 322), em *A criação do patriarcado. História da opressão das mulheres pelos homens*, o verbete patriarcado,

em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral.

³² Vide os sites <https://www.politize.com.br/quarta-onda-do-feminismo/> e <https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-feminismo-latino-americana/>. Acesso em 14 de outubro de 2022.

A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas *não* significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos. Uma das mais árduas tarefas da História das Mulheres é traçar com precisão as várias formas e maneiras como o patriarcado aparece historicamente, as variações e mudanças em sua estrutura e função, e as adaptações que ele faz diante da pressão e das demandas das mulheres (grifo da autora).

O terceiro conceito, o **sexismo**, discursa que o homem é superior à mulher, e procura manter a mulher em situação de inferioridade, subordinação e exploração. Além disso, o sexismo também abrange todos os âmbitos da vida e das relações humanas. É uma ideologia que defende a subordinação das mulheres e da manutenção de todas as metodologias de opressão que visam a sustentar esta situação de desigualdade.

O quarto conceito, o **gênero**, é um sistema de crença que especifica o que é característico do homem e da mulher. A partir deste sistema, são determinados os direitos, os espaços, as condutas e atividades de cada sexo. Este conceito parte da ideia de que masculino e feminino não são fatos biológicos, mas construções culturais. Se por um lado, sexo masculino e feminino são características biológicas, de diferenças físicas entre os corpos, por outro, gênero se refere às normas e condutas que são determinadas para os homens e mulheres em função do sexo (GARCIA, 2015, p. 15-20).

Ainda sobre o conceito de gênero, de acordo com Gerda Lerner (2019, p. 321), pode-se considerá-lo como um conjunto de papéis culturais. Portanto, não deve ser confundido com a palavra sexo, embora, publicamente, o uso da palavra sexo, por sua conotação “indecente”, tenha sido substituído por gênero, mas isso é um equívoco terminológico, pois gênero (um fator cultural) não significa sexo (um fator biológico). Heleieth Saffioti (2004, p. 45), em *Gênero, patriarcado, violência*, explica que gênero também se refere à uma categoria histórica, por isso, pode ser considerado em várias instâncias: como aparelho semiótico, como símbolos culturais evocadores de representação, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva, dentre várias outras instâncias. A lista é significativa.

Mas, o combate a esses quatro conceitos em torno da relação díspar entre homens e mulheres é fruto de séculos de ativismo feminista. A pesquisa diacrônica deste movimento encontra no Renascimento, no século XVI, um momento importante para a discussão a respeito da natureza e deveres dos sexos. Isso por causa da importância dada à educação, que, mesmo não estando relacionado à educação da mulher, gerou numerosos tratados pedagógicos que acabaram influenciando a conscientização do seu papel na sociedade. O debate gerado no

Renascimento deu origem à *Querelle de femmes* (a questão da mulher, o debate em torno do papel da mulher) e às primeiras feministas, dos quais destaco Christine de Pizan (1363-1431). Esta romancista pode ser considerada a primeira escritora que viveu do seu ofício de escrita, sustentando ela e seus três filhos, após a morte do marido. Em 1405, escreveu *A cidade das mulheres*, uma narrativa que questiona a autoridade masculina dos grandes pensadores e poetas da história, que contribuíram para a tradição misógina. O livro utópico propõe um espaço próprio para as mulheres, além de levantar uma genealogia de mulheres excepcionais ao longo da história.

Por volta do mesmo ano, escreveu o *Tesouro da cidade das damas*, em que propõe a difusão de suas ideias pelo mundo inteiro e entre mulheres de diversas posições sociais. A atitude de Christine de Pizan é ousada e muito a frente do seu tempo. Isso porque a autora,

reivindica para as mulheres o primeiro direito do qual derivam todos os outros, ou seja, o do reconhecimento da condição de sujeito, com toda a dignidade que isso implica e com todas as qualidades que se atribuía somente aos homens: inteligência, força, valor, criatividade. Reivindica também como valores humanos igualmente dignos de consideração tudo aquilo que se reconhece como próprio das mulheres e que em consequência é desvalorizado: a ternura, o cuidado com as pessoas, a ocupação com tarefas menores – as tarefas domésticas (GARCIA, 2015, p. 29).

Mais de dois séculos depois, surgiu um estilo literário intitulado “preciosismo”, nos salões franceses, cuja atividade envolvia o questionamento do papel do homem na sociedade. As mulheres da aristocracia, frequentadoras dos salões da marquesa de Rambouillet, defendiam a igualdade entre os sexos, o direito ao amor e ao prazer sexual, além do direito ao acesso à educação. A expressão “preciosa” passou a ser usada para identificar as mulheres que reivindicavam acesso ao conhecimento e à autonomia. Além da referida marquesa, pode-se destacar Madeleine de Scudéry (1607-1701), também conhecida como Safo, que escreveu vários romances tendo a mulher como protagonista. Ainda de acordo com Garcia (2015, p. 33):

Podemos afirmar, sem correr o risco de anacronismo, que nos salões seiscentistas das preciosas delineou o que podemos chamar de profeminismo, ou seja, uma atitude inconformista com as convenções sociais e as ideias em voga a respeito da inferioridade do sexo feminino e da incapacidade das mulheres para tratar de assuntos tão sérios como a filosofia, a ciência, as artes; enfim, qualquer forma de manifestação de inteligência e reflexão.

A primeira onda do feminismo surgiu em paralelo ao movimento iluminista francês. Embora o Iluminismo tivesse caráter misógino, ao deixar de lado as mulheres no projeto igualitário, foi a partir da premissa de que todos os homens nascem livres e iguais, portanto, com os mesmos direitos, que as mulheres passaram a reivindicar, nas sessões da Assembleia Constituinte, os mesmos direitos civis e políticos. Em 1791, Olympe de Gouges (1748-1793) escreveu a *Declaração dos direitos das mulheres e das cidadãs*, livro em que defendia que a mulher nascia livre e igual ao homem, portanto, possuía os mesmos direitos inalienáveis do outro sexo. Também defendia que as mulheres deveriam participar na formação das leis, além de ter direito de eleger representantes (GARCIA, 2015, p. 38-43).

Ainda no século XVIII, uma outra figura emblemática também merece ser mencionada: Mary Wollstonecraft (1759-1797). Mais do que ser mãe de Mary Shelley, a filósofa inglesa publicou, em 1790, *A reivindicação dos direitos da mulher*, livro fundamental que lançou as bases para o feminismo moderno. Seu livro defende o igualitarismo entre homens e mulheres, a independência econômica e a necessidade da participação feminina na política e na representação parlamentar. É Wollstonecraft, também, quem discute dois conceitos fundamentais que o feminismo ainda debate na contemporaneidade: a ideia de gênero (aquilo que é considerado como característico da mulher é, na verdade, fruto da repressão e da aprendizagem social) e a ideia da discriminação positiva (políticas que, apesar de pregarem a igualdade dos sexos perante a lei, na realidade, acabam fortalecendo as desigualdades entre homens e mulheres) (GARCIA, 2015, p. 45-47).

A segunda onda aconteceu no século XIX inspirada pelo movimento sufragista, ocorrido nos Estados Unidos. O movimento ganhou força por causa do congresso mundial antiescravista de 1840, em Londres, quando quatro delegadas estadunidenses foram representar aquele país. Entretanto, os congressistas não as reconheceram como delegadas e não autorizaram a sua participação. Do seu retorno, as representantes sentiram-se humilhadas e indignadas. Por esse motivo, decidiram centrar suas atividades a partir daquele momento no reconhecimento de seus próprios direitos. De acordo com Bell Hooks (2018, p. 18), foi esse sentimento de indignação, de raiva da injustiça, que impulsionou o movimento de libertação feminista: “Ainda no início, grande parte das ativistas feministas”, escreve a autora, “tomou consciência da natureza da dominação masculina quando trabalhava em contextos anticlassista e antirracista, com homens que falavam para o mundo sobre a importância da liberdade enquanto subordinavam as mulheres de sua classe”.

Lucretia Mott e Elizabeth Stanton, duas das delegadas humilhadas, ganharam destaque pelo seu ativismo. Mott fundou a primeira sociedade feminina contra a escravidão. Sua discípula, Stanton, se tornou a responsável pela redação da Declaração de Seneca Falls (também conhecida como Declaração dos Sentimentos), fruto da reunião em Seneca Falls, Nova Iorque, em 1848, quando cem pessoas, homens e mulheres, de diferentes organizações e associações, deliberaram sobre a escravidão e sobre os direitos femininos:

A Declaração questionava as restrições políticas: não poder votar, nem ser candidata, não poder ocupar cargos políticos ou assistir a reuniões políticas. Também se colocavam contra as restrições econômicas: a proibição de ter propriedades, uma vez que os bens eram transferidos ao marido; a proibição de dedicarem-se ao comércio, ou terem seu negócio próprio ou abrirem contas correntes em bancos. Em resumo: a Declaração se colocava [...] contra a negação dos direitos civis e jurídicos às mulheres (GARCIA, 2015, p. 55).

E, por fim, a terceira onda surgiu no século XX. Simone de Beauvoir (1908-1986), ao escrever *O segundo sexo*, em 1949, lançou as bases teóricas para uma nova etapa do movimento feminista. A tese da autora é que a mulher tem sido considerada, historicamente, como a outra em relação ao homem, que é o sujeito, o centro, a medida e a autoridade. Esta teoria foi a responsável pela concepção do termo androcentrismo. Além disso, o livro demonstra como o homem é o essencial e a mulher fica em assimetria com ele, sempre na posição de subalternidade e de inferioridade. Por esse motivo, a mulher, também, sempre precisa ser ratificada pelo homem, pois, ser mulher é uma heterodesignação, ou seja, foram definidas por homens e não por elas próprias. A assimetria indica que o homem é o sujeito e a mulher, o objeto (BEAUVOIR, 2019a).

Além de Simone de Beauvoir, merece destaque a escritora Betty Friedan (1921-2006), autora de *A mística feminina*, publicado em 1963. O livro procurou analisar os destinos das mulheres que, no período da 2ª. Guerra Mundial, ocuparam postos de trabalho antes masculinos. Com o fim da guerra e o retorno dos soldados, as mulheres perderam estes postos e foram obrigadas a ocupar o papel de mãe e esposa. A “mística feminina” seria esse problema: a ocupação, por parte das mulheres, desses cargos domésticos, o que gerava nelas problemas de saúde, como crises de ansiedade, depressão e alcoolismo. Para Carla Cristina Garcia (2015, p. 83), *A mística feminina* foi a “reação patriarcal contra o sufrágio e a incorporação das mulheres na esfera pública durante a Segunda Guerra”, pois “identifica a mulher como mãe e esposa e com isso cerceia toda possibilidade de realização pessoal e culpabiliza todas aquelas que não são felizes vivendo somente para os demais”.

O importante livro de Betty Friedan demonstrou como o misticismo pós 2ª. Guerra Mundial convertia as mulheres em modelos de mãe, esposa e dona de casa zelosa. Por esse motivo, as meninas eram educadas, desde a infância, para não serem independentes e desenvolverem, somente, habilidades relativas à função de mãe e de esposa. Também demonstrou como esse modelo opressor educacional acabou provocando distúrbios psicológicos nas mulheres.

Como visto, o movimento feminista é uma luta que começou a ser travada, no Ocidente, desde o Renascimento. Após o levantamento histórico do movimento, pretendo, no próximo subcapítulo, fazer um breve estudo a respeito da crítica feminista, qual a sua meta e aquilo que ela procura combater.

2.2 Afinal, o que a crítica feminista procura realizar?

A teoria feminista busca subverter a organização do mundo patriarcal, que impõe a mulher sempre o papel do inessencial, que só existe na função do Outro, de um sujeito excluído, marginalizado. Quer dizer, a luta feminista é, em sua essência, política. Isso porque “os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não ‘aparecem’, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política” (BUTLER, 2019, p. 19). Judith Butler (2019, p. 19), em *Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade*, analisa que “a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como o seu fundamento”. E Pierre Bourdieu (2012, p. 18), em *A dominação masculina*, defende: “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. Além disso, continua o autor:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida,

com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BORDIEU, 2012, p. 18).

Mas, afinal, o que seria dominação? Erika Apfelbaum (2009, p. 76), neste verbete, entende haver uma relação desigual, quando um grupo sujeita o outro, estabelecendo uma interação dissimétrica que ocorre em sua estrutura:

Toda relação de dominação, entre dois grupos ou duas classes de indivíduos, impõe limites, sujeição e servidão àquele(a) que se submete. Ela introduz uma dissimetria estrutural que é, simultaneamente, o efeito e o alicerce da dominação: um se apresenta como representante da totalidade e o único depositário de valores e normas sociais impostas como universais porque os do outro são explicitamente designados como particulares. Em nome da particularidade do outro, o grupo dominante exerce sobre ele um controle constante, reivindica seus direitos fixando os limites dos direitos do outro e o mantém num estatuto que retira todo o seu poder contratual [...]. A dissimetria constituinte da relação de dominação aparece não somente nas práticas sociais, mas também no campo da consciência e até nas estratégias de identidade.

Nesta referida relação dissimétrica, é possível entender a existência de dois grupos diferentes, o grupo masculino e o feminino, e a dominação do primeiro em relação ao segundo. Sendo a dominação masculina ratificada pela estrutura social, é papel da luta feminista combater essas estruturas de dominação. Para Judith Butler (2019, p. 20), o essencial na crítica feminista é entender como a categoria das “mulheres”, que é o sujeito do feminismo, “é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação”. Isso porque, retomando Simone de Beauvoir (2019a, p. 17), a mulher sempre foi, se não a escrava do homem, ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições, e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap* (desvantagem). Em quase nenhum país seu estatuto legal é idêntico ao do homem, e muitas vezes este último a prejudica consideravelmente. Ademais, “as relações de dominação e as desigualdades de estatuto estão no coração de toda relação social” (APFELBAUM, 2009, p. 77).

Essa desigualdade pode ser compreendida na forma como a mulher é considerada e constituída nas suas relações dentro da sociedade, que papel ela assume num “contrato social” que é, por natureza, tendencioso e desigual. Para a continuidade da discussão sobre o contrato social e a mulher na sociedade, trago o seu conceito.

Para Ferrater Mora (2001, p. 575), este termo seria uma “teoria segundo a qual a sociedade humana deve a sua origem (ou, melhor, sua possibilidade enquanto sociedade) a um

contrato ou pacto entre indivíduos”, aquilo que Rosseau chamou de “teoria do contrato social”. Para os teóricos do contrato social, independente da origem da sociedade, “seu fundamento e sua possibilidade como sociedade se acham num pacto”. Por esse motivo, o “contratualismo”, outro termo com o mesmo significado, “considera a sociedade como se, em algum momento histórico (ou pré-histórico), houvesse ocorrido um pacto ou contrato”.

Entretanto, o contrato social do qual a mulher faz parte não é isônimo. Carole Pateman (1993, p. 15) entende existir, na verdade, um segundo contrato, que corre em paralelo com o primeiro, porém, nunca é mencionado, mas é sempre suprimido: o contrato sexual, que alcança as mulheres, oprimindo-as. Assim, o contrato social pressupõe a existência do contrato sexual, ou seja, o estabelecimento dos fundamentos normativos que estruturam a sociedade só foi possível por causa da submissão feminina e de sua condição de propriedade masculina ou de mero objeto. Esta postura tira da mulher a condição de sujeito e outorga-lhe a condição de objeto. Enquanto que a teoria do contrato social é uma história sobre a liberdade da sociedade civil, o contrato sexual é, simplesmente, uma história de sujeição e do comércio do corpo feminino. Se por um lado o contrato original foi um pacto sexual-social, por outro, a história do contrato sexual foi sufocada, suprimida:

A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata o direito político enquanto *direito patriarcal* ou instância do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres. A metade perdida da história conta como uma forma caracteristicamente moderna de patriarcado se estabelece. A nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal (PATEMAN, 1993, p. 16, grifo da autora).

Se a sociedade civil foi fundada sob a influência da ordem social patriarcal, isso significa que a dominação masculina sobre as mulheres, assim como o direito masculino de acesso sexual regular a elas, fazem parte da formulação do pacto original. Quer dizer, se por um lado, o contrato social é uma história de liberdade, por outro, o contrato sexual é uma história de sujeição feminina, o que gera uma contradição: “o contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação” (PATEMAN, 1993, p. 16). Além disso, continua Pateman (1993, p. 17), “[o] pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres”, é também sexual “no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres”. Para este livre acesso, a autora o chama de “lei do direito sexual masculino”.

A partir desta discussão, é possível entender que não existe liberdade civil universal, uma vez que isto é um atributo masculino, e as mulheres estão subordinadas aos homens enquanto homens. A lógica do sistema político/econômico, que caracteriza a nossa sociedade, é que “[o]s capitalistas podem explorar os trabalhadores e os maridos podem explorar as esposas porque trabalhadores e esposas constituem-se em subordinados através dos contratos de trabalho e de casamento” (PATEMAN, 1993, p. 24).

Para além da ideia de contrato de trabalho e de casamento está a força de dominação masculina, que satura as estruturas históricas. Elas, as estruturas históricas, são da ordem masculina e costumam influenciar, inclusive, o pensamento, “sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação”, quer dizer, quando se estuda o próprio objeto da dominação masculina, mesmo que este assuma um viés feminista, “arriscamo-nos [...] a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação” (BORDIEU, 2012, p. 15).

Conforme explica Pierre Bordieu (2012, p. 46), existem estruturas de dominação masculina que são produtos de um trabalho incessante de reprodução dos quais agentes específicos (instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado) contribuem para a legitimação da violência, seja física, seja simbólica: “[o]s dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais”, conclui ele.

Violência simbólica é um conceito criado por Bordieu (2012) para discutir qualquer tipo de violência exercida pelo corpo, mas sem a ocorrência de qualquer coação física. Entretanto, isso não significa que esse tipo de violência não cause nenhum tipo de dano moral ou psicológico. Ela, muitas vezes, costuma ser silenciosa. A violência simbólica,

se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes [...], resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BORDIEU, 2012, p. 47).

Discutindo o conceito geral de violência e como isso atinge as mulheres, Carme Alemany (2009, p. 271), reconhece existir uma multiplicidade de formas que atinge todas as mulheres, indiscriminadamente: “As violências praticadas contra as mulheres devido ao seu

sexo assumem múltiplas formas. Elas englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, lhes infligem, na vida privada ou pública”, dos quais podem ser destacados “sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com a finalidade de intimidá-las, puni-las, humilhá-las, atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade”.

As marcas da violência simbólica ficam tão impregnadas na vida daqueles que passam por esse tipo de experiência, que, não é raro, os dominados aplicarem categorias nas relações de dominação, que são construídas sob o ponto de vista dos dominantes. Ocorre, assim, um tipo de adesão que o dominado acaba por conceder ao dominante quando aquele não dispõe, para considerar a sua relação com o outro, nada além dos instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum. Isso porque o compartilhamento dos instrumentos de conhecimento não deixa de ser uma relação de dominação, que é vista como natural. Se a sociedade é construída sob uma base de dominação masculina, o discurso que se opõe à dominação incorpora, em sua estrutura, as categorias construídas sob o ponto de vista do dominante (BORDIEU, 2012, p. 46-47).

Mas essa violência simbólica, estabelecida pela relação desigual entre dominante e dominado, deixa visível as marcas de dominação, seja na forma de emoções corporais, seja na expressão de sentimentos. De qualquer maneira, mesmo sendo uma força que se manifesta de forma invisível, ela é atuante e inescapável, já que faz parte da estrutura da sociedade em que todos nós estamos inseridos:

Os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e os dominados, que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à revelia, ou até contra sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de *emoções corporais* – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de *paixões* e de *sentimentos* – amor, admiração, respeito –; emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter, mesmo de má vontade ou até *contra a vontade*, ao juízo dominante, ou outras tantas maneiras de vivenciar, não raro com conflito interno e clivagem do ego, a cumplicidade subterrânea que um corpo que se subtrai às diretivas da consciência e da vontade estabelece com as censuras inerentes às estruturas sociais (BORDIEU, 2012, p. 51, grifos do autor).

Seja pelas emoções corporais, como a vergonha ou a ansiedade, seja pelas paixões, como o amor ou a admiração, o fato é que a dominação masculina continua efetiva e atuante. A associação da mulher ao segundo sexo, sendo o masculino o primeiro, conforme o

famoso livro de Simone de Beauvoir, enfatiza aquilo que é concreto: que a nossa sociedade sempre foi masculina, e o poder, da mesma forma, sempre esteve nas mãos dos homens, o que se caracteriza como uma relação desigual:

Na medida em que a mulher é considerada o Outro absoluto, isto é – qualquer que seja sua magia –, o inessencial, faz-se precisamente impossível encará-la como outro sujeito. As mulheres nunca, portanto, constituíram um grupo separado que se pusessem *para si* diante do grupo masculino; nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens (BEAUVOIR, 2019a, p. 106, grifo da autora).

A desigualdade nas relações se estende, inclusive, para a esfera do divino. Na sociedade cristã, por exemplo, a única divindade existente é masculina. Para Beauvoir (2019a, p. 112-113), mesmo em sociedades politeístas, em que há deuses e deusas, são os homens quem os escolhem, tendo em vista que o lugar da mulher na sociedade sempre foi estabelecido por eles. Eles sempre impuseram suas leis e normas. Os homens sempre impuseram sua dominação na sociedade.

Portanto, não é de se admirar que a existência de uma distopia de gênero, como é o caso de *As horas vermelhas*, traga para a discussão e a reflexão as formas de opressão da mulher, em variados contextos literários. No caso do romance de Leni Zumas, está ficcionalizado nos diferentes desafios enfrentados por cinco mulheres, pouco semelhantes entre si, mas que têm suas histórias implícita e explicitamente conectadas.

2.3 Formas de luta contra a dominação masculina em *As horas vermelhas*

A literatura distópica de gênero está, politicamente, engajada com a luta pelos direitos das mulheres ao representar, de forma assombrosa, os pesadelos pelos quais mulheres precisam enfrentar. Embora se saiba que a condição da mulher, em nossa sociedade, ainda precisa ser mais favorável, é inegável que o mundo ficcionalizado por algumas autoras ainda se configura como pior do que o *status quo*. Esse tipo de literatura estimula a comparação entre mundos (o real e o ficcional), mas também estimula a reflexão, por se tratar de uma narrativa com uma função humanista de luta contra o pesado *handicap* (desvantagem) estrutural enfrentado por mulheres. Assim, a narrativa de Leni Zumas possui um forte posicionamento político, por representar uma sociedade que se corrompeu ao cercar algumas conquistas alcançadas pelas mulheres nos Estados Unidos.

Com a recente desfavorável conjuntura política, já comentado nesta dissertação, algumas novas leis foram implantadas nos Estados Unidos representados literariamente por Zumás, como a Emenda da Pessoalidade, que garantiria somente o direito aos fetos e o Toda a Criança Precisa de Dois.

A Emenda da Pessoalidade é um tipo de violência invisível, que atua para controlar a natalidade nos Estados Unidos. Acima de tudo, a lei neutraliza qualquer ação que foge daquilo que foi por ela preestabelecida, juridicamente. Uma força da lei que domina o livre arbítrio, que exerce uma repressão invisível, que faz com que mulheres se joguem de escadas, que arrisquem as suas vidas para garantirem os seus direitos de não quererem procriar. A referida Emenda exerce uma eficiente força simbólica, de violência invisível, repressora, por sua natureza.

Porém, não é exclusiva. O romance aborda como outras violências invisíveis afetam suas cinco protagonistas, cada uma lidando com um tipo de situação, de problema “típico de mulher”, uma opressão que é sufocante e que tolhe a liberdade de cada uma delas. Eivør Mínerudottír não quer estar presa à vida doméstica nas Ilhas Faroé do século XIX. Ela quer ter uma trajetória diferente da vida de sua mãe, não somente ultrapassar os limites territoriais deste arquipélago dinamarquês, mas vencer os limites que a sua condição feminina impunha. Roberta Stephens precisa superar a dor da perda do irmão, morto por overdose, além de sobrepujar os limites de suas condições genéticas. Acima de tudo, ela também enfrenta leis que lhes cerceiam o direito de ser mãe solteira, de ter um grupo familiar que foge do padrão. Gin Percival abandona a cidade para ter uma vida mais próxima da natureza, retirando boa parte do seu sustento a partir da exploração dos recursos naturais. Sua especialidade de medicina natural e sua bissexualidade estimulam a perseguição social e influenciam na sua prisão sob a acusação de facilitação para a prática ilegal de aborto. Matilda Quarles, a adolescente grávida, enfrenta as leis contra o aborto para assegurar o seu direito de posse do corpo e de interrupção de uma gestação não desejada. Susan Korsmos está em um casamento infeliz. Mãe de duas crianças, ela está frustrada por ser dona de casa e perceber que não fez a melhor decisão, quando optou por abandonar o curso de direito para assumir um casamento do qual, posteriormente, ela quer se livrar.

As cinco personagens protagonizam cinco histórias de luta da mulher contra algo que é estrutural. Cada uma delas enfrenta uma conjuntura social desfavorável e busca uma forma de vencê-la. Eivør Mínerudottír luta por obter reconhecimento profissional em um século pouco favorável as pesquisas feitas por mulheres; Matilda Quarles luta contra o Estado, que quer coibir o seu direito de posse sobre o corpo e regular a sua sexualidade; Gin

Percival enfrenta a sociedade de Newville sob a acusação de bruxaria e de facilitação para a prática de aborto; Susan Korsmos enfrenta um problema sem nome e a sensação de prisão doméstica; Roberta Stephens luta contra o cerceamento de constituir uma família que foge do modelo tradicional estadunidense.

2.3.1 Eivør Mínerudottír

Eivør Mínerudottír nasceu nas Ilhas Faroé em 1841, filha de um pastor de ovelhas e de uma dona de casa, que tivera nove filhos e enterrara quatro.³³ Não há muitas informações a respeito de sua biografia, embora ela tenha sido uma pioneira na pesquisa sobre o Ártico e tenha trazido importantes contribuições científicas para a exploração daquela porção do globo, na época, quase que inexplorada. Embora a sua pesquisa pioneira sobre banquisas, as camadas de gelo flutuante que se formam nas regiões polares, se tornou uma importante contribuição para a exploração Polar, o texto oriundo de suas observações não foi publicado com o seu nome, mas com o de um conhecido seu, por ela ser mulher.

Diante de um contexto pouco favorável para a mulher, por se tratar do século XIX, em um arquipélago onde as principais atividades eram a pesca e o pastoreio, portanto, atividades tipicamente masculinas, Eivør Mínerudottír preferia enfrentar as adversidades marítimas, os perigos advindos do desbravamento, a ter uma tediosa vida doméstica. Ela sentia-se mais plena de si quando passava por tempestades no mar, muito mais do que quando se dedicava as atividades tradicionais de uma feroesa: “A ameaça de ser arrastada por sobre a amurada a acordava da ~~letargia~~ moleza que sentia em casa fatiando ruibarbo, quebrando ovos de papagaios-do-mar, tirando a pele de ovelhas mortas” (ZUMAS, 2018, p. 24), escreve a sua biógrafa. O seu destino não era degolar cordeiros e pendurá-los para secarem. Mas reunir fatos sobre o território boreal inexplorado. Além disso, em outro momento, há inserção de textos que, provavelmente, são escritos da própria exploradora polar, que manteve um diário, para descrever o trabalho dos homens do seu arquipélago. Em um desses momentos, ela registrou:

³³ Esta personagem é uma invenção de Leni Zumas. Entretanto, algumas personagens que são mencionadas em sua biografia, são baseadas em pessoas reais, como é o caso do capitão Gustav Frederik Holm (1849-1940), o líder de uma expedição ao Ártico.

Quando garota, eu amava (mas por quê) assistir ao *grindadráp*. Era uma dança mortal. Eu não conseguia parar de olhar. Cheirar as fogueiras acesas nos penhascos, chamando os homens à caçada. Ver os barcos arrebanharem o cardume na baía, as baleias se debatendo mais rápido conforme entravam em pânico. Homens e meninos chafurdando na água com facas para cortar as suas medulas espinais. Eles tocam o olho da baleia para certificar-se de que ela está morta. E a água espuma de vermelho (ZUMAS, 2018, p. 71).

Por mais brutal que possa ser esta atividade, considerando o discurso ecológico, é uma descrição carregada de poesia e de paixão pela caçada. Eivør afirma não conseguir parar de olhar, de sentir o cheiro das fogueiras acesas nos penhascos, de observar a sanguinolenta pesca das baleias, com as suas medulas espinais cortadas, com a água vermelha de sangue cetáceo. Entretanto, ela demonstra paixão por atividades tipicamente masculinas, pois suas menções as atividades domésticas não possuem a mesma intensidade afetiva.

O destino da exploradora Polar não era a pesca de baleias. Era algo maior, mais ousado, mais perigoso. Ela desbravaria uma “seara” que pertencia aos homens, poucos, diga-se de passagem. Na época, o espírito aventureiro e a coragem eram atributos masculinos. Eivør teve que enfrentar um ambiente pouco favorável e a desconfiança dos seus companheiros de viagem. Além disso, lidou com a falta de reconhecimento de sua importante contribuição para os estudos polares.

Sua aventura lhe rendeu a morte. Mas o seu espírito desbravador e pioneiro sobrepujou qualquer injustiça que ela tenha sofrido durante a sua curta vida. A aventureira, primeiramente, deveria enfrentar a sua própria família (a mãe) e os costumes feroenses, que iriam reduzi-la a uma impensável vida doméstica. Aos dezenove anos, ainda não casara. Para a época e a cultura, Eivør já havia passado da idade casamenteira. E, por esse motivo, sofreu pressão materna até ser obrigada a se casar com um pescador de salmão, viúvo, de cinquenta e dois anos. A notícia foi dada somente dois dias antes do casamento. Depois de dezoito meses, o marido morre em uma tempestade no mar. Eles não tiveram filhos, o que causou vergonha para a sua mãe que lhe disse, quando ela estava partindo para Aberdeen, Escócia: “Vá, leve essa *físa* [boceta] quebrada para longe daqui” (ZUMAS, 2018, p. 122).

A exploradora, por ser mulher, sofria violência invisível vindo de sua própria mãe, que a obrigou a se casar com um desconhecido trinta anos mais velho do que ela. A perpetuação da violência social, muitas vezes, é proporcionada pelas próprias mulheres, que assumem comportamentos misóginos. Eivør teve que enfrentar a mãe, que a obrigou a se casar, a cultura, que a reduzia a uma vida doméstica e os estrangeiros, que desconfiavam de sua capacidade intelectual.

A exploradora dá um nome falso masculino para conseguir participar da expedição para o Polo Norte, Harry M. Rattray, que foi o seu tutor por um tempo, quando ela foi para a Escócia. Em carta escrita no dia 25 de janeiro de 1875, endereçada ao capitão Holm, que iria partir com o navio a vapor *Oreius*, de Copenhagen, capital da Dinamarca, para o Polo Norte, Eivør Mínerudottír se apresenta como hidrologista, com experiência no comportamento de banquisas (ZUMAS, 2018, p. 208). Foi somente após o contorno da península de Jutlândia, no mar do norte, que o capitão percebeu que se tratava de uma mulher. Ele disse para ela: “– Não temos escolha a não ser suportá-la” (ZUMAS, 2018, p. 212).

Obrigado a mantê-la em sua tripulação, o capitão do *Oreius* passou a ignorar suas teorias a respeito do movimento das banquisas por ela ser mulher, porque Holm jamais poderia imaginar que uma feroesa seria capaz de fazer observações tão precisas a respeito do comportamento dessas superfícies flutuantes de gelo:

Em novembro de 1875, no oceano Ártico ao norte da Sibéria, banquisas começaram a se aproximar do *Oreius*. Os trechos de água aberta se afastaram; os canais se encolheram até virarem faixas negras. Mínerudottír viu que os canais mais retos pareciam ficar abertos mais tempo que os ondulados, no formato de enguias: havia alguma coisa sobre as margens irregulares que aumentava a velocidade com que o gelo se unia? Ela sugeriu isso ao capitão, que disse:
– E você vai nos mostrar as fadas da neve também? (ZUMAS, 2018, p. 230).

A exploradora do ártico tinha razão. Suas observações sobre banquisas lhes renderam um artigo intitulado “Sobre os contornos e tendências do gelo do mar Ártico” e a amputação de dois dedos da mão esquerda, o anelar e o mindinho, gangrenados. Eivør perdeu, exatamente, o dedo onde costuma estar a aliança, o anelar esquerdo. Simbolicamente, por sua pesquisa e pioneirismo, ela aceitou o casamento com aquela paisagem pouco explorada do “deserto” de gelo do Polo Norte. Sua vida foi dedicada ao conhecimento científico. Ela se casou com a ciência que começou a ser produzida no gelo Polar, por isso, ela jamais conseguiria estar presa a uma vida doméstica, sedentária. Jamais se submeteria a uma vida interiorana. Ela preferia “ser enterrada viva nestes ermos espectrais a ficar sentada em frente à lareira mais aconchegante” (ZUMAS, 2018, p. 264).

Quando o *Oreius* ficou preso por sete meses no gelo, os marinheiros saíram para caçar e pegaram um urso polar. Fizeram um ensopado do fígado e do coração. A exploradora se recusou a comer por saber que a concentração de vitamina A no fígado dos ursos polares era tóxica. Os marinheiros passaram mal e tiveram reações adversas. Porém, disseram que ela havia amaldiçoado o ensopado. Preferiram atribuir a superstição o fato de eles terem sido

envenenados do que reconhecer que a exploradora tinha razão ao se recusar a se alimentar devido a toxicidade do alimento.

O que é possível perceber no relato de exploração de Eivør, nas poucas informações que Roberta conseguiu coletar para o seu plano de escrever um livro sobre a importante, mas quase esquecida exploradora feroesa, é que não importava o talento científico da biografada, a sua capacidade de observação da geografia Polar. O fato de Eivør ser mulher já a descredenciava para qualquer reconhecimento por suas contribuições para a ciência do século XIX. Ela era desacreditada por ser mulher. E essa descoberta, a mais difícil de sua carreira, veio da forma mais cruel na carta que ela recebeu em 19 de fevereiro de 1878 de Sir George Gabriel Stokes,³⁴ Secretário de Ciências Físicas da Sociedade Real de Londres para o Melhoramento do Conhecimento Natural:

Cara Srta. Mínerudottír,
Estou em posse de sua submissão, “Sobre os contornos e tendências do gelo do mar do Ártico”, um artigo que, como fica patentemente claro, a senhorita não escreveu. Não obstante as descobertas entusiasmantes que contém, a não ser que seu verdadeiro autor seja reconhecido, a Sociedade Real não pode publicá-lo (ZUMAS, 2018, p. 284).

A obstinação da exploradora lhe rendeu a humilhação de ter que solicitar, ao seu tutor Harry Rattray, que ele lhe emprestasse o nome para que o artigo fosse publicado. Sua narrativa é parecida com a famosa história de Mary Shelley, que na publicação de *Frankenstein*, teve que ocultar o seu nome por ser mulher e Katharine Burdekin, autora de *Noite da suástica*, ao publicar o romance sob o pseudônimo Murray Constantine. O artigo foi finalmente aceito pela revista *Transações filosóficas*, da Sociedade Real de Londres.

A exploradora foi encontrada sob um painel de gelo, congelada. Ela não foi resgatada. O grupo de busca optou por não recuperar o corpo de Eivør e deixá-lo onde estava, sobre o desolador gelo Polar. Ela estava menstruada quando morreu. O sangue atraiu um tubarão da Groelândia, que a devorou. Depois dos grandes predadores, os menores continuaram a se alimentar de seu corpo: peixes-bruxas, lagostas, lapas, mexilhões. Posteriormente, os anfípodas, os vermes comedores de ossos. A exploradora estava se desfazendo. Seu corpo, se decompondo. O relato continua:

Semanas depois de digerir a pele de Mínerudottír, o tubarão da Groelândia é capturado perto da costa oeste da Islândia. Os pescadores cortam sua

³⁴ Sir George Gabriel Stokes (1819-1903) foi um importante matemático e físico irlandês.

cabeça e enterram seu corpo em cascalho e areia, cobrem-no com pedras que pressionam os venenos naturais do tubarão (ureia e N-óxido de trimetilamina) para fora do corpo. Depois de dois ou três meses, o peixe – a essa altura fermentado – é fatiado e pendurado em um galpão para secar. Nos pedaços surge uma crosta marrom, com um cheiro chocante. Quando cidadãos de Reykjavik comem o tubarão no dia vinte e cinco de dezembro de 1885, estão comendo Eivør Mínervudóttir.

Ela não deixou para trás dinheiro ou propriedade ou um livro ou um filho, mas seu cadáver manteve vivas criaturas que, por sua vez, mantiveram outras criaturas vivas.

Ela foi para outros corpos, mas também outros cérebros. As pessoas que leram “Sobre os contornos e tendências do gelo do mar Ártico” em *Transações filosóficas da Sociedade Real de Londres* foram transformadas pela exploradora. O tradutor inglês dos seus diários foi transformado por ela. Mattie, ouvindo-a falar sobre a *grindadráp*, foi transformada. A biógrafa, é claro. E se seu livro tiver leitores, Mínevudóttír vai persistir neles (ZUMAS, 2018, p. 329-330).

O destino do corpo de Eivør segue o padrão cíclico da natureza, de reaproveitamento por outras espécies, de reciclagem. Ao virar alimento de tubarão e este virar alimento de pescadores, Eivør repete o comportamento da natureza, onde nada se cria, nada se perde, mas tudo se transforma, conforme a famosa lei de Lavoisier. A exploradora não deixou dinheiro ou propriedade. Não deixou livro, nem filho, mas o seu corpo seguiu o processo de transformação, como alimento para outros seres irracionais. Já o seu artigo, alimentou cérebros, contribuiu para o desenvolvimento científico. Sua passagem foi quase anônima. Entretanto, pessoas foram transformadas por sua ousadia e espírito aventureiro: o seu tradutor inglês, Mattie e a biógrafa, evidentemente, que se propôs a escrever a sua biografia.

A vida de Eivør Mínervudóttír serviu como exemplo inspirador para os poucos que tiveram o privilégio de conhecer. Mesmo que não tenha alcançado o devido reconhecimento em vida, foi na morte que alcançou certa notoriedade, embora não tenha sido proporcional a importância que ela teve para a exploração do Ártico. Injustamente, ela quase foi apagada da memória coletiva, quase caiu no esquecimento. O trabalho de resgate de Roberta é duplamente de suma importância, pois traz de volta a biografia de uma importante exploradora e restitui o seu lugar na história da ciência oitocentista. Lutando contra os padrões masculinos pré-estabelecidos, ela conseguiu somente depois da morte, alcançar a glória do reconhecimento.

2.3.2 Matilda Quarles

A segunda personagem central do romance *As horas vermelhas*, de Leni Zumas, Matilda Quarles (Mattie), é filha da personagem Gin Percival, a reparadora, que a entregou para adoção. A criança foi adotada pela família Quarles. No início da narrativa, a filha namora o adolescente Ephraim, que a engravida. Com sete semanas de gestação, ela decide não levar adiante a gravidez, mas vê-se em uma situação delicada, pois os Estados Unidos haviam revogado a lei que dava amparo para as gestações serem interrompidas e criaram a Emenda da Pessoaalidade, que garantiria o direito a vida dos fetos, sob quaisquer circunstâncias.

Por esse motivo, muitas mulheres estavam recorrendo ao aborto se jogando pelas escadas, como aconteceu com uma das garotas do último ano do colégio onde ela estudava, que havia se jogado das escadas da quadra. Mesmo tendo fraturado a costela, ainda estava grávida. Uma de suas amigas, Yasmine, foi presa por ter sido denunciada pela prática ilegal do aborto.

Para aquelas que não tinham coragem de se jogar das escadas, poderiam tentar atravessar a fronteira dos Estados Unidos com o Canadá, país onde o aborto, no romance, ainda era legalizado. Mas, a travessia para o outro lado da fronteira, com este intuito, era ilegal. Foi criado, conforme discutido no capítulo 1 desta dissertação, um muro invisível chamado de Muro Rosa.

Na época da gravidez de Yasmine, a filha cogitou levar a amiga para o Canadá, quando a fronteira para as mulheres que pretendiam abortar ainda não havia sido fechada. O Muro Rosa era somente uma ideia, uma possibilidade que se concretizaria no momento da gravidez de Mattie: “Um ano e meio depois, a patrulha de fronteira canadense prende mulheres americanas em busca de aborto e as manda de volta para os Estados Unidos, onde serão processadas” (ZUMAS, 2018, p. 78).

Para a filha grávida, só existiam duas opções: ter a criança ou não tê-la. Em nenhum momento da narrativa a filha titubeia em relação à sua escolha. Mesmo tendo como alternativa a entrega da criança para adoção, Matilda não cogita continuar com a gravidez. Ela não sente a menor inclinação para mantê-la. Ainda em período escolar, uma maternidade indesejada poderia prejudicá-la em seus planos futuros, para além do ensino médio. Mattie decide enfrentar o perigo de ser presa ao tentar a travessia para o Canadá.

Apesar de ela ter sido doada por Gin Percival, ainda bebê, a filha optou pelo aborto. Optou, inclusive, em manter o segredo, já ciente de que os pais adotivos seriam contrários a uma interrupção, por causa de seus princípios:

Os pais não são religiosos. As razões são pragmáticas, eles dizem. Lógicas. Tanta gente *quer* adotar. Por que as pessoas deveriam ser privadas de bebês que querem alimentar, estimar e cobrir de amor só porque outras não estão a fim de ficar grávidas por alguns meses? Quando a Emenda da Pessoaalidade passou, o pai disse que já era hora de o país tomar juízo. Ele não concordava com os doidos que bombardeavam clínicas, e achava um pouco demais obrigar as mulheres a pagar funerais para os fetos que tinham abortado espontaneamente; mas, ele disse, havia um lar amoroso para todo bebê que vinha ao mundo (ZUMAS, 2018, p. 123, grifo da autora).

Difícilmente Mattie conseguiria doar o bebê para um lar adotivo porque os pais, provavelmente, ficariam com a criança. Mais difícil ainda seria obter dos pais apoio para o seu plano de interrupção da gravidez. Ciente disso, ela expõe a intenção para a sua professora de história, a biógrafa de Eivør Mínervudottír, Roberta Stephens que, conforme já comentado, está frustrada por sua infertilidade e pela nova lei que proibiria uma mulher solteira adotar qualquer criança.

Ainda considerando o delicado tema do aborto, é preciso analisar a pressão que a sociedade impõe na mulher por causa do discurso cristão, que é, em sua essência patriarcal:

A questão do aborto chamou atenção da mídia de massa porque realmente desafiou o pensamento cristão fundamentalista. Desafiou diretamente a noção de que a razão da existência de uma mulher é gerar crianças. Chamou atenção da nação para o corpo da mulher de uma forma que nenhuma outra questão poderia fazer. Era um desafio direcionado à igreja (HOOKS, 2018, p. 42).

O firme posicionamento de Mattie contraria todas as lógicas de um sistema patriarcal no que se refere ao papel principal de uma mulher na sociedade: o de ser mãe. Discuti, anteriormente, como a exploradora Polar Eivør contrariou o seu destino feroês, de ser mãe e dona de casa, para assumir o protagonismo de sua vida, em uma atividade dominada por homens. O caso da filha, no século XXI, gera, também, uma série de complicadores por causa da nova lei, que proíbe o aborto. E a personagem luta para garantir o seu direito máximo, o de ter o domínio sobre o seu próprio corpo, pois, “[s]e as mulheres não têm o direito de escolher o que acontece com nosso corpo, arriscamos renunciar direitos em outras áreas da vida” (HOOKS, 2018, p. 43). E Matilda Quarles compreendia que somente ela teria a autoridade sobre si própria. Sua postura, assim como a de Eivør, é feminista no sentido de que elas assumem o protagonismo de suas vidas e lutam para vencer o domínio masculino.

O direito de decidir sobre aquilo que acontece com o próprio corpo, se se deve manter ou não uma gravidez quando é indesejada, é uma das mais importantes pautas feministas. Alisa Del Re (2009, p. 21), em “Aborto e contracepção”, assim escreve:

O reconhecimento do direito de dispor do seu corpo foi um grande acontecimento para as mulheres do século XX. Desde a “greve dos ventres”, no século XIX, essa reivindicação foi objeto de diversas lutas, perdidas ou parcialmente ganhas. Internacionalmente, essa luta é sustentada de maneira unânime pelos movimentos feministas dos anos 70. Quem possui o poder de controle sobre o corpo feminino: o Estado, as autoridades religiosas, as corporações médicas, o chefe da família (marido ou pai) ou as próprias interessadas? É um ponto decisivo, pois se trata da autonomia das mulheres. Exigindo que estas últimas possam ter o domínio da sua sexualidade e recusando-se a que o debate seja remetido para a esfera privada – que tende a culpabilizar os relacionamentos individuais –, o movimento feminista conferiu uma dimensão política a esta questão que sempre ocupou um espaço primordial nas lutas parlamentares e conduziu a fraturas no interior dos partidos. Os limites e as abstrações dos discursos políticos, que ignoram a sexuação dos corpos, vieram, dessa forma, à tona.

Neste importante debate a respeito de quem possui o poder de controlar o corpo feminino, o que estão em pauta são dois importantes aspectos: o primeiro deles se refere à autonomia das próprias mulheres, afinal, elas deveriam ter domínio sobre suas próprias sexualidades; o segundo, é a relação entre a esfera pública (o Estado) e a esfera privada (os indivíduos), como a primeira interfere na segunda. Ainda conforme Alisa Del Re (2009, p. 23), que analisa o movimento de reivindicação ao direito de aborto das feministas da década de 1970, os argumentos lançados por elas, com o intuito de justificar este direito, repousavam em vários tipos de expectativas: “Os pontos comuns residiam na vontade de eliminar o perigo de morte que ameaçava as mulheres que recorriam ao aborto clandestino e na reivindicação da autonomia reprodutiva das mulheres, refletida no *slogan* ‘nós teremos os filhos que quisermos, se quisermos e quando quisermos’”.

Se por um lado existe o posicionamento religioso que preza a vida dos fetos, por outro, existe o discurso feminista, que prioriza a vida da mulher e a sua autonomia. O Vaticano publica, em 1995, a encíclica *Evangelium Vitae*, documento que negava qualquer validade jurídica às leis que autorizavam o aborto e que via a defesa do direito à vida como uma nova questão social: “Nessa óptica, é preciso salvar a vida em potencial – o feto – e não a das mulheres correndo o risco de morrer em consequência de um aborto clandestino” (DEL RE, 2009, p. 24-25). Por outro lado:

Quem defende o direito das mulheres de decidir sobre a sua gravidez insiste, ao contrário, no fato de que colocar uma criança no mundo é uma escolha de vida, uma opção para toda a existência. O que conta nesse caso é a situação concreta e as representações das mulheres envolvidas e, portanto, o respeito por sua autodeterminação e pelo espaço de liberdade que elas conquistaram (DEL RE, 2009, p. 25).

A principal consideração que se deve fazer nesta discussão sobre o direito de contracepção ou a sua criminalização está na vida da mulher, uma vez que, se ela estiver decidida, fará o aborto com ou sem a aprovação do Estado. Matilda Quarles estava decidida de que não iria levar adiante a gravidez, e procurou as alternativas disponíveis para realizar a sua intenção. A existência do Muro Rosa a impediu de chegar ao Canadá. Mattie também procurou a ajuda de Gin Percival. Porém, sua mãe foi presa culpada de ser facilitadora de aborto em outro caso, a ser discutido mais adiante. Ela, também, não poderia contar para os pais, pois eles não aprovariam. A última alternativa foi procurar a sua professora de história, Roberta:

Mas e se estiver no contrato dela de professora, se for obrigatório relatar abuso infantil e, neste caso, homicídio infantil?
 A filha não é uma assassina.
 São apenas células se multiplicando.
 Não há um rosto ainda. Nem sonhos ou opiniões.
Você não teve rosto um dia também.
 Se Ro/Senhora denunciá-la, o diretor Fivey vai expulsá-la da Escola da Costa Central.
 A Academia de Matemática não vai ficar feliz com isso.
 As faculdades não vão ficar felizes com isso.
 A mãe e o pai vão ficar menos felizes ainda (ZUMAS, 2018, p. 190, grifo da autora).

Pelo excerto, é possível perceber que a maior preocupação de Mattie está na aceitação social caso haja descoberta de seu plano. Ela tem convicção de que não é uma assassina, que ainda carrega somente células se multiplicando, sem rosto, sonhos ou opiniões. Mesmo que ela, um dia, na mesma situação, também não possuísse rosto, suas preocupações estão nas consequências da descoberta, caso sua professora a denunciasse: a expulsão da escola, a reprovação da Academia de Matemática e das faculdades, e, principalmente, a reprovação dos pais. Conforme já comentado, ela consegue ajuda quando conta para a professora, embora Roberta estivesse frustrada por não poder ser mãe e quisesse pedir para que a filha mantivesse a gravidez e lhe desse a criança, de forma clandestina.

A narrativa não informa se há qualquer arrependimento da filha após a intervenção médica. O que ficou mais enfatizado na parte final de sua história, no romance de

Leni Zumas, foi a vitória da filha contra o Estado, contra as leis de cerceamento da autonomia feminina em relação ao seu corpo e sua sexualidade. Sem dúvidas, ela saiu vitoriosa, pois teve o seu direito sexual garantido, embora contrariando as leis de cerceamento daquele distópico Estados Unidos. De todas as protagonistas, talvez a sua história seja aquela com mais elementos de vitória.

2.3.3 Gin Percival

Gin Percival é, sem dúvidas, uma personagem que mais faz alusão ao tenebroso passado de perseguição das mulheres nos Estados Unidos. A reparadora está com 32 anos, teve uma filha, Matilda Quarles, entregue para adoção. Vivia na floresta perto de Newville, no estado de Óregon. É especialista em ervas e tratamentos alternativos, tanto para curar doenças quanto para evitar “problemas”. Por esse motivo, muitas mulheres (inclusive a filha) a procuravam quando precisavam de ajuda médica, mesmo quando a ajuda fosse para a interrupção de gravidez indesejada. E por esse motivo, ela tinha reputação de bruxa.

A reparadora costumava cuidar de pessoas que não tinham condições financeiras para serem atendidas em hospitais. Em muitos casos, acabava ganhando pagamentos que não envolviam dinheiro. Independentemente da necessidade, ela estava pronta para socorrer qualquer uma que dela precisasse.

Ela vivia muito próxima da natureza, respeitando-a e utilizando-a para os seus tratamentos. Desenvolvera uma atividade quase toda de subsistência, pois conseguia extrair boa parte das suas necessidades da floresta onde vivia. Gin Percival estava quase que cosmicamente integrada naquele espaço natural, estabelecendo uma compreensível relação topofílica;

Odiava cenouras e amava maçãs, cujas sementes, venenosas para os coelhos, a reparadora tinha o cuidado de tirar. A lebre era tão fofinha que ela não se importava que roubasse alfafa das cabras ou espalhasse bolinhas de cocô pela cama quando a deixava dentro de casa. Uma manhã, ela encontrou seu corpo destroçado, um saco de sangue peludo. Raiva subiu pela garganta dela contra a raposa ou coioote ou lince, você a levou, mas eles só estavam se alimentando, você não devia tê-la levado, presas rareiam no inverno, mas ela era minha. Ela chorou enquanto cavava (ZUMAS, 2018, p. 20).

O termo topofilia é de autoria de Yi-Fu Tuan (1980, p. 5), e significa “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. É uma relação positiva que se estabelece

a partir da interação, principalmente quando a conexão do homem com a natureza, por exemplo, se vincula por meio da convivência. A relação da reparadora com a floresta remonta desde a sua infância:

Suas células cerebrais pulsando em seu capacete se dirigiam para a estrada da floresta, onde jazia a mãe toupeira destrocada pela coruja, seus bebês mortos como sementes vermelhas; ou às folhinhas de um jardim marinho arrastadas para labirintos por caranguejos. O corpo dela ficava na sala, mas seu cérebro, não (ZUMAS, 2018, p. 45).

A reparadora procurava a autossuficiência com quase tudo que pudesse vir da floresta: “Se ela pudesse sobreviver apenas da terra, sem coisas feitas por pessoas, ela faria isso” (ZUMAS, 2018, p. 21). De uma linhagem que remontava à famosa Goody Hallet (1700-1750), conhecida como a bruxa de Welfleet, e que teve um *affair* com o pirata Black Sam (1689-1717), Gin Percival era de uma descendência de mulheres fortes, ousadas e conhecedoras de tratamentos naturais, que lhes geraram o preconceituoso apelido de bruxas. Para a situação da reparadora, as pessoas pensavam ser ela uma “desequilibrada, uma esquisitona da floresta, uma bruxa”. Embora ela seja “mais jovem que as bruxas de vassoura que as pessoas conhecem na TV” (ZUMAS, 2018, p. 46), isso não a impedia de sofrer com os boatos.

Ela tinha uma tia, Temple, que foi dona de uma loja de produtos naturais, a Goody Hallet’s. Mas, ela já havia morrido. Porém, não fora enterrada de forma natural. Na verdade, Temple fora colocada em um freezer por sua sobrinha e lá permaneceria. A tia foi a sua grande mentora nas artes mágicas, quem lhe ensinou tudo que ela aprendera, mantendo, assim, a tradição dos Percival, que remontava o seu início, conforme comentado, ao século XVIII. Uma das lições mais importantes ensinadas pela tia foi a seguinte: “Existia magia de dois tipos: natural e artificial. A magia natural nada mais era que um conhecimento preciso dos segredos da natureza. Armada com tal conhecimento, era possível realizar maravilhas que ao ignorante pareciam milagres ou ilusões” (ZUMAS, 2018, p. 48).

As atividades mágicas de Gin começam logo após a partida de sua mãe. A sua primeira infusão foi feita com a reunião de dezenas de caules de verbasco florescente, folhas e lascas de alho. A criação, supervisionada por Temple, foi bem sucedida e deu início a carreira da reparadora, na arte da criação de poções feitas com produtos extraídos da floresta, daí o seu apego pela natureza e pela vida afastada da cidade.

Além da relação topofílica com a natureza, que justifica o afastamento da reparadora da cidade, Gin é obrigada a enfrentar o preconceito de pessoas que não a

conhecem, ou daqueles que, publicamente, se manifestam contrárias a sua presença em ambientes citadinos, como acontece quando ela precisa buscar víveres no supermercado:

Materia para nunca ter de ir outra vez ao Acme, mas suas necessidades não são inteiramente atendidas pela floresta, pelos pomares, campos ou clientes que lhe pagam com peixe e baterias. Para alguns itens essenciais, ela precisa usar dinheiro vivo. Mas as luzes da loja machucam os olhos da reparadora. E os pisos são tão duros. E ela repara – porque, embora os professores na Escola da Costa Central a chamassem de burra, ela não é burra – que as pessoas a encaram na Acme. Elas tomam as mãos dos filhos (ZUMAS, 2018, p. 98).

O preconceito que ela sofre tem a ver com uma longa tradição de atitudes negativas contra mulheres como ela, que eram acusadas de bruxaria e, por esse motivo, foram perseguidas, expostas, julgadas, condenadas e mortas pela sociedade. É de conhecimento geral que houve em Salem, Massachusetts, no final do século XVII, julgamento de homens e mulheres que foram processados, presos e/ou assassinados sob a alegação de que estavam praticando bruxaria.

Na verdade, o preconceito sofrido pela reparadora, que culminaria na sua prisão, envolve um tipo de patologia cultural intensificada por uma visão distorcida do cristianismo e que, no século XV, foi compilado como manual sob o nome de *Malleus Malleficarum*, ou *O martelo das feiticeiras*. Tal livro serviu como compêndio cuja função seria identificar, condenar e punir mulheres sob a acusação de envolvimento com o diabo para a prática de tudo aquilo condenado pela Igreja. A visão é distorcida porque, em sua base, o cristianismo está assentado na ideia de que a salvação está no amor que Deus tem pela humanidade, ao dar o seu filho para o sacrifício da salvação. E foi o próprio Jesus Cristo quem ensinou que o pecado tem que ser corrigido pelo amor, e não pela violência, conforme o conhecido episódio da mulher que seria morta por apedrejamento (João 8:1-11).

É de se assustar imaginar os séculos de uso do compêndio escrito pelos autores Heinrich Kraemer e James Sprenger, que associaram a imagem do diabo à das bruxas. E o que é pior: a imagem de ambos foi se transformando na Idade Média, crescendo em poder, em *status*, principalmente pela nítida distorção realizada nos ensinamentos de Cristo. A característica central da figura do demônio era o da desobediência ao poder centralizador da Igreja. E, embora a bula papal assinada por Inocêncio VIII investisse Kraemer e Sprenger como inquisidores contra a bruxaria não apenas feminina, o livro destes autores é dirigido pelo pensamento misógino, já que foi escrito com o intuito de perseguição das bruxas (BYIGTON, 2004, p. 30-33).

É famoso também, conforme mencionado, o caso do julgamento das bruxas entre os anos 1692-1693 em Salem, que se reverbera na narrativa de Leni Zumas. Para os historiadores estadunidenses, o caso de Salem é um capítulo negro na história daquele país, um retorno bizarro à superstição medieval que as primeiras gerações de colonizadores haviam escapado (DEMOS, 2004, p. 3-4).

E “[a]s pessoas acreditam em qualquer idiotice” (ZUMAS, 2018, p. 99, grifo da autora), afirma a “sepultada” Temple, de dentro do freezer. Sua afirmação é verdadeira por ter uma longa herança de injustiças cometidas contra as mulheres acusadas de bruxaria. O caso do julgamento de Salem não foi um absurdo e vergonhoso momento isolado na história dos Estados Unidos. Em *Entertaining Satan: Witchcraft and the Culture of the Early New England*, John Demos (2004, p. 4-5) apresenta um caso, no mínimo, bizarro. No outono de 1651, em Windsor, Connecticut, um grupo de militares estava realizando treinamentos quando um jovem recruta, Thomas Allen, engatilhou o seu mosquete e, por acidente, disparou um projétil. O tiro feriu mortalmente outro soldado, Henry Stiles. O azarado soldado foi julgado e condenado a pagar fiança por ter cometido “homicídio por desventura”, mas, por sua boa conduta, não foi preso, embora fosse proibido de usar armas. Em novembro de 1654, e aqui está o momento grotesco, Lydia Gilbert, também de Windsor, foi acusada de bruxaria e de ser a responsável pelo assassinato de Henry Stiles. A corte teve que deliberar se a bruxaria de Lydia Gilbert foi responsável pelo disparo da arma de Thomas Allen, no acidente que o vitimou. Os registros dos depoimentos não sobreviveram, mas alguns documentos mostravam que Stiles era pensionista da senhora Gilbert e que, é uma suposição, talvez houvesse algum desentendimento entre os dois, o que motivou a bruxaria de Lydia. Após o julgamento, ela foi condenada à forca.

O caso do julgamento de Lydia Gilbert não foi o único em que pesava esta acusação. Na verdade, este não é o caso mais famoso, mas apenas um daqueles quase esquecidos pelo passar dos anos. Da mesma forma, a morte de Henry Stiles foi apenas um dos vários casos atribuídos ao *maleficium*, uma feitiçaria com o objetivo de causar dano. A crença cristã assegura que, mesmo com a presença do mal, Deus irá triunfar sobre todas as coisas:

Porém, em épocas e lugares particulares, Satanás poderia alcançar alguns sucessos temporários – e reivindicar vítimas importantes. De fato, ele estava continuamente adicionando recrutas terrenos para a sua causa nefasta. Tentados por subornos e lisonjas, ou assustados por ameaças de tortura, pessoas de vontade fraca assinavam o “Livro do Diabo” e inscreviam-se

como bruxas. Depois disso, elas eram armadas com o seu poder, e obrigadas a cumprir as suas ordens (DEMOS, 2004, p. 6).³⁵

Qualquer sinal de que alguma coisa estivesse dando errado, como foi o caso da morte acidental daquele recruta, ou qualquer outra circunstância de infortúnio encontrava na feitiçaria uma resposta persuasiva. E ficava ainda mais persuasivo quando havia alguma ligação com qualquer tipo de antagonismo pessoal. Quer dizer, se houvesse alguma querela entre vizinhos, com maldição ou ameaças futuras, e se uma das partes tivesse alguma fama de envolvimento com magia negra, a probabilidade de haver acusação de bruxaria era enorme, principalmente se a acusada fosse mulher.

Considerando o contexto europeu, Silvia Federici (2017, p. 301-302), em *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, explica que a caça as bruxas foi uma iniciativa política de grande importância. Embora tenha sido um ato político, a culpa da Igreja Católica na Europa, é claro, não pode ser minimizada, pois ela “forneceu o arcabouço metafísico e ideológico para a caça as bruxas e estimulou a sua perseguição, da mesma forma que anteriormente havia estimulado a perseguição dos hereges”. É claro que sem as bulas papais, que exortavam as autoridades seculares a castigar as bruxas e sem a Inquisição, com o seu papel de combate a heresia, a caça as bruxas não teria sido possível. Mas a Reforma Protestante, também, não livrou as mulheres da mesma perseguição. Em ambas as vertentes religiosas, a caçada as bruxas contou com a participação do Estado. Sem dúvida, foi o primeiro momento em que a Europa, independentemente das diferenças religiosas, se viu unida em prol de uma causa.

Uma causa no mínimo grotesca, diga-se de passagem, pois as acusações contra essas mulheres eram quase que inacreditáveis de tão incomuns. Conforme explica Silvia Federici (2017, p. 304):

Como dar conta do fato de que, durante mais de dois séculos, em distintos países europeus, centenas de milhares de mulheres tenham sido julgadas, torturadas, queimadas vivas ou enforcadas, acusadas de terem vendido seu corpo e sua alma ao demônio e, por meios mágicos, assassinado inúmeras crianças, sugado seu sangue, fabricado poções com sua carne, causado a morte de seus vizinhos, destruído gado e cultivos, provocado tempestades e realizado muitas outras abominações? (De todo modo, ainda hoje, alguns

³⁵ But in particular times and places Satan might achieve some temporary success – and claim important victims. Indeed he was continually adding earthly recruits to his nefarious cause. Tempted by bribes and blandishments, or frightened by threats of torture, weak-willed persons signed the “Devil’s Book” and enrolled as witches. Thereafter they were armed with his Power, and obliged to do his bidding.

historiadores nos pedem que acreditemos que a caça as bruxas foi completamente razoável no contexto da estrutura de crenças da época!).

Voltando ao romance *As horas vermelhas*, Gin Percival estava ciente de que a sua história estava intimamente associada à perseguição por *maleficium*, mesmo que houvesse exagero e histeria em determinadas acusações, mesmo que isso acontecesse no século XXI. De qualquer forma, ela sabia que a sua atividade era socialmente marginalizada e a sua família, historicamente discriminada: “No último inverno, a reparadora completou trinta e dois anos: duas vezes dezesseis (a idade que a garota [Mattie] terá em fevereiro) e metade de sessenta e quatro. Sessenta e quatro é o número dos demônios no *Dictionnaire Infernal*” (ZUMAS, 2018, p, 159).

Quando as coisas começam a “saírem do trilho”, tudo em sua volta começa a desandar. A reparadora é presa por seu envolvimento lésbico com Dolores Fivey (Lola), esposa do diretor da escola de Mattie, que agride física e moralmente a mulher. Durante a sua prisão, em Newville, fenômenos estranhos, mas naturais, começam a acontecer e Gin Percival, como a bruxa da ocasião, é acusada de feitiçaria:

Ninguém sabe por que os dedos-do-morto – venenosos para casco de navios e ostras e salários de pescadores – voltaram a Newville. Ninguém sabe, então, decidiram que é culpa da reparadora. Ela enfeitiçou as algas. Chamou-as para a [sic] litoral com seu apito especial de enfeitiçar algas. E qual foi o motivo delas? Qual foi o motivo, vadias? (ZUMAS, 2018, p. 179).

Superstições são crenças sem base científica. Nesses casos, estão sempre associadas a presença feminina marginalizada socialmente, como acontecia com as mulheres acusadas de bruxaria. Mesmo quando fenômenos naturais incidiam, a culpa era atribuída a presença de bruxas. John Demos (2004, p. 9) analisa que, em sociedades onde as pessoas acreditam na existência de bruxaria, algumas pessoas começavam a praticá-la, e quando havia processos contra estas pessoas, não importava se eram ou não culpadas desse crime, e sim que os acusadores acreditavam na culpa, e essa crença se tornava mais eficaz.

A prisão de Gin aconteceu por ela ter uma relação homoafetiva com Lola, a esposa do diretor, que sofria violência doméstica. Certa vez, ela procurou a reparadora para que a ajudasse com algum unguento redutor de cicatriz. Lola “cai da escada” e é hospitalizada. O diretor acusa Gin de ter dado um remédio abortivo, que provocou o desmaio e a consequente queda da esposa. Mas ela não estava grávida. Com isso, a reparadora foi

presa e julgada por ter facilitado o aborto de Dolores. Nesta história, é preciso fazer uma série de esclarecimentos:

Algumas coisas são verdade; algumas, não.
 Que Lola caiu das escadas, com força.
 Que caiu tão forte que seu cérebro inchou.
 Que caiu porque bebeu uma “poção”.
 Que a “poção” que bebeu antes de cair foi diretamente responsável pela queda.
 Que fornecer a “poção” conta como imperícia médica.
 Que a manchete do jornal diz COMOÇÃO COM POÇÃO.
 Que o óleo que ela deu a Lola era para reduzir sua cicatriz.
 Que o óleo era tópico, não devia ser ingerido.
 Que, mesmo se engolido, flor de sabugueiro, limão, lavanda e feno-grego não fazem pessoas caírem de escadas.
 Que ninguém vai acreditar na esquisitona da floresta contra o diretor da escola (ZUMAS, 2018, p. 179-180).

É verdade que Gin poderia ser acusada de imperícia médica, por recomendar um óleo que, cientificamente, talvez não tenha eficácia comprovada. Entretanto, o problema está em quem receitou o unguento: a esquisitona da floresta, aquela que é marginalizada pelas pessoas da cidade por causa do seu conhecimento de ervas e produtos naturais. O óleo não faria mal, mesmo se ingerido. O problema estava em quem deu o óleo e não especificamente no produto. As pessoas teriam uma inclinação tendenciosa para julgar a reparadora por prática de bruxaria, inclusive, a manchete do jornal estimula um sensacionalismo barato e caça-níquel. Por esse motivo:

A situação não é novidade. A reparadora é uma de muitas. Eles não podem queimá-la, pelo menos, embora possam confiná-la em um quarto por noventa meses. Oficiais da Inquisição Espanhola as assavam vivas. Se a bruxa estivesse amamentando, seus seios explodiam quando o fogo aumentava (ZUMAS, 2018, p. 246).

Contra mulheres do perfil da reparadora pesava uma longa e perigosa tradição de caça às bruxas, de acusações falsas, sem fundamento, como foi demonstrado no exemplo mais acima do século XVII. No momento do julgamento, a advogada de acusação chegou a fazer um interrogatório em que muito se assemelharia àqueles praticados em Salem:

ADVOGADA: A senhorita é uma bruxa?
 GIN: [silêncio]
 ADVOGADA: Há quanto tempo se identifica como uma bruxa?
 GIN: [silêncio]
 JUIZ: A ré deve responder.

GIN: Se você soubesse sobre os poderes *reais*, se soubesse, seria...

[...]

Bruxas acusadas no século XVII eram jogadas em rios ou lagos. As inocentes se afogavam. As culpadas flutuavam, sobrevivendo para serem torturadas ou mortas de alguma outra forma.

Isso não é 1693! a biógrafa quer gritar (ZUMAS, 2018, p. 255, grifo da autora).

Os horrores pelos quais as mulheres acusadas de bruxaria passaram pareceria se repetir no início do século XXI. Um agravante para o caso de Gin Percival estava no seu envolvimento homoafetivo com Dolores Fivey, o que, em si, seria mais um escândalo que mancharia a reputação do diretor da escola de Newville. Entretanto, a narrativa demonstra que o maior problema de Lola eram as agressões realizadas pelo marido.

O caso da violência doméstica em *As horas vermelhas*, que envolve o diretor e sua esposa, abrange uma violência de gênero, da sobreposição física do homem sobre a mulher e que acontece no seio familiar. A violência doméstica pode acontecer tanto no campo verbal quando no uso da força física. A sociedade costuma tolerar e até incentivar “que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer” (SAFFIOTI, 2004, p. 75).

As mulheres que passam por esse tipo de violência estão sempre sujeitas a terem suas integridades profundamente abaladas. Na verdade, continua Saffioti (2004, p. 75), “[a]s violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral”. O problema está no tipo de violência de gênero (doméstica e intrafamiliar), que deixa “muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o *destino de gênero* traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos” (grifo da autora).

Socialmente, a mulher deve sujeição ao marido. A história do patriarcado cristão mostra que a esposa deve obediência ao cônjuge. Na carta de Paulo aos efésios (Efésios 5: 22-23), o apóstolo cristão ensina que as mulheres devem ser submissas aos maridos porque eles são as cabeças das esposas. A sociedade levou este conceito ao limite ao impor uma submissão que condiciona a mulher a ver como um aspecto cultural uma reação violenta: “Com efeito, paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismo de sujeição aos homens, inscrito nas *relações de gênero*” (SAFFIOTI, 2004, p. 75, grifo da autora).

Fica a cargo da mulher colocar o limite “entre um ponto distinto do *continuum* entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 75). Entretanto, a própria existência deste limite tênue é, em si, uma violência, já que, em muitos casos, a institucionalização da violência pode nublar o entendimento da mulher de que está sendo vítima de agressão. Além disso, o rompimento de um casamento pode ser um fator de constrangimento para a mulher, daí a sujeição feminina: “ – Se você se divorciar na sua idade, nunca vai achar outro homem; são os números, querida, você está do lado errado dos números” (ZUMAS, 2014, p. 179), ameaçava o marido de Lola. Além da violência verbal, havia a violência física. Certa vez, Dolores Fivey pergunta:

- Vai ficar uma cicatriz?
 - Sim – respondeu a reparadora. [...] – O que aconteceu?
 - Foi um acidente idiota – disse Lola. – Eu estava preparando o jantar e bati o braço numa panela quente.
- O marido também quebrou um dedo da mão dela. Deixou um hematoma de seis cores em sua mandíbula (ZUMAS, 2018, p. 130).

Tanto Dolores quanto Gin acabam sendo vítimas de um universo misógino, pouco favorável as mulheres. A falsa acusação do diretor, de que ela deu uma poção para que Lola abortasse, foi rebatida pelo advogado de defesa. Lola, inclusive, foi conivente com a mentira contada pelo marido.

Gin Percival, felizmente, conseguiu ser inocentada, afinal, a narrativa se passa no início do século XXI, já bem distante do fatídico final do século XVII para aquelas mulheres que foram acusadas falsamente e destruídas por uma patologia cultural coletiva. Entretanto, a história da reparadora pode servir como alerta para o retorno de tempos doentios. Para a atual conjuntura do mundo, no início da segunda década do século XXI, os absurdos coletivos que estão retornando deixam evidentes sinais de que um eventual retorno à barbárie não é impossível. Felizmente, repito, a história da reparadora teve um final promissor. Inocentada e livre, ela continuará, é claro, ajudando principalmente outras mulheres que precisam de suas habilidades com ervas e poções.

2.3.4 Susan Korsmos

Chamada pela narradora do romance *As horas vermelhas* de esposa, Susan Korsmos está casada com o professor de francês Didier, colega de escola da professora de história Roberta Stephens. Ela tem dois filhos: John e Bex. A família mora em uma casa

confortável, herdada pela esposa. Sua família tradicional, de classe média baixa, dois filhos, menino e menina, não lhe assegurava uma vida doméstica feliz, muito pelo contrário. O primeiro contato que o leitor tem com a narrativa da esposa mostra-a cogitando provocar um acidente de carro de forma intencional: “E se ela soltasse as mãos da direção e deixasse o carro seguir em frente? [...] É a segunda vez essa semana que ela imagina a cena” (ZUMAS, 2018, p. 29).

A esposa costumava fugir da rotina excruciante de dona de casa quando fantasiava momentos em que ela poderia escapar da prisão da vida doméstica, conforme exposto no subcapítulo 1.6 desta dissertação. Ela projetava um envolvimento sexual com o professor Bryan Zakile, se separar do esposo e concluir o curso de Direito, o que lhe proporcionaria um retorno triunfante ao mercado de trabalho.

Conforme explica Simone de Beauvoir (2019b, p. 185), “[o] destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento”, opção que a esposa escolheu ao saber que estava grávida, ainda quando era universitária. Mas a sua decisão provocou-lhe mais arrependimentos do que alegrias, mais sensação de sufocamento do que satisfação. Isso ocorreu quando ela percebeu que a sua vida, presa em uma rotina incessante e pouco compensatória, havia perdido o sentido, pois quem vivia não era Susan Korsmos e sim a mãe/esposa, cheia de responsabilidades e obrigações. Seu trabalho não apresentava resultados. Era rotineiro e decepcionante, pois anulava Susan enquanto mulher, ainda cheia de sonhos, em prol de um papel social descaracterizado de individualidade. Ela não vivia por e para si, mas para os outros, para os filhos e para o marido, em uma função com pouco reconhecimento:

Em casa: desafivelar, desvencilhar, erguer, carregar, soltar.
Desembrulhar, guardar.
Abrir fatias de queijo.
Distribuir fatias de queijo.
Acomodar Bex e John na frente de um desenho aprovado.
No andar de cima, a esposa fecha a porta da sala de costura. Senta-se de pernas cruzadas na cama. Foca seu olhar na parede branca arranhada.
Eles estão gemendo e chiando, seus dois filhos. Estão rolando e puxando e batendo e tagarelado, batendo com pequenos punhos e calcanhares no carpete puído.
São dela, mas ela não consegue entrar neles.
Eles não conseguem voltar para dentro dela (ZUMAS, 2018, p. 30).

Elisabeth Badinter, em *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985, p. 25) analisa o papel biológico, social e cultural que a mulher assumiu ao longo da história ao

ser mãe. Segundo a autora, a mãe é uma personagem “relativa e tridimensional”. Ela só é concebida em relação ao pai e ao filho, por isso é relativa. Além dessa dupla relação (esposa e mãe), ela também é mulher, “um ser específico dotado de aspirações próprias” que, normalmente, não coincidem com a dos filhos e do marido, daí a sua tridimensionalidade. Simone de Beauvoir escreve que a “mulher encerrada no lar não pode fundar ela própria sua existência; não tem os meios de se afirmar em sua singularidade e esta, por conseguinte, não lhe é reconhecida” (2019b, p. 330).

Susan não trabalhava para além do seu reino doméstico. Como “rainha do lar”, a esposa tinha que estar sempre voltada para o cuidado da casa, das crianças e do marido. Tinha que atender as expectativas sociais de sempre zelar pela família, se esforçando para proporcionar o conforto para todos. Ela desempenhava sua função social de esposa cuidadosa e de mãe zelosa cuja missão seria “sacrificar sua vontade ou seu prazer para o bem da família”, devotando-se ao “dever materno” (apud BADINTER, 1985, p. 271). Sendo assim, a casa precisava estar organizada, a comida, pronta, as crianças limpas e alimentadas para que quando Didier voltasse, pudesse aproveitar a conveniência de ter uma esposa bem prendada, sempre preocupada com o conforto de todos, a troca de uma rotina que a sufocava:

O casamento sempre se apresentou de maneira radicalmente diferente para o homem e para a mulher. Ambos os sexos são necessários um ao outro, mas essa necessidade nunca engendrou nenhuma reciprocidade; nunca as mulheres constituíram uma casta estabelecendo permutas e contratos em pé de igualdade com a casta masculina (BEAUVOIR, 2019b, p. 186).

Beauvoir (2019b) reconhece haver a necessidade de ambos os pares no contrato do casamento. O problema está na desigualdade da relação entre o homem e a mulher, já que a responsabilidade do primeiro é trabalhar fora enquanto que a mulher é trabalhar em casa. Porém, não posso deixar de mencionar que existem muitos casos em que a mulher assume jornada dupla. Não é o caso de Susan, mas é o de muitas mulheres. Entretanto, isso não significa que ela também não sofra pela rotina opressiva a que está subjugada pelo seu papel de mãe/esposa. É um trabalho sem fim e sem sentido, que nunca se encerra. O trabalho doméstico é parecido com o martírio de Sísifo, que sempre precisa rolar a pedra morro acima. O mito é conhecido. Quando a pedra quase alcança o topo, a mesma volta rolando para baixo. Castigado pela inutilidade de seu esforço, Sísifo precisa empurrá-la, *ad aeternum*:

Há poucas tarefas que se aparentem mais do que as da dona de casa, ao suplício de Sísifo; dia após dia, é preciso lavar os pratos, espanar os móveis,

consertar a roupa, que no dia seguinte já estarão novamente sujos, empoeirados, rasgada. A dona de casa desgasta-se sem sair do lugar; não faz nada, apenas perpetua o presente. [...] Comer, dormir, limpar..., os anos não escalam mais o céu, espalham-se idênticos e cinzentos sobre uma toalha horizontal; cada novo dia imita o precedente; é um eterno presente inútil e sem esperança (BEAUVOIR, 2019b, p. 224).

A “maldição” de uma rotina sem sentido, pois o trabalho nunca cessa, condena a mulher dona de casa da mesma forma que o mito grego. Todos os dias, ela cozinha para alimentá-la e alimentar a família. Todos os dias ela precisa limpar a casa, lavar as roupas, secá-las, engomá-las... e não é valorizada. A atividade doméstica, de repetição e de rotina, logo esgota o prazer, pois o cotidiano torna-se monótono e maquinal: “O drama do casamento não está no fato de que não assegura à mulher a felicidade que promete – não há seguro de felicidade – e sim no fato de que a mutila; obriga a mulher à repetição e à rotina” (BEAUVOIR, 2019b, p. 272).

Betty Friedan (1971, p. 19) observou que a rotina de dona de casa, nos anos 50 do século XX, estava colapsando milhões de mulheres estadunidenses. Embora alcançar o *status* de donas de casa dos subúrbios fosse a realização do “sonho americano”, embora, também, estas mulheres estarem livres de doenças físicas, dos perigos do parto, serem bonitas, sadias, educadas e se dedicarem aos maridos e aos filhos, na verdade, a autora percebeu que as atividades domésticas estavam levando as mulheres a desenvolver distúrbios de ordem emocional devido a insatisfação que elas estavam sentindo por estarem submetidas ao lar e à vida doméstica. Os distúrbios por causa da subordinação da mulher à rotina são um “problema sem nome”, mas não deixam de ser preocupantes. Conforme a autora, em *Mística feminina*:

Caso eu esteja certa, o problema sem nome, que fervilha hoje no íntimo de tantas mulheres, não é uma questão de perda de feminilidade, excesso de cultura, ou exigências domésticas. É muito mais importante do que parece à primeira vista. É a solução daqueles novos e velhos problemas que vêm há anos torturando esposas, maridos e filhos, intrigando médicos e educadores. Pode muito bem ser a chave de nosso futuro como nação e como cultura. Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher, que diz: “Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa” (FRIEDAN, 1971, p. 31).

E o que Susan Korsmos procurava em seu desejo de mudança? No subcapítulo 1.6 desta dissertação, falei das fantasias eróticas da esposa com Bryan, o colega de profissão do marido. A pressão de uma rotina levava esta personagem a cogitar pôr um fim à sua vida, mas também, em momentos menos dramáticos, ela buscava evasões da realidade por meio de

projeções sexuais onde Susan conseguia sair da rotina de Sísifo e encontrar um sentido a mais para a vida que levava, de dona de casa. A evasão funciona para quebrar a monotonia de uma saga repetitiva. E ela encontra no devaneio, com Bryan Zakile, uma oportunidade de se sentir sexualmente ativa, já que as relações sexuais com o marido estavam cada vez mais escassas: “Foi ruim, sim, da última vez que ele recusou. Ela prometeu a si mesma que não perguntaria outra vez” (ZUMAS, 2018, p. 60).

Sexualmente insatisfeita, a esposa sente-se frustrada pelo “problema sem nome” identificado por Friedan (1971) e que atingia as mulheres de classe média dos Estados Unidos, afinal, “[j]untar migalhas na palma. / Borrifar a mesa. / Enxaguar xícaras e tigelas. / Colocar xícaras e tigelas na lava-louça” (ZUMAS, 2018, p. 82), estar casada com um homem que não sente atração sexual pela esposa, que não divide a execução das atividades domésticas, que é insensível à dura rotina de Susan e não demonstra o mínimo de solidariedade, significa uma derrota pessoal para aquela que abandonou a faculdade de direito em prol da constituição de uma família.

É notório que a escolha foi de Susan. É notório, também, que para muitas mulheres não existe opção. Mas o que importa aqui, em *As horas vermelhas*, é a demonstração que o modelo tradicional de família estadunidense não é garantia de realização pessoal e de felicidade. Na verdade, acontece o oposto. Leni Zumas procurou demonstrar que a busca pela felicidade atinge diversas mulheres, da casada Susan Korsmos à solteira convicta Roberta Stephens.

E a esposa percebeu que a maternidade não era sinônimo de realização pessoal. Muito pelo contrário: ela “*criou pessoas*. Não há necessidade de qualquer outra justificativa para o seu papel no mundo” (ZUMAS, 2018, p. 187, grifo da autora), conclui a esposa. Elisabeth Badinter (1985, p. 328) analisa o papel cultural da mãe devotada, que deve se sacrificar para o bem dos filhos, inclusive deve, também, abdicar de sua vida profissional e social em prol da criação e da educação deles, que é sua responsabilidade:

A. M. Dardigna observou que, quando se aborda o tema da maternidade, realiza-se uma passagem imediata da função biológica da procriação para o papel de criação, e depois de educação. Por tudo isso, a mulher é a única responsável. Donde uma avalanche de declarações visando a desestimular a mulher de ter um trabalho que a afaste de casa. “Teoricamente, uma mulher pode fazer tudo. Mas se ela quer criar uma família, deve estar pronta a sacrificar dez anos de sua vida, e isto entre os vinte e os trinta anos. Não vejo outro meio de se ter êxito na educação dos filhos”. [...] Isso, observa A. M. Dardigna, repercute em eco, de revista em revista, e torna-se um fato estabelecido: “ela deverá, um dia, sacrificar sua carreira (ou interrompê-la), ou correr o risco de transformar seus filhos em vítimas”. Jean Duche,

moralista da revista Elle, conclui: “a psicanálise afirma que o papel da mãe se apaga por volta do quarto ano. Imaginemos que ela tenha três filhos em três anos. Isso lhe tomará, até o quarto ano do terceiro, cerca de sete anos..[sic] Após o que ela estaria livre para exercer um ofício na vida civil”.

Para a pergunta que muitos fazem, a respeito do objetivo da vida, Susan encontrou a resposta, e ela não era nada otimista. Na verdade, o que ela descobriu foi uma que a incomodou, pois não era nada romântica. O que o leitor aprende com a história da esposa é que o papel de mãe não é nada sublime. É apenas uma função para o qual ela teve que abrir mão de sonhos em troca de uma atividade em que a personagem não sentiu nenhuma satisfação no seu processo de cumprimento. Daí o constante flerte com o suicídio: “Os jornais de amanhã: MÃE E FILHOS MORTOS EM TRAGÉDIA NOS PENHASCOS” (ZUMAS, 2018, p. 187) e o flerte com a possibilidade de pelo menos ter um final digno de nota e de atenção, tendo em vista que Susan percebeu estar fadada ao insucesso (ela se decepcionou com Bryan e com a sua falta de ambição pessoal), a sua utopia fracassou: a esposa não conseguiu ter um caso com o colega de Didier, não retomou a carreira e não era feliz com a vida doméstica.

Talvez o fim trágico lhe restituisse alguma dignidade e conseguisse a atenção de um marido cada vez mais indiferente. A frieza de Didier demonstra a sua completa ausência de empatia e falta de interesse. A história da esposa demonstra que a lei Toda a Criança Precisa de Dois é falha e nem um pouco crível. Ela não assegura a plenitude de um lar harmonioso. A maternidade, também, não é uma segurança de autorrealização:

O amor materno perde-se, muitas vezes, nas repreensões e cóleras ditadas pela preocupação de um lar bem arrumado. Não é de espantar que a mulher que se debate em meio a essas contradições viva muitas vezes em seus dias em estado de nervosismo e azedume; ela perde sempre, no que quer que aposte, e seus ganhos são precários, não se inscrevem em nenhum êxito seguro. Nunca é por seu próprio trabalho que pode se salvar; esse trabalho ocupa-a, mas não constitui uma justificação: esta assenta em liberdades alheias. A mulher encerrada no lar não pode fundar ela própria sua existência; não tem os meios de se afirmar em sua singularidade e esta, por conseguinte, não lhe é reconhecida (BEAUVOIR, 2019b, p. 330).

A dona de casa, mãe, esposa, perde a sua singularidade enquanto mulher para assumir as responsabilidades domésticas. Perde a ambição pessoal, os sonhos particulares para sonhar os sonhos dos outros e ficar feliz com a realização profissional dos membros da família. Susan não conseguia enxergar algo promissor além do horizonte de sua rotina excruciante, e assim a sua história na narrativa termina: com ela sendo uma mãe que se

frustou pelo arrependimento de não ter continuado os seus projetos pessoais. E a esposa reconhece que estava a procura de “algo além de Bryan” (ZUMAS, 2018, p. 278), mas ela não sabia o quê. Entretanto, Susan estava convicta de que não levaria mais adiante o seu fracassado casamento.

2.3.5 Roberta Stephens

A biógrafa de Eivør Mínerudottír é também professora de história na escola da Costa Central de Newville. Com 42 anos, solteira, irmã de Archie Stephens, morto por overdose, Roberta Stephens sente o peso das consequências de suas próprias escolhas. Ao optar não contrair núpcias, a personagem começa a sofrer pressão dos comentários maldosos dos membros de seu convívio social e, posteriormente, das leis que a impediriam de se tornar mãe por adoção.

A narrativa de suas desventuras ao tentar ser mãe começa em uma sala onde ela espera fazer ultrassom com o dr. Kalbfleisch, o especialista em reprodução que vai fazer um diagnóstico a respeito da saúde do seu aparelho reprodutor e indicar o tratamento que poderia levá-la a gravidez:

Em uma sala para mulheres cujos corpos estão quebrados, a biógrafa de Eivør Mínerudottír aguarda a sua vez. Ela veste calças de moletom, tem a pele branca e o rosto sardento; não é jovem nem velha. Antes de ser chamada para subir nos estribos e sentir sua vagina ser cutucada por uma vara que projeta, em uma tela, imagens pretas dos seus ovários e útero, a biógrafa observa todas as alianças de casamento na sala. Pedras imponentes, faixas largas de brilho (ZUMAS, 2018, p. 11).

Roberta está sozinha e, por um instante, sente-se incomodada por ver outras mulheres que carregavam, em seus dedos, o sinal da aliança matrimonial. Entretanto, com o passar da leitura, o leitor fica ciente de que o *status* de *bachelor* foi uma opção sua em virtude de sua convicção de que a solteirice lhe era mais adequada. O incômodo referido ocorre por causa da pressão que ela sofria e não, exatamente, por ela ser incapaz de se casar. Na verdade, a biógrafa sentia-se melhor sozinha e ela respeitou sua decisão ao abdicar ter uma família nos moldes de Susan Korsmos, embora ela constantemente se autorrecrimine ao se autoquestionar: “Como poderá criar um filho sozinha se nem sabe o que estão fazendo com a sua área [vagina]”? (ZUMAS, 2018, p. 14) e “Como alguém pode criar um filho sozinha

quando seu almoço consiste em salgadinhos de milho de uma máquina automática?” (ZUMAS, 2018, p. 38).

Sobre solteirice e maternidade, Simone de Beauvoir (2019b, p. 191), escreve:

Uma mulher só, na América do Norte mais ainda do que na França, é um ser socialmente incompleto, ainda que ganhe sua vida; cumpre que traga uma aliança no dedo para que conquiste a dignidade integral de uma pessoa e a plenitude de seus direitos. A maternidade, em particular, só é respeitada na mulher casada; a mãe solteira permanece um objeto de escândalo e o filho é para ela um pesado *handicap*.

A opção da biógrafa pelo não casamento vai lhe custar a possibilidade da adoção, pois a nova lei, que regula a constituição familiar, indica haver a obrigatoriedade do casamento de duas pessoas, de sexos opostos, para que os cônjuges possam adotar, o que em si denota um autoritarismo que reflete a proposta de homogeneização social. Ao lidar com essa obrigatoriedade, Roberta tem o seu direito de constituir uma família, de mãe e filho(a), retirado. E quanto a isso, nada pode ser feito, já que era uma lei recentemente aprovada.

Conforme Simone de Beauvoir (2019b, p. 293), uma mulher madura e independente pode querer ter um filho que só pertença a ela: “são essas amazonas maternais que saúdam com entusiasmo o milagre da inseminação artificial”. Entretanto, para a situação física de Roberta, este recurso não é possível. A violência invisível do qual ela é uma vítima indica que os seus direitos de maternidade autônoma foram-lhes usurpados. A possibilidade de ela ser mãe solteira seria um escândalo para aquela sociedade conservadora. E Roberta não optava pelo casamento. Por esse motivo, seus planos não foram bem sucedidos.

Na fila de adoção, ela sabia que mães biológicas tendiam a escolher casais heterossexuais, principalmente se fossem brancos. Mas ela acreditava que a sua flexibilidade de adotar uma criança mais velha ou com necessidades especiais poderia lhe favorecer:

Ela pensou que, pelo menos, uma adoção aconteceria; e, se as coisas dessem certo, isso poderia levar à adoção permanente.
Então o novo presidente se mudou para a Casa Branca.
A Emenda da Pessoalidade aconteceu.
E logo na esteira: Lei de Ordem Pública 116-72 [Toda Criança Precisa de Dois] (ZUMAS, 2018, p. 37).

Desencorajada por pessoas do seu convívio, como o professor de francês Didier, que lhe diz: “– Mais motivo para evitar ser mãe solteira” (ZUMAS, 2018, p. 68) e a sua esposa, Susan Kormos, Roberta só tem as suas próprias convicções para virem em seu auxílio.

Sua independência e autonomia precisam ser preservadas, e para isso, ela é capaz de enfrentar aquilo que for preciso, mesmo que, para isso, tenha que desconsiderar o sonho da maternidade. Aliás, ela nem sabe explicar o que a faz querer ser mãe:

As marcas de maternidade de Susan: veias estouradas atrás dos joelhos, pele do estômago flácida, seios caídos. Afrontas à vaidade exibidas como medalhas da realização máxima.

Mas por que elas as quer, de verdade? Porque Susan as têm[sic]? Porque a gerente da livraria de Salem as tem? Porque ela sempre teve uma vaga certeza de que as teria? Ou o desejo vem de algum lugar animalesco, pré-civilizado, alguma pulsação biológica que inunda suas veias com a mensagem *Faça mais de si mesma?* Para repetir, não para melhorar. Não importa à pulsação primordial se ela fizer coisas boas nesta curta vida (ZUMAS, 2018, p. 95, grifo da autora).

Ao se questionar a motivação para ser mãe, Roberta considera as marcas físicas no corpo feminino: veias estouradas, flacidez, ptose mamária, que são consequências da maternidade. Embora para a vaidade isso pareça uma afronta, Susan Korsmos as tem, a gerente da livraria de Salem, idem. A biógrafa também deseja ter, e isso parece ser uma pulsação biológica primitiva, animalesca, mas que para ela se torna fundamental. É uma vontade que talvez seja inexplicável para a biógrafa, pois ela se questiona mais de uma vez:

Será que a biógrafa consegue se lembrar da primeira vez que pensou, sentiu ou decidiu que queria ser mãe de alguém? Do momento original em que desejou que um bulbo de líquen crescesse nela até se tornar humano? O desejo é amplamente apoiado. Legisladores, tias e publicitários o aprovam. O que torna o desejo, *ela pensa*, um pouco suspeito (ZUMAS, 2018, p. 96, grifo meu).

Roberta não consegue responder ao seu autoquestionamento, não sabe dizer para si mesma quando e como surgiu a vontade de ser mãe, mas ela reconhece que o desejo inexplicável é bem visto pelas leis (desde que estivesse casada, é claro), tias e publicitários, pois o comércio para artigos relacionados à maternidade e aos bebês é bem lucrativo e sedutor. A. M. Dardigna (apud BADINTER, 1985, p. 327), apresenta uma interessante teoria que talvez pudesse responder as dúvidas da biógrafa. Segundo esta autora, ao observar os principais temas abordados na imprensa feminina nos últimos dez anos (década de 1970), constata que eles se articulam na tese de uma “natureza feminina”, que tem por eixo a maternidade. Seria, então, o seu “destino biológico”, que ela deveria cumprir. E as mulheres que não quisessem assumir a sua natureza, eram marginalizadas e censuradas por serem

egoístas, imaturas e narcisistas. Elas não foram feitas para serem frutos secos, mas para a maternidade.

A biógrafa pode não entender o que a levou ao desejo de ser mãe. Porém, ela sabe que, dentro de si, existe uma força que se desenvolve na medida em que surge-lhe a fantasia da maternidade, a projeção utópica que analisei no subcapítulo 1.6 desta dissertação. É neste curto momento, quando ela ajuda Mattie a encontrar uma clínica clandestina de aborto, que Roberta sente uma fantasiosa possibilidade de ser mãe. A biógrafa projeta um mundo alternativo, em que ela figuraria na terceira pessoa do singular, e onde chegaria a seguinte conclusão: “Ela vai amar tanto o bebê!” (ZUMAS, 2018, p. 287).

Na mesma proporção que ela ama o bebê que não existe ela odeia Mattie e o seu desejo de pôr um fim na sua maior chance de ser mãe. Ao se propor ajudar a filha a encontrar uma clínica, Roberta demonstrou que queria ver a outra feliz, segura e livre do sofrimento de carregar uma maternidade indesejada. Ela demonstrou uma coragem de desistir desta oportunidade de adoção do filho de Mattie, embora, também não a suportasse. Na verdade, a biógrafa,

odeia a garota por experimentar as vinte e uma semanas de gravidez que ela nunca vai experimentar pessoalmente.

Há milhões de coisas que a biógrafa nunca vai fazer pelas quais ela não sente pena de si mesma. (Escalar uma montanha, decifrar um código, ir ao próprio casamento.) Então, por que *isso*? (ZUMAS, 2018, p. 300, grifo da autora).

A professora de história experimenta sensações diametralmente opostas ao se relacionar com Matilda Quarles, que não quer ser mãe. O Fado não lhe fora favorável: era estéril e morava em um país que proibia pessoas solteiras de adotar. Havia, diante dela, uma garota fértil, gestante, mas segura de si no que se refere à opinião de não levar adiante a gravidez. Suas vinte e uma semanas jamais seriam experimentadas pela biógrafa. As marcas visíveis nos corpos daquelas mulheres que se tornaram mães, também jamais apareceriam em seu corpo. Ela não se importava com a vaidade e não se importava mais com o plano de ter um filho biológico, já que isso lhe era impossível. Das outras coisas que ela enumera, que nunca iria fazer, não lhe vinha arrependimento, muito menos tristeza. Porém, para a única coisa que não estava ao seu alcance, ela lamenta e sente pena de si mesma. Mas, por qual motivo?

Dias antes de irem para a clínica de aborto, a biógrafa tentou persuadir a filha a não prosseguir com o plano de interrupção da gestação, como se fosse uma última tentativa desesperada de salvar o feto e salvar a sua maternidade:

- Só estou dizendo – segurando os pulsos de Mattie – que você tem outras opções.
- Pode esperar míseros quatro meses e meio.
- Opções? – Um novo tom em sua voz.
- Eu não quero fazer isso. – Mattie se solta das mãos dela.
- Por que não? – *Dê a criança para mim.*
- Só não quero.
- Mas por quê? – *Dê a criança para mim. Estou esperando há tanto tempo.*
- Você sempre nos diz – a voz da garota se torna estridente e queixosa – que fazemos nossos próprios caminhos e não temos que justificá-los ou explicá-los para ninguém (ZUMAS, 2018, p. 286, grifos da autora).

Neste importante diálogo, duas falas da biógrafa precisam ser destacadas: a primeira delas, “*Dê a criança para mim*” é pronunciada logo após a sua pergunta sobre o motivo de a filha não querer fazer isso, de considerar outras opções. A segunda fala é a repetição da primeira, porém, com o acréscimo “*Estou esperando há tanto tempo*”. Essas duas frases, em itálico no texto, indicam que foram ditas por Roberta, mas não foram ouvidas por Matilda. O que estou analisando é que a biógrafa as disse em pensamento, pois não teve coragem de expressá-las sonoramente, não ousou implorar para que a filha lhe desse a criança.

Matilda é filha de Gin Percival, conforme comentei anteriormente. Ela fora dada para um casal. É ciente disso, mas não sabe quem é a sua mãe biológica. A primeira ajuda que a filha procurou foi a da reparadora, que mentiu em relação a não ter os ingredientes necessários para provocar o aborto. Na verdade, “[e]la tem um bom estoque de erva-lanceta e poejo, tem muita língua-de-vaca. Mas queria tempo para pensar. Tempo, pelo menos, para se acostumar com a ideia de tocar um corpo que ela fez para desfazer um futuro corpo” (ZUMAS, 2018, p. 157). E a reparadora não a ajudou. Foi presa, acusada de prática ilegal de medicina abortiva, conforme já discutido. Antes da prisão, ela chega a se perguntar: “Será que Mattie Matilda resolveu seu problema a essa altura? Ou o peixinho ainda está lá dentro?” (ZUMAS, 2018, p. 178).

O problema foi resolvido. O “peixinho” foi retirado do seu “aquário”. Para a frustração de Roberta, a filha fora bem ensinada. Ela, inclusive, cita um de seus ensinamentos no final da referida conversa. O seu papel como professora fora cumprido, embora não da maneira como ela desejava. Mas o direito que lhe fora negado, o de ser mãe, foi assegurado ao ajudar Matilda a não ser mãe. O direito da filha, de ter poder sobre o seu corpo e sua sexualidade, foi garantido pelo sacrifício do sonho da sua professora.

As horas vermelhas reflete sobre uma distopia de gênero, que destrói sonhos, acentua pesadelos de falta de liberdade, mas também demonstra a força de mulheres, algumas delas extraordinárias, como foi Eivør Mínervudottír, a grande exploradora do Ártico. Também retratou a história de uma bruxa contemporânea, cujo conhecimento de ervas servia para ajudar mulheres desamparadas, que não conseguiam pagar um tratamento adequado, a reparadora Gin Percival. Leni Zumas criou figuras femininas como a biógrafa Roberta Stephens, para quem o direito da liberdade deveria estar assegurado até acima de seus próprios interesses particulares. Zumas criou também uma esposa, Susan Korsmos, que vivia um casamento frustrado, sufocante e infeliz, mas que, ao final, teve coragem de romper com a prisão de sua rotina excruciante. E, por fim, também revelou que existem mulheres que lutam por sua autonomia e enfrentam, inclusive, as leis do país, como aconteceu com a filha, Matilda Quarles. E para aquela pergunta que fiz nos dois subcapítulos desta dissertação, “Para que servem as mulheres?” e que serve de “subtítulo” provocativo para a tradução brasileira, posso responder, ao chegar ao final deste trabalho, que elas servem para ser aquilo que elas quiserem ser, e se não quiserem ser, elas também têm esse direito.

São histórias de mulheres que estão conectadas pela metáfora dos relógios vermelhos, do órgão que gera a vida, que gera esperança, alegria, frustrações, medos, angústias, decepções e sororidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O romance de Leni Zumas, *As horas vermelhas*, reflete uma preocupação que a literatura pós-utópica escrita por mulheres tem, ultimamente, se manifestado: o cerceamento dos direitos das mulheres, a piora das condições de vida somente pela circunstância de as protagonistas destas narrativas serem mulheres. É uma tendência que, me parece, ganha força à medida que as escritoras têm mais liberdade criativa.

Zumas discute como cinco diferentes protagonistas enfrentam conjunturas sociais e políticas adversas, que afetavam, diretamente, suas histórias. Eivør Mínervudóttír sai de uma quase isolada Ilhas Faroé do século XIX para fazer história como exploradora Polar, embora não tenha alcançado, em vida, reconhecimento por suas descobertas científicas. Matilda Quarles engravida na adolescência e decide abortar, mas os Estados Unidos aprovaram leis que criminalizariam a prática, o que fez com que esta protagonista tivesse que procurar uma clínica clandestina. Susan Korsmos vive um casamento fracassado e uma vida em que ela se sente sufocada pelos afazeres domésticos e pela falta de companheirismo do marido. Gin Percival é marginalizada pela sociedade, que não compreende a sua expertise em remédios naturais e a discrimina por ter uma vida reclusa e afastada da cidade. Roberta Stephens deseja ser mãe, mas a Síndrome dos Ovários Policísticos e as novas leis estadunidenses, impedem-na de conseguir.

Para algumas das personagens, os Estados Unidos representados no romance se configuravam como uma verdadeira distopia. Conforme discutido, a distopia criada por Leni Zumas, mesmo não recorrendo a um futuro fantasioso como fazem as distopias clássicas, é assustador porque o leitor vê se descortinar um modelo social que, em termos de aparência, não é muito diferente daquilo que vemos, e, em termos de conjuntura, está muito próximo da realidade dos cidadãos daquele país. A ideia de uma distopia neste romance é perigosa porque o universo ficcional criado por Zumas, os Estados Unidos de *As horas vermelhas*, continuavam praticamente os mesmos. O romance foi publicado no início do levante de governos conservadores, que chegou até o Brasil, com a eleição de Jair Bolsonaro. O novo governo que toma posse neste romance apresenta uma postura política, que não era nada favorável às mulheres, pois aprovava a criminalização do aborto. Também era desfavorável a modelos de família que não fossem a tradicional (pai, mãe, filho e filha). E esta mudança, afetou profundamente a vida de uma de suas personagens, que queria ser mãe, mas fora impedida pela legislação misógina.

Sobre o modelo padrão de família, *As horas vermelhas* demonstrou, pela narrativa de Susan Kormos, que a felicidade não está assegurada quando se adota o arquétipo da família tradicional. Zumas criou um núcleo de conflito em que a esposa se frustrava por atender aos padrões da mulher, de se dedicar aos cuidados do marido e dos filhos, e de se esquecer que ela também era um indivíduo com sonhos e desejos individuais.

O romance de Leni Zumas funciona como um artístico exercício de imaginação cujo principal diagnóstico é de que existe um perigo real de cerceamento de liberdade quando o sistema político flerta com o autoritarismo e o totalitarismo, característicos de sistemas ditatoriais. O enfrentamento e a vitória de Matilda Quarles demonstrou que vale a pena lutar pelos ideais e pela liberdade sexual. De todas as personagens, foi ela quem conseguiu burlar as leis severas de domínio do corpo e manter o seu direito de propriedade. Já Roberta Stephens, como professora de história, foi testemunha dos horrores que estavam sendo legitimados: a Emenda da Pessoaalidade, o Muro Rosa, a lei Toda Criança Precisa de Dois e as críticas em relação à sua escolha de não se casar e de tentar ser mãe solteira, críticas, inclusive, que ela própria se fazia.

As distopias realçam pesadelos, violências, brutalidades. A lei que retirava das mulheres a decisão de continuar uma gravidez era uma violência social, que deixava marcas profundas e visíveis, como aconteceu com algumas mulheres que forçavam o aborto ao se jogarem de escadas, pondo em risco suas próprias vidas, e como também aconteceu com aquelas que procuravam recursos alternativos e acabavam sendo presas. Nessas circunstâncias, o Estado procurava assegurar os direitos de quem ainda não havia nascido em detrimento das mulheres que estavam vivas e que eram obrigadas a enfrentar as adversidades típicas do seu gênero. Para algumas das protagonistas, como a biógrafa e a esposa, existia o recurso da imaginação, da criação de utopias onde elas tinham histórias alternativas, diferentes daquelas que estavam confrontando.

Todas as cinco protagonistas enfrentaram problemas por serem mulheres, foram simbolicamente violentadas, seja pela sociedade, seja pelo Estado, seja pela família. Eivør Mínervudottír teve que pegar emprestado um nome masculino para que o seu artigo fosse aceito. Roberta Stephen perdera a chance de ser mãe porque não conseguia engravidar e a adoção lhe seria negada por causa da lei. Gin Percival não era bem vista pela comunidade por ser considerada uma bruxa. Susan Kormos abriu mão da faculdade por causa da gravidez, e não obtinha reconhecimento do marido que a tratava como mãe, pois nem tinha mais interesse sexual por sua esposa. Matilda Quarles sente o seu futuro acadêmico ser ameaçado por causa da gravidez, em um período que ela ainda não se sentia emocionalmente preparada. Por causa

da ilegalidade naquele país, teve que recorrer a recursos clandestinos para assegurar o seu direito de não concepção.

O início do século XXI, mesmo tendo apresentado avanços na pauta dos direitos das mulheres, ainda está longe de ser o ideal. O que *As horas vermelhas* proporciona é uma importante reflexão a respeito da liberdade. Seu tom crítico, na verdade, serve de alerta para que a sociedade compreenda que importantes pautas das mulheres precisam ser debatidas. E a proposta dessa literatura engajada é estimular o pensamento crítico, não apenas das mulheres, mas de todos aqueles que entendem que direitos básicos, como é o da liberdade do corpo e da vida, devem ser preservados.

O romance critica a falta de direito da mulher, inclusive para aquelas que optam por quererem ser mães. É um direito fundamental que precisa ser respeitado. Somente à mulher compete a decisão de como ela quer viver. Somente à ela cabe o direito de escolher aquilo que deseja ou não deseja realizar. Contra a força do modelo político patriarcal, misógino e distópico, restam, às mulheres, a sororidade.

REFERÊNCIAS

Gerais

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Santo André: Geográfica Editora, 2015.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para que?* Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FREUD, Sigmund. O mal estar na civilização. In: _____. *O mal estar na civilização, Novas conferências introdutórias e Outros textos (1930-1936)*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 9-89.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. Tradução de Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia*. Tradução de Teresa Louro Pérez. Rio de Janeiro: Edições 70, 1985.

SAMOYAULT, Tiphaine. *A intertextualidade*. Tradução de Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

Sobre o Feminismo

APFELBAUM, Erika. Dominação. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. Tradução de Naira Pinheiro. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 76-80.

ALEMANY, Carme. Violências. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. Tradução de Naira Pinheiro. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 271-276.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. 2vls.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BYINGTON, Carlos Amadeu B. O martelo das feiticeiras – *Malleus Maleficarum* à luz de uma teoria simbólica da história. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras*. Tradução de Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004. p. 16-41.

DEL RE, Alisa. Aborto e contracepção. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. Tradução de Vivian Aranha Saboia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 21-25.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. Tradução de Francisco Ribeiro Silva Júnior. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 173-178.

DEMOS, John Putnam. *Entertaining Satan: Witchcraft and the Culture of the Early New England*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DEVREUX, Anne-Marie. Família. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. Tradução de Vivian Aranha Saboia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 96-101.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. Tradução de Vivian Aranha Saboia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 144-149.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Tradução de Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Vozes Limitada, 1971.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2015.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo*. Políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

_____. *Teoria feminista: da margem ao centro*. 2022. Edição digital.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. História da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019. Edição digital.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. In: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras*. Tradução de Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004. p. 4-15.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Sobre Utopia e Distopia

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi et al. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Prefácio. In: BIANCHETTI, Lucídio; THIESEN, Juarez da Silva (Orgs.). *Utopias e distopias na modernidade*. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. p. 9-20.

BOOKER, M. Keith. *The Dystopian Impulse in Modern Literature*. Fiction as Social Criticism. Westport: Greenwood Press, 1994.

FERNS, Chris. *Narrating utopia*. Ideology, gender, form in utopian literature. Liverpool: Liverpool University Press, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

HESÍODO. *Os trabalhos e os dias*. Tradução de Alessandro Rolim de Moura. Curitiba: Segesta, 2012.

JACOBY, Russel. *Imagem imperfeita*. Pensamento utópico para uma época antiutópica. Tradução de Carolina Araújo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LEVITAS, Ruth. *The Concept of Utopia*. Oxford: Peter Lang, 1990.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Introdução à sociologia do conhecimento. Tradução de Emílio Willems. Porto Alegre: Globo, 1950.

MORA, J. Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Maria Stela Gonçalves et al. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MOYLAN, Tom. *Scraps of the Untainted Sky*. Science Fiction, Utopia, Dystopia. Colorado: Westview Press, 2000.

OVÍDIO. *As metamorfoses*. Tradução de David Jardim Júnior. São Paulo: Tecnoprint, 1983.

PLATÃO. *A república*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2000.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. A ficção distópica. In: _____. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das letras, 2021. p. 220-237.

SUVIN, Darko. *Defining the Literary Genre of Utopia: Some Historical Semantics, Some Genology, a Proposal, and a Plea*. Disponível em <<https://darkosuvn.com/1973/01/02/defining-the-literary-genre-of-utopia-some-historical-semantics-some-genology-a-proposal-and-a-plea-1973-9300-words/>>. Acesso em 15 de Jul. 2022.

SZACHI, Jerzy. *As utopias ou A felicidade imaginada*. Tradução de César Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

VIEIRA, Fátima. *The Concept of Utopia*. Disponível em: <<http://www.thomasproject.net/wp-content/uploads/2020/04/FATIMA-VIEIRA-THE-CONCEPT-OF-UTOPIA.pdf>>. Acesso em 15 Jul. 2022.

Romances Utópicos e Distópicos

ATWOOD, Margaret. *O conto da aia*. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BACON, Francis. *Novum Organum/ Nova Atlântida*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1998.

BURDEKIN, Katherine. *Noite da suástica*. Tradução de Paula Reis. Lisboa: Caminho, 1989.

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. Tradução de Cid Knipe. São Paulo: Globo, 2017. Edição digitalizada.

CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol*. Tradução de Heloísa da Graça Burati. São Paulo: Rideel, 2005.

DALCHER, Christina. *Vox*. Tradução de Alves Calado. São Paulo: Arqueiro, 2018.

GILMAN, Charlotte Perkins. *Terra das mulheres*. Tradução de Flávia Yacubian. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. Tradução de Vidal de Oliveira. Rio de Janeiro: Globo, 2003. Edição digitalizada.

MORE, Thomas. *Utopia*. Tradução de Pietro Masseti. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ORWELL, George. *1984*. Tradução de Bruna Fortunata. Belo Horizonte: Editora Garnier, 2021.

_____. *A revolução dos bichos*. Tradução de Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Edição digitalizada.

SHELLEY, Mary. *O último homem*. Tradução de Marcella Furtado. São Paulo: Landmark, 2010.

SWIFT, Jonathan. *As viagens de Gulliver*. Tradução de Cruz Teixeira. Biblioteca do Exilado, 2012.

ZAMIÁTIN, Ievguêni. *Nós*. Tradução de Gabriela Soares. São Paulo: Aleph, 2017.

ZUMAS, Leni. *As horas vermelhas*. Tradução de Isa Próspero. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.